Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/04/2016 a 30/04/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Jornada Universitária defende a Reforma Agrária e rememora o massacre de Carajás. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 01/04/2016. 6

Governo Dilma destina 35,5 mil hectares de terras para a Reforma Agrária. Site do MST, 01/04/2016. 8

Mutirões atendem trabalhadoras rurais e indígenas de Roraima. Site do MDA, 01/04/2016. 11

Dilma Rousseff assina decretos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. FETRAF. 01/04/2016. 12

55 mil hectares de terra para reforma agrária e territórios quilombolas. Adolfo Brito. Site do MDA, 01/04/2016. 13

Movimentos e governo: em prol da reforma agrária. Adolfo Brito. Site do MDA, 01/04/2016. 14

Um novo uso da terra em debate. Antônio Prates. Site do MDA, 04/04/2016. 15

Rádio camponesa comemora cinco anos de ocupação do latifúndio do ar. Aline Oliveira. Site do MST, 02/04/2016. 16

Em Rondônia, acampamento do MST é sitiado por pistoleiros. Site do MST, 03/04/2016. 17

Sem Terras sofrem com ameaças em Rondônia. Site do MST, 04/04/2016. 18

Sem Terra realizam vigília em fóruns da Bahia. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 04/04/2016. 19

Imóvel no Paraná é declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária. Assessoria de Comunicação Social do INCRA/PR. Site do MST, 05/04/2016. 21

Em nota, MST repudia violência com Sem Terra em Rondônia. Site do MST, 05/04/2016. 22

Sem Terra realizam terceira edição da Jornada Universitária em GO. Luciana Mendonça. Site do MST, 05/04/2016. 24

Nota pública do MST Rondônia sobre a violência contra o Acampamento Hugo Chaves. Carta Maior, 05/04/2016. 25

Um novo ordenamento territorial para os povos tradicionais. Antônio Prates. Site do MDA, 06/04/2016. 27

TCU paralisa reforma agrária no País após identificar 578 mil beneficiários irregulares. André Borges – O Estado de São Paulo, Política. 06/04/2016 29

Decretos desapropriam 11,1 mil hectares no Maranhão para reforma agrária e regularização de território quilombola. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/04/2016..... 30

Via Campesina realiza Conferência Internacional sobre Reforma Agrária no Brasil. Via Campesina. Site do MST, 06/04/2016. 31

Jornada na Universidade de Brasília relembra o massacre de Eldorado dos Carajás. Felipe Canova. Site do MST, 07/04/2016. 33

Sem Terra são assassinados no Paraná. Site do MST, 07/04/2016..... 34

Dois sem-terra morrem durante confronto com a PM no Paraná. Valor Econômico. 07/04/2016. 35

Refletindo sobre a função social da terra. Antônio Prates. Site do MDA, 08/04/2016. 36

MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná. Site do MST, 08/04/2016. 39

Povos Tupinambá sofrem despejo violento e arbitrário na Bahia. Na Bahia. Site do MST, 08/04/2016..... 40

"Não são fatos isolados, são articulações da classe dominante contra o povo". Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 08/04/2016..... 41

Ceará recebe III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Site do MST, 08/04/2016..... 42

MST realiza ato nacional em Quedas do Iguaçu-PR. Site do MST, 09/04/2016..... 43

Advogados pedem investigação dos assassinatos de trabalhadores no Paraná. Site do MST, 10/04/2016..... 44

Sem Terra realizam atividades pelos 20 Anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Viviane Brígida. Site do MST, 10/04/2016. 46

MST ocupa Latifúndio improdutivo no interior da Bahia. Do Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 11/04/2016. 48

Sem Terra ocupa latifúndio em Tocantins. Site do MST, 11/04/2016. 49

Mais cidadania para agricultoras e quilombolas do Maranhão. Flávia Dias. Site do MDA, 11/04/2016..... 49

AMAZONAS: Conab participa de conferência estadual sobre extensão rural. CONAB. 12/04/2016. 50

CPT lançará o relatório Conflitos no Campo Brasil 2015. CPT. Site do MST, 12/04/2016. 51

Relacionadas 51

Acre: Conab apoia fortalecimento da extensão rural. CONAB. 13/04/2016. 53

Duas fazendas são ocupadas por Sem Terra no sul da Bahia. Site do MST, 13/04/2016. 54

Incra pode assentar até 374 famílias em área de conflito agrário no Paraná. Camila Hoshino. Site do MST, 14/04/2016. 55

Impunidade em mortes é motor da violência no campo. Gabriela Maciel. Site do MST, 14/04/2016. 57

Conferência debate Reforma Agrária com movimentos campesinos de todo o mundo. Gisele Brito. Site do MST, 14/04/2016. 60

MST forma convênio para implantar e recuperar infraestrutura em assentamentos em MG. Geanini Hackbardt. Site do MST, 14/04/2016. 61

Adquiridas duas novas áreas para fins de reforma agrária em Quedas do Iguaçu (PR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2016 63

Adquiridas duas novas áreas para fins de reforma agrária em Quedas do Iguaçu (PR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2016 64

Fetraf/GO busca solução para situação das famílias acampadas na Fazenda Campo Belo em Jataí. FETRAF. 15/04/2016. 66

'Esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais'. Eduardo Sá. Carta Maior, 19/04/2016. 67

Por uma política municipal para as Terras Indígenas. Naonduki e Maria Lucia Bellenzani. Carta Capital, 19/04/2016. 72

Governo autoriza venda de mais 138 imóveis da União. Valor Econômico. 19/04/2016. 75

Sem Terra ocupam mais um latifúndio improdutivo no Ceará. Site do MST, 19/04/2016. 76

Superintendência do Incra é ocupada no Rio de Janeiro. Vanessa ramos. Site do MST, 19/04/2016. 76

“Esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais”, diz militante histórico de Rondônia. Educardo Sá. Site do MST, 19/04/2016. 77

Conflitos no Campo Brasil 2015 é lançado pela CPT. CPT. Site do MST, 19/04/2016. 83

Incra resolve conflito agrário com criação de assentamento para 100 famílias no Paraná. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforama Agrária (INCRA). 20/04/2016 85

Massacre de Eldorado dos Carajás é relembrado pela UFRGS, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 21/04/2016. 86

Sem Terra ocupam sede do Incra em Belém. Site do MST, 21/04/2016. 88

Camponeses de 23 países discutem dados da CPT de conflitos no campo. Cristiane Passos. Site do MST, 21/04/2016. 89

Incra reconhece novos territórios quilombolas. Site do MDA, 22/04/2016. 92

Sônia Guajajara, especialista em educação: 'Quando lutamos por terra, cuidamos de todo mundo'. Iara Pinheiro - O Globo, Sociedade. 25/04/2016. 94

Sem Terra ocupam a Governadoria da Bahia e cobram andamento da Reforma Agrária. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 25/04/2016. 96

MST realiza marchas em defesa da Reforma Agrária e da Democracia. Site do MST, 25/04/2016. 97

Conferência internacional da Reforma Agrária lança declaração final. Site do MST, 25/04/2016. 100

Ruralistas propõe a Temer uso do Exército em casos de conflito agrário. Brasil de Fato. Site do MST, 26/04/2016. 108

Sem Terra ocupam fazenda em Eldorado do Sul, no RS. Site do MST, 26/04/2016. 109

Trabalhadores rurais da Turquia visitam o Brasil para conhecer experiências do MST. Luis Fernando. Site do MST, 26/04/2016. 109

Comunidade quilombola recebe concessão de uso da terra durante Mesa Quilombola no Incra/CE. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2016 110

Em meio ao impeachment, governo libera mais de 30 demarcações de terras. André Borges – O Estado de São Paulo, Política. 26/04/2016 112

Destinação de terras nas Várzeas de Sousa (PB) à reforma agrária beneficia 200 famílias. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/04/2016. 114

Condraf firma compromissos em prol do rural brasileiro. FETRAF. 27/04/2016. 116

Presidente busca aproximação com povos indígenas. Raphael Di Cunto, Lucas Marchesini e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 27/04/2016. 118

Temer defendeu a 'ordem' na questão fundiária, diz deputado ruralista. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 27/04/2016. 120

Maior participação no debate de políticas públicas. Gabriela Bontempo. Site do MDA, 27/04/2016. 121

Por trás de uma demarcação, a poderosa imagem dos índios isolados. Felipe Milanez. Carta Capital, 28/04/2016. 123

Mil Sem Terra ocupam Incra no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 28/04/2016. 126

Sem Terra ocupam área da Conab em Vacaria, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 28/04/2016. 127

Cidadania para agricultoras e indígenas de Cantá (RR). Flávia Dias. Site do MDA, 29/04/2016. 127

Cooperativismo fortalece a agricultura familiar. Antônio Prates. Site do MDA, 29/04/2016. 128

Temer diz a ruralistas que vai revisar desapropriações e demarcações. Valor Econômico. 30/04/2016. 130

Dilma é presidente que menos demarcou terras indígenas na democracia. Andreza Matais – O Estado de São Paulo, Blog Coluna do Estadão. 30/04/2016 131

Patrus encerra seminário sobre função social da terra. Site do MDA, 30/04/2016. 131

Jornada Universitária defende a Reforma Agrária e rememora o massacre de Carajás. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 01/04/2016.

Em sua terceira edição, a UFBA pretende ampliar o debate, junto ao corpo estudantil, sobre os elementos que historicamente apontam a Reforma Agrária como projeto de vida para o campo brasileiro

Em memória e denuncia ao massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com professores e coletivos estudantis, realiza entre os dias 06 e 29 de abril, a III Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária.

As atividades ocorrerão nos diversos campus da Universidade, espalhados pela capital baiana, e tem o objetivo de inserir a pauta da Reforma Agrária no espaço acadêmico, além de ampliar as possibilidades de debates e discussões em torno do tema, a coordenação do evento aponta a necessidade de fazer um abril vermelho dentro da UFBA.

Esse ano, a jornada traz como tema central, “A violência do campo no Brasil: 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás – As castanheiras lembram e você?".

Durante o evento, serão realizadas mesas redondas, espaços de discussão, rodas de diálogo, oficinas, exibição de filmes e uma grande feira da reforma agrária.

Temáticas que atravessam a questão agrária no Brasil e que mobilizam grandes segmentos da universidade de vários campos, serão a base de diversos debates.

Além disso, temas acerca da violência do campo, produção de alimentos, o fechamento das escolas do campo, as políticas públicas e habitação, também terão destaque.

Ao final da jornada, será realizada uma conferência de encerramento sobre a relação construída com a Reforma Agrária nos 70 anos da UFBA.

Jornada

Esta experiência surgiu de uma demanda do MST, que em reunião com professores e sujeitos de algumas universidades do país, construíram nas universidades a Jornada em Defesa da Reforma Agrária no mês de abril.

No mesmo ano, a jornada aconteceu em mais de 30 universidades brasileiras.

Em sua terceira edição, a UFBA pretende ampliar o debate e aprofundar, junto ao corpo estudantil, os elementos que historicamente apontam a Reforma Agrária como projeto de vida para o campo brasileiro.

Governo Dilma destina 35,5 mil hectares de terras para a Reforma Agrária. Site do MST, 01/04/2016.

Na cerimônia também foram assinados quatro decretos de regularização de territórios quilombolas, atendendo a 799 famílias.

Na manhã desta sexta-feira (1), a presidenta Dilma Rousseff assinou 25 decretos de desapropriação de imóveis rurais para a realização da Reforma Agrária.

Os 21 decretos vão assegurar 35,5 mil hectares de terras para a Reforma Agrária em 14 estados do país.

Na cerimônia no Palácio no Planalto, também foram assinados quatro decretos de regularização de territórios quilombolas, atendendo a 799 famílias no Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe, somando 21 mil hectares. Ao todo os decretados assinados hoje equivalem a um total 56,5 mil hectares.

Para Alexandre Conceição, da direção nacional do MST, a assinatura dos decretos representa um pequeno avanço na política agrária brasileira que vinha sofrendo com a estagnação.

“Enquanto houver latifúndio no país, não existirá democracia plena e verdadeira, nem o direito à produção. A assinatura desses s nos enche de esperança de que agora a Reforma Agrária vai avançar a passos largos”, disse.

Alexandre também ponderou que muito ainda precisa ser feito para que passos largos sejam dados em direção à Reforma Agrária.

“Nos últimos três anos mais de cem milhões de hectares de terras foram reconcentrados nas mãos do latifúndio. Hoje temos 120 mil famílias acampadas em todo o país. Se considerarmos o que temos de terras devolutas já seria o suficiente para assentar todas essas famílias. Além disso, também é preciso centrar forças na recomposição orçamentária do Instituto de Colonização da Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Precisamos ter a produção agroecológica beneficiada e estruturada, para que assim, os nossos jovens não se vejam obrigados a sair do campo para viver nas docas e periferias da grandes cidades”, disse.

Alexandre também cobrou a massificação nos investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

“Esses são dois dos melhores programas já criados pelo governo federal. São programas para o campo, que devem ficar nas mãos do camponês. O PAA, por exemplo, tem que ser

executado pelos camponeses para que não aconteça o que estamos vendo agora do governo de São Paulo, em que a merenda foi tirada das crianças e os agricultores roubados. Nós não cometemos crimes, crimes quem comete é o latifúndio. Em relação ao Pronera, que está fazendo 18 anos em 2016, eu tenho a dizer que temos povo organizado para estudar e ser liberto, o que falta é investimento", ressaltou.

Por fim, Conceição reafirmou que a classe trabalhadora está unida contra o golpe e pela garantia da democracia no país.

"Gostaria de reafirmar aqui que estamos nas ruas pela legalidade e pela garantia de um mandato constitucional", concluiu.

A solenidade contou com a participação de representantes de movimentos sociais e sindicais ligados ao campo entre eles a Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e integrantes de comunidades quilombolas e do movimento negro.

Igualdade racial

No evento, também foi lançado o edital do Sistema Nacional de Promoção da Igualdada Racial que vai liberar R$ 4,5 milhões para projetos de promoção da igualdade racial no país, de apoio a políticas públicas de ação afirmativa e a políticas para comunidades tradicionais.

Segundo a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Limo Gomes, sem promoção da igualdade racial não há democracia e os resultados nas políticas afirmativas e de inclusão social nos últimos 13 anos evidenciam conquistas "na luta pela superação do racismo", mas também enormes desafios. "Sabemos que temos um longo caminho a percorrer para superar o racismo enquanto desigualdade estrutural. Mas não podemos negar: nós estamos avançando."

Em seu discurso, a presidenta Dilma disse que os decretos são um esforço para diminuir a desigualdade no país.

"Um país nascido da miscigenação não pode compactuar com o racismo. Muito do que temos devemos a essas raízes. Esses decretos representam mais do que o acesso à terra, são um esforço para diminuir a desigualdade. E isso é só um começo. O Estado brasileiro tem o dever de apoiar estes novos agricultores rurais. Não há democracia quando os direitos de alguns são atropelados pelos arbítrios de outros, finalizou.

Mutirões atendem trabalhadoras rurais e indígenas de Roraima. Site do MDA, 01/04/2016.

Localizado na região nordeste de Roraima, o município de Uiramutã recebe, nesta semana, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PNDTR/MDA). A partir desta segunda-feira (4), as mulheres das comunidades de Flexal, Monte Muriat, Sede e Socó poderão obter, gratuitamente, documentos civis e trabalhistas, como a carteira de identidade e o CPF.

Segundo a diretora de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ/MDA), Célia Watanabe, a iniciativa dá mais autonomia e qualidade de vida a essas trabalhadoras. "Ter a documentação é o primeiro passo da rota de inclusão das mulheres, para que elas venham a acessar o crédito, a assistência técnica e todo um conjunto de programas e políticas públicas para o campo", explicou.

Durante a ação, haverá, ainda, atendimentos jurídicos, como registros de nascimento, casamento e união estável, divórcio, reconhecimento de paternidade, dissolução de sociedade, registro de óbito e curatela de incapaz.

Políticas sociais

Em cada mutirão, além das agricultoras terem a oportunidade de colocar em dia a documentação pessoal, serão realizadas novas inscrições e atualizações no Cadastro Único (CadÚnico) de políticas sociais do governo federal, como o Bolsa Família. Desde 2013, o PNDTR é parceiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na busca ativa das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

PNDTR Roraima

Em Roraima, mais de 45 mil mulheres foram beneficiadas com os mutirões de documentação, sendo emitidos mais de 93 mil documentos à região, de 2004 a 2016. O programa dá prioridade ao atendimento do público feminino, mas homens também podem se beneficiar com a ação.

Dilma Rousseff assina decretos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. FETRAF. 01/04/2016.

Decretos vão assegurar 56 mil hectares de terras para a reforma agrária e territórios quilombolas

A presidenta Dilma Rousseff assinou hoje (1º), 25 decretos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas, totalizando 56,5 mil hectares.

Além de 21 decretos que vão assegurar 35,5 mil hectares de terras para a reforma agrária em 14 estados, Dilma também assinou quatro decretos de regularização de territórios quilombolas, atendendo a 799 famílias no Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe, somando 21 mil hectares.

O coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, explica que a assinatura dos decretos veio em boa hora, porém não resolve todas as questões pendentes que envolve a reforma agrária. “Esse ato demonstra mais uma vez, a capacidade do governo em atender uma reivindicação histórica das organizações do campo. Nós enxergamos como mais uma etapa de um processo de retomada que esperamos que se traduza em mais recursos para reforma agrária com o objetivo de cumprir a meta estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de que não haja mais nenhuma família debaixo de lona até o final deste mandato”.

E reforça que a reforma agrária não é uma política voltada apenas aos sem terra, mas sim uma política estratégica de desenvolvimento do país. “Fazer a reforma agrária e a redistribuição de terras produtivas é sinônimo de ter um país rico com soberania e segurança alimentar. São os assentamentos rurais e os agricultores familiares que asseguram o alimento na mesa do povo brasileiro”, finaliza.

A solenidade contou com a participação de representantes de movimentos sociais e sindicais ligados ao campo e integrantes de comunidades quilombolas e do movimento negro.

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Durante a cerimônia, foi lançado também o edital do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial que vai liberar R$ 4,5 milhões para projetos de promoção da igualdade racial no país, de apoio a políticas públicas de ação afirmativa e a políticas para comunidades tradicionais.

---

55 mil hectares de terra para reforma agrária e territórios quilombolas. Adolfo Brito. Site do MDA, 01/04/2016.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou, nesta sexta-feira (1º), a destinação de 55 mil hectares de terra para reforma agrária (34 mil hectares) e comunidades quilombolas (21 mil hectares). A medida deve beneficiar 1.844 famílias, sendo 680 de remanescentes de escravos e 1.164 de trabalhadores rurais sem terra. "Esses decretos representam mais do que o acesso à terra. São um esforço para diminuir a desigualdade", disse Rousseff.

Durante o seu discurso, a presidenta destacou os avanços na reforma agrária e na agricultura familiar. Segundo ela, o crescimento da produção nos assentamentos se deve aos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar, que compram parte do que é produzido pelos agricultores familiares.

A presidenta Dilma Rousseff ressaltou que a reforma agrária precisa ser focada na agroindustrialização, para colocar os produtos da agricultura familiar num mercado cada vez mais competitivo. “Nós estamos falando de uma reforma agrária que coloque o agricultor familiar no centro do mundo, não estamos falando de uma reforma agrária qualquer”, disse ao destacar a alta qualidade dos produtos da agricultura familiar.

As 21 áreas desapropriadas para reforma agrária estão em 13 estados: sendo três em Goiás, uma em Pernambuco, três no Maranhão, uma em Minas Gerais, uma em Tocantins, uma no Rio Grande do Norte, uma no Pará, três no Ceará, uma em Mato Grosso do Sul, duas em Sergipe, uma na Paraíba, duas na Bahia e uma no Paraná.

As comunidades quilombolas beneficiadas com a desapropriação são:

Comunidade Quilombola Caraíbas

Onde fica: municípios de Amparo de São Francisco, Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João e Telha.

Estado: Sergipe

Comunidade Quilombola de Gurupá

Onde fica: município de Cachoeira do Arari

Estado: Pará

Comunidade Quilombola Macambira

Onde fica: municípios de Bodó, Lagoa Nova e Santana do Matos

Estado: Rio Grande do Norte

Comunidade Quilombola Monge Belo

Onde fica: municípios de Anajatuba e Itapecuru Mirim/MA

Mais moradias no campo

Ainda nesta semana, o governo anunciou a construção de 35 mil unidades do Minha Casa Minha Vida Rural em 2016. Serão beneficiados trabalhadores do campo que se encaixam na faixa 1 do programa, com renda de R$ 1,8 mil.

Segundo o anúncio feito pela presidenta Dilma Rousseff, o meio rural terá o mesmo número de contratações da área urbana - outras 35 mil moradias. O restante - 40 mil - serão as unidades produzidas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A meta do programa MCMV para este ano, será a contratação de 110 mil unidades habitacionais na faixa 1. A prioridade do MDA é levar habitação para os novos assentamentos rurais.

Movimentos e governo: em prol da reforma agrária. Adolfo Brito. Site do MDA, 01/04/2016.

Palavras de apoio e elogios pelo esforço e empenho do governo federal em promover a reforma agrária. Foi assim que representantes de vários movimentos sociais se manifestaram, nesta sexta-feira (1º), após assinatura, no Palácio do Planalto, dos decretos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas.

De acordo com o secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Veras dos Santos, a assinatura dos decretos reafirma o compromisso do governo. “Estamos muito felizes pelo sinal que a

presidenta dá hoje, mostrando que a reforma agrária está na pauta desse governo, que a reforma agrária está viva", afirmou.

Para o coordenador-geral do Movimento dos Sem Terra (MST), Alexandre Conceição, o ato de hoje assinala bons tempos para a reforma agrária. "A assinatura desses decretos nos enche de esperança de que a reforma agrária, no governo Dilma e na administração do Patrus, vai avançar a passos largos", disse confiante.

Alexandre aproveitou para pedir a ampliação dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae). Segundo ele, são os dois melhores programas já criados pelo governo. "Precisamos de mais investimento para esses programas, eles são muito importantes e ajudam no cooperativismo e na produção de alimentos saudáveis", salientou.

Durante o evento, todos representantes de movimentos sociais presentes demonstraram apoio à presidenta Dilma. Segundo eles, estão juntos com o governo na luta, para que se possa continuar promovendo a reforma agrária e combatendo a pobreza no campo.

Um novo uso da terra em debate. Antônio Prates. Site do MDA, 04/04/2016.

Terra e territórios de povos tradicionais, propriedade e outros arranjos jurídicos, trabalho escravo e direitos humanos, o novo constitucionalismo latino-americano e o uso da terra foram os principais temas do 1° Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra, organizado pelo Grupo de Estudos de Direito Agrário, do MDA, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Esses encontros visam trazer contribuições do campo jurídico para a formulação das políticas públicas para o uso da terra que estão sendo implantadas no Brasil.

O primeiro seminário foi realizado na sexta-feira (1º), no auditório da Faculdade de Direito da PUC/PR, e teve a participação de juristas e professores de universidades de todo o país, representantes da Procuradoria Federal do Incra, da Coordenação Nacional de Quilombos e estudantes de Direito, Antropologia e outros campos do conhecimento.

Uso da Terra

Para o professor Carlos Frederico Marés, professor da PUC/PR e um dos organizadores do seminário - juntamente com o consultor jurídico do MDA, João Paulo Faria dos Santos, o uso da terra é hoje não só o principal problema do Brasil como de toda a humanidade.

"É exatamente na forma como se usa a terra que se promove a destruição ambiental. A relação do ser humano com a terra é também a relação do ser humano com o ambiente e

tudo o mais. Por outro lado, é da terra que saem os recursos para atender as necessidades humanas, e a forma com que se está usando hoje é no sentido de destruir, tanto a Natureza quanto a capacidade dela de prover os seres humanos e todos os demais seres", afirmou o professor Marés.

Ele explicou que a PUC/PR tem em seu programa de mestrado e doutorado uma linha de pesquisa voltada exatamente para essa questão, a terra como provedora e como juridicamente se pode limitar ou ampliar o uso da terra, no sentido de que as populações tradicionais possam usá-la e limitar o uso devastador da terra. "Por isso, nós ficamos muito satisfeitos em sediar este ciclo de seminários que está sendo realizado e esperamos não só receber o aporte de todos estes teóricos que estão aqui, como também poder dar nossa contribuição", concluiu.

O Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra também discutiu outros temas ligados às políticas públicas do MDA como a questão da nova constitucionalidade latino-americana e sua visão diferenciada sobre o uso da terra; o trabalho escravo e os direitos humanos; diversidade e territorialidade dos povos e comunidades tradicionais; e outros.

Acompanhe em nosso site, durante esta semana, as reflexões de juristas participantes deste primeiro seminário realizado na PUC do Paraná e que serão levadas ao Simpósio Internacional 'Terra no Século 21: para as pessoas e o planeta', previsto para ocorrer no segundo semestre de 2016.

Rádio camponesa comemora cinco anos de ocupação do latifúndio do ar. Aline Oliveira. Site do MST, 02/04/2016.

"É um espaço de disputa da informação que pauta a democratização e a construção da formação educativa e política da classe trabalhadora do campo e da cidade."

Na madrugada desta sexta-feira (1), trabalhadoras e trabalhadores do MST no Ceará comemoraram o aniversário de 05 anos da Rádio Camponesa Palmares, localizada no assentamento Palmares município de Crateús, na região dos Inhamuns.

A programação que iniciou com uma alvorada por volta das 5h30 da manhã, teve um café da manha coletivo seguido de uma roda de conversa sobre Direito à Comunicação. No período da tarde, foi realizado um torneio de futebol da Reforma Agrária, um grande ato político que se finalizou com apresentação de algumas bandas regionais e artistas da terra.

Para Lia Pinheiro, educadora na Faculdade de educação de Crateús, é uma alegria muito grande comemorar o aniversario de 05 anos da Rádio Camponesa.

"A Rádio tem sido fundamental no processo de ruptura do latifúndio do ar, na região do sertão de Crateús. É um espaço de disputa da informação que pauta a democratização e a construção da formação educativa e política da classe trabalhadora do campo e da cidade", salientou.

Já Creunice Bezerra, assentada no assentamento Palmares e ouvinte da camponesa, acredita que a Rádio veio pra garantir e assegurar os direitos dos trabalhadores ao acesso a comunicação.

"A Rádio vem cumprindo um importante papel de formar e informar os camponeses e camponesas de comunidade de Crateús. Hoje temos a clareza que precisamos romper com as correntes que nos impedem de ter nossos próprios meios de comunicação, fazer uma comunicação contra hegemônica, e para isso considero extremamente importante um veiculo de comunicação dentro do nosso assentamento", afirmou.

O assentado Zé Paulo, que reside no assentamento Palmares e é comunicador da Camponesa FM, comentou sobre o papel da Rádio dentro da comunidade.

"Nossa rádio veio pra fazer a diferença, com uma programação inclusiva, tanto para os camponeses, como também para toda sociedade civil. Me sinto muito feliz por fazer parte dessa construção coletiva."

A Rádio Camponesa Palmares FM 95,7 também esta disponível na web, desde 2015, e conta com uma equipe de comunicadores formados pelo coletivo de comunicação do assentamento.

Sua programação que contempla todos públicos: crianças, jovens, adultos. Os programas são bem diversificados, entre eles: Sem Terrinha em Ação, Manha Camponesa, Reforma Agrária em Debate, Brasil em Movimento, Camponesa Informa, Viva Sertão, Show da Reforma Agrária, Parada Esportiva, Falando ao Coração, Momentos de Fé.

Em Rondônia, acampamento do MST é sitiado por pistoleiros. Site do MST, 03/04/2016.

Cerca de 10 dias atrás, os pistoleiros atiraram contra o acampamento e fizeram ameaça às famílias.

O Acampamento Hugo Chávez, localizado entre Ariquemes e Cacaulândia, no estado de Rondônia, está sitiado por pistoleiros da fazenda Nova Vida.

Cerca de 10 dias atrás, os pistoleiros atiraram contra o acampamento e fizeram ameaça às famílias. Localizado na RO 140, o acampamento sequer está na área da fazenda.

Na noite deste sábado (2), eles retornaram, feriram algumas pessoas com coronhadas e neste domingo (3), continuam deferindo tiros sobre o acampamento, instalando o medo e ameaçando a vida dos camponeses e camponesas.

De acordo dados da CPT, Rondônia está entre os estados onde mais se matou no Brasil em conflitos no campo no ano de 2015. Os casos se concentraram exatamente na grande região de Ariquemes e no entorno do Vale do Jamari, (Buritis, Monte Negro, Campo Novo, Cujubim, Distrito Rio Pardo, e Machadinho do Oeste).

A maioria das mortes do campo no estado aconteceu nessa região. Um dos assassinatos ocorreu no dia 15 de julho, enquanto a CPT realizava seu IV Congresso Nacional, com cerca de mil participantes, na capital rondoniense, Porto Velho.

Sem Terras sofrem com ameaças em Rondônia. Site do MST, 04/04/2016.

Em todos os contatos com as forças policiais do Estado, as famílias disseram claramente que o objetivo principal era se organizar para que o direito à terra fosse alcançado através de luta e reivindicação.

No dia 8 de julho de 2013 o MST deu inicio a um acampamento nas margens da rodovia estadual 140, km 04, que liga a BR 364 ao município de Cacaulândia, Rondônia.

O Objetivo do acampamento foi organizar as famílias e apresentar as demandas relacionadas à Reforma Agrária no estado aos órgãos do governo federal e estadual.

O acampamento está localizado em frente as Fazenda Quatro Cachoeiras e Fazenda Nova Vida, cujo proprietário é João Arantes Neto.

Em todos os contatos com as forças policiais do Estado, as famílias disseram claramente que o objetivo principal era se organizar para que o direito à terra fosse alcançado através de luta e reivindicação coletiva perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Mesmo assim, o Juiz Edilson Neuhas da comarca de Ariquemes, aceitou um pedido relâmpago do "dono" da fazenda através do advogado Severino José Peterle, que expediu um mandato em cumprimento a liminar (interdito proibitório), mostrando mais uma vez a eficiência do poder judiciário para com os latifundiários da região.

O interdito proibitório revelou informações importantes, uma imensa área de terra concentrada nas mãos de apenas uma pessoa. A fazenda Agropecuária Nova Vida LTDA possui 14.471,7219 Hectares.

Se esta área fosse usada pela agricultura camponesa, seria suficiente para assentar 1.205 famílias, garantindo 12 hectares de terra para cada família, área suficiente para produzir alimentos e garantir em media 4.823 empregos de forma direta.

Durante o ano de 2014/2015 as famílias Sem Terra sofreram com diversas agressões. Exemplo disso foi a agressão sofrida no dia 2 de março, quando cinco jagunços entraram no acampamento agredindo e ferindo três pessoas.

Sem Terra realizam vigília em fóruns da Bahia. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 04/04/2016.

As ações aconteceram em memória e repúdio ao assassinato do militante Fábio Santos, que completou, no dia 2 de abril, três anos de impunidade.

Com velas, faixas, bandeiras, gritos de ordem e canções, milhares de trabalhadores Sem Terra realizaram na noite deste domingo (3) diversas vigílias em memória e repúdio ao assassinato do militante Fábio Santos, que completou, no dia 2 de abril, três anos de impunidade.

As vigílias aconteceram em frente aos Fóruns dos municípios de Eunápolis, Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Iramaia, Maracás, Barreiras e Feira de Santana.

Em Iguaí, onde Fábio foi morto, a vigília aconteceu na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no centro da cidade, e centenas de trabalhadores realizaram diversas intervenções e místicas denunciando o agronegócio e repudiando a violência no campo.

Fábio Santos vive

No dia 2 de abril de 2013, Fábio foi morto, com 15 tiros, na frente de familiares enquanto seguia ao distrito de Palmeirinha, no interior de Iguaí.

Desde então, o MST vem realizando diversas ações exigindo que os mandantes e executores do crime sejam presos. Porém, as investigações estão travadas e nenhuma reposta é dada pelo poder judiciário local, em relação ao caso.

Em 2014, por exemplo, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), foi ocupada por trabalhadores para obter respostas sobre o caso. Na ocasião, foram recebidos a bala pelo subsecretário Ary Ferreira.

Após três anos da morte do Sem Terra, as investigações continuam travadas no poder judiciário.

O MST na região afirmou, que esse tipo de ação, com o uso de pistolagem, covarde e cruel, é que os Sem Terra estão convivendo no campo brasileiro.

Eldorado de Carajás

Durante as vigílias, foi rememorado e exigido justiça também, ao maior massacre já realizado no campo, onde 21 trabalhadores foram mortos pela força policial, em Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996.

Diante do cenário de violência apontado na luta pela Reforma Agrária no Brasil, os trabalhadores destacaram a necessidade de continuar ocupando o latifúndio e denunciando a truculência policial e a morosidade da justiça.

“Pelos nossos mortos e pelos sobreviventes nos manifestamos. Pela reforma agrária, pelo fim do latifúndio e sua força jurídica, exigimos justiça”.

De acordo com Evanildo Costa, da direção nacional do MST, as vigílias fazem parte de uma série de ações, que tiveram início em março, com as lutas das mulheres, e pretendem se estender durante todo mês de abril.

“Vamos fechar BRs, ocupar latifúndios e órgãos públicos para denunciar as injustiças cometidas contra a classe trabalhadora”, concluiu costa.

Imóvel no Paraná é declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária. Assessoria de Comunicação Social do INCRA/PR. Site do MST, 05/04/2016.

Com área de 852,9 hectares, o imóvel foi vistoriado por técnicos do Incra em 2013, tendo sido classificado como improdutivo.

O imóvel rural Fazenda Prudentina, situado no município de Laranjal (PR), foi declarado de interesse social, para fins de Reforma Agrária, em decreto da Presidência da República, assinado por Dilma Rouseff na sexta-feira (1), e publicado nesta segunda-feira (4), no Diário Oficial da União (DOU).

Com área de 852,9 hectares, o imóvel foi vistoriado por técnicos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2013, tendo sido classificado como improdutivo.

O próximo passo, após a publicação do decreto, será o encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional do valor apurado na avaliação para emissão dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), que farão parte da petição para o ajuizamento da ação de desapropriação. A indenização da terra nua é paga por TDAs, resgatáveis no prazo de 5 a 20 anos, já a indenização das benfeitorias que possam existir no imóvel é paga à vista e em dinheiro.

Assim que o Incra apresenta os títulos emitidos e faz o depósito do dinheiro em juízo, a Justiça Federal imite a autarquia na posse do imóvel. Em seguida, o Incra inicia os procedimentos para selecionar as famílias cadastradas e criar um Projeto de Assentamento no local.

“Com a desapropriação do imóvel, o Incra atenderá às demandas dos trabalhadores rurais sem terra na região que, com a criação do assentamento, poderão produzir alimentos saudáveis e gerar renda e desenvolvimento social e econômico para as suas famílias”, afirma o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

A proposta de parcelamento da área já foi elaborada por técnicos do Incra. O imóvel será destinado ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais que estão acampadas há aproximadamente cinco anos na localidade de Pinhal Grande, a cerca de dois quilômetros do local.

Segundo os técnicos que avaliaram o imóvel, a área tem capacidade de uso do solo para pastagem e agricultura familiar e prevê o assentamento de 60 famílias.

As ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais atendem as diretrizes estabelecidas da Instrução Normativa do Incra nº 83, de 30 de julho de 2015.

Em nota, MST repudia violência com Sem Terra em Rondônia. Site do MST, 05/04/2016.

Diante do risco e da incapacidade do estado em garantir a segurança dos acampados contra os criminosos, decidiu-se pela saída das famílias antes que situação se agravasse ainda mais.

O Vale do Jamari, em Rondônia, região que concentrou a maior parte das mortes por conflitos agrários no país em 2015, segundo o Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), registrou mais um ataque contra trabalhadores rurais Sem Terra.

Dessa vez, o alvo foi o Acampamento Hugo Chaves, que reúne 110 famílias. Na noite do último sábado (2), depois provocações ocorridas na sexta-feira (1), o acampamento foi invadido por cinco pistoleiros da Fazenda Nova Vida, que agrediram e ameaçaram as pessoas.

Um boletim de ocorrência foi registrado na Delegacia da Polícia Civil de Ariquemes, denunciando esta ação criminosa. Hoje, os feridos realizaram exame de corpo de delito, que comprovaram a violência.

Na tarde de segunda-feira, (4) de abril, os pistoleiros cumpriram a promessa de voltar ao acampamento. Desta vez, retornaram em maior número, cerca de quinze pessoas, fortemente armadas que já chegaram atirando, amedrontando quem estava por perto, inclusive crianças e mulheres grávidas.

Dez minutos depois, retomaram o ataque, indo de barraco em barraco até expulsar todos os acampados, que se dispersaram na mata. As ameaças não cessaram e os pistoleiros prometeram voltar para queimar o acampamento.

Diante do risco e da incapacidade do estado em garantir a segurança dos acampados contra os criminosos, decidiu-se pela saída das famílias antes que situação se agravasse

ainda mais. Os acampados serão alojados no Ginásio de Esportes de Ariquemes. Neste exato momento, ônibus e caminhões ajudam no transporte da mudança.

Passadas mais de seis horas do ocorrido, a confusão ainda é grande e as informações desencontradas, acentuadas pela dificuldade de comunicação no local. Há informação, ainda não confirmada, de que pelo menos uma pessoa encontra-se desaparecida e teria sido sequestrada pelos pistoleiros. Outras duas pessoas também não foram localizadas.

A escalada de violência não nos surpreende. Durante os anos de 2014 e 2015 as famílias Sem Terra sofreram diversas agressões e há tempos a ação dos pistoleiros, cujos nomes e endereços são conhecidos, desperta medo e violência também entre os moradores da região. São muitos os relatos sobre intimidações e restrições à circulação de pedestres e motoristas nas áreas próximas à Fazenda.

Mesmo diante de toda esta violência, as famílias permanecem organizadas na expectativa da audiência marcada para a próxima quarta-feira (6), com o INCRA e o Governo do Estado de Rondônia, a fim de solucionar a situação e apurar os crimes cometidos a mando do latifúndio, dando resolução ao impasse que já dura mais de três anos.

O Acampamento

O Acampamento Hugo Chaves foi iniciado pelo MST, no dia 8 de julho de 2013, nas margens da rodovia estadual 140, km 04, que liga a BR 364 ao município de Cacaulândia, Rondônia.

O objetivo do acampamento foi organizar as famílias e apresentar as demandas relacionadas à Reforma Agrária no estado de Rondônia aos órgãos do governo federal e estadual.

O acampamento está localizado em frente as Fazenda Quatro Cachoeiras e Fazenda Nova Vida, cujo proprietário é João Arantes Neto, um dos ícones do agronegócio na Amazônia. Ou seja, o acampamento está fora da área da fazenda e situa-se em terras da União.

Em todos os contatos com as forças policiais do estado, as famílias disseram claramente que o objetivo principal era se organizar para que o direito à terra fosse alcançado através de luta e reivindicação coletiva perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mesmo assim, o Juiz Edilson Neuhas da comarca de Ariquemes, aceitou um pedido relâmpago do "dono" da fazenda através do advogado Severino José Peterle, que expediu um mandato em cumprimento a liminar (interdito proibitório), mostrando mais uma vez a eficiência do poder judiciário para com os latifundiários da região, bem diferente da lentidão quando se trata da demanda de trabalhadores rurais Sem Terra.

O interdito proibitório revelou informações importantes, uma imensa área de terra concentrada nas mãos de apenas uma pessoa. A fazenda Agropecuária Nova Vida LTDA possui 14.471,7219 Hectares, uma das maiores do país.

Se esta área fosse usada pela agricultura camponesa, seria suficiente para assentar 1.205 famílias, garantindo 12 hectares de terra para cada família, área suficiente para produzir alimentos e garantir em media 4.823 empregos de forma direta.

Sem Terra realizam terceira edição da Jornada Universitária em GO. Luciana Mendonça. Site do MST, 05/04/2016.

Realizada com o apoio de três universidades, alunos, professores e militantes discutem a Reforma Agrária e relembram o massacre dos Carajás.

Começou nesta terça-feira (4) e segue até o dia 23 de abril a Terceira Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na cidade de Goiás. O evento promove o diálogo entre o MST e as instituições de ensino superior com a participação de militantes, professores e estudantes, que se dividirão entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual de Goiás (UEG) para acompanhar as atividades programadas.

O objetivo do evento é criar canais de diálogo nos espaços da universidade e assim debater questões que envolvam a luta pela Reforma Agrária e a construção de um projeto popular para o país.

A Jornada desse ano também é especial porque relembra os 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996 - Dia Internacional da Luta pela Terra. Até hoje, mandantes e executores da ação seguem impunes.

Portanto, o objetivo é também recordar o episódio e denunciar a violência e impunidade no campo e a defesa da Reforma Agrária como instrumento fundamental de superação da desigualdade social, econômica e política, e da violência e degradação ambiental.

A mesa de abertura contou com a participação de Lisandra Passos, diretora do IFG, Maria Meire, diretora da UFG Campus Cidade de Goiás, Paulo Cantanheide, diretor da UEG/ Campus Goiás, Isaías Araújo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Euzamara de Carvalho, MST.

Nota pública do MST Rondônia sobre a violência contra o Acampamento Hugo Chaves. Carta Maior, 05/04/2016.

Na noite do último sábado (2/4), depois provocações ocorridas na sexta-feira, o acampamento foi invadido por cinco pistoleiros.

O Vale do Jamari, em Rondônia, região que concentrou a maior parte das mortes por conflitos agrários no país em 2015, segundo o Relatório da Comissão Pastoral da Terra, registrou mais um ataque contra trabalhadores rurais sem terra.

Desta vez, o alvo foi o Acampamento Hugo Chaves (MST), que reúne 110 famílias. Na noite do último sábado (2/4), depois provocações ocorridas na sexta-feira, o acampamento foi invadido por cinco pistoleiros da Fazenda Nova Vida, que agrediram e ameaçaram as pessoas.

Um boletim de ocorrência foi registrado na Delegacia da Polícia Civil de Ariquemes, denunciando esta ação criminosa. Hoje, os feridos realizaram exame de corpo de delito, que comprovaram a violência.

Na tarde de hoje, segunda-feira, 4 de abril, os pistoleiros cumpriram a promessa de voltar ao acampamento. Desta vez vieram em maior número, cerca de quinze pessoas, fortemente armadas e já chegaram atirando, amedrontando quem estava por perto, inclusive crianças e mulheres grávidas. Dez minutos depois, retomaram o ataque, indo de barraco em barraco até expulsar todos os acampados, que se dispersaram na mata. As ameaças não cessaram e os pistoleiros prometeram voltar para queimar o acampamento.

Diante do risco e da incapacidade do Estado em garantir a segurança dos acampados contra os criminosos, decidiu-se pela saída das famílias antes que situação se agravasse ainda mais. Os acampados serão alojados no Ginásio de Esportes de Ariquemes. Neste exato momento, ônibus e caminhões ajudam no transporte da mudança.

Passadas mais de seis horas do ocorrido, a confusão ainda é grande e as informações desencontradas, acentuadas pela dificuldade de comunicação no local. Há informação, ainda não confirmada, de que pelo menos uma pessoa encontra-se desaparecida e teria sido seqüestrada pelos pistoleiros. Outras duas pessoas também não foram localizadas.

A escalada de violência não nos surpreende. Durante os anos de 2014 e 2015 as famílias Sem Terra sofreram diversas agressões e há tempos a ação dos pistoleiros, cujos nomes e endereços são conhecidos, desperta medo e violência também entre os moradores da região. São muitos os relatos sobre intimidações e restrições à circulação de pedestres e motoristas nas áreas próximas à Fazenda.

Mesmo diante de toda esta violência, as famílias permanecem organizadas na expectativa da audiência marcada para a próxima quarta-feira (6), com o INCRA e o Governo do Estado de Rondônia, a fim de solucionar a situação e apurar os crimes cometidos a mando do latifúndio, dando resolução ao impasse que já dura mais de três anos.

História do Acampamento

O Acampamento Hugo Chaves foi iniciado pelo MST, no dia 8 de julho de 2013, nas margens da rodovia estadual 140, km 04, que liga a BR 364 ao município de Cacaulândia, Rondônia.

O objetivo do acampamento foi organizar as famílias e apresentar as demandas relacionadas à Reforma Agrária no estado de Rondônia aos órgãos do governo federal e estadual.

O acampamento está localizado em frente as Fazenda Quatro Cachoeiras e Fazenda Nova Vida, cujo proprietário é João Arantes Neto, um dos ícones do agronegócio na Amazônia. Ou seja, o acampamento está fora da área da fazenda e situa-se em terras da União.

Em todos os contatos com as forças policiais do Estado, as famílias disseram claramente

que o objetivo principal era se organizar para que o direito à terra fosse alcançado através de luta e reivindicação coletiva perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mesmo assim, o Juiz Edilson Neuhas da comarca de Ariquemes, aceitou um pedido relâmpago do "dono" da fazenda através do advogado Severino José Peterle, que expediu um mandato em cumprimento a liminar (interdito proibitório), mostrando mais uma vez a eficiência do poder judiciário para com os latifundiários da região, bem diferente da lentidão quando se trata da demanda de trabalhadores rurais sem terra.

O interdito proibitório revelou informações importantes, uma imensa área de terra concentrada nas mãos de apenas uma pessoa. A fazenda Agropecuária Nova Vida LTDA possui 14.471,7219 Hectares, uma das maiores do país.

Se esta área fosse usada pela agricultura camponesa, seria suficiente para assentar 1.205 famílias, garantindo 12 hectares de terra para cada família, área suficiente para produzir alimentos e garantir em media 4.823 empregos de forma direta.

Um novo ordenamento territorial para os povos tradicionais. Antônio Prates. Site do MDA, 06/04/2016.

O reconhecimento da identidade de povos e comunidades tradicionais e os novos ordenamentos jurídicos necessários para garantir seus territórios foram temas debatidos por juristas e professores de diversas universidades brasileiras, representantes da Procuradoria Federal do Incra, da consultoria jurídica do MDA, da Coordenação Nacional de Quilombos e por estudantes dos cursos de mestrado e doutorado de Direito da PUC/PR.

O assunto foi abordado no Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra, que teve seu primeiro seminário realizado em Curitiba.

Espaço para o bem-viver

Para Oriel Rodrigues de Moraes, integrante da Coordenação Nacional dos Quilombos (que reúne 57 coordenadores de todo o país), e morador do quilombo Ivapurunduva, situado em Eldorado (SP), a luta pelo reconhecimento da identidade dos quilombolas começou desde quando os negros foram arrancados da África e trazidos à força para o Brasil.

“A nossa resistência já tem 500 anos, mas, mesmo assim, a estrutura do Estado não está preparada para nos receber e ainda somos vítimas de certo racismo institucional, ‘são só quilombolas’”, observou Oriel.

Segundo ele, os quilombos sempre existiram com uma organização que não se enquadra nos padrões tradicionais da propriedade privada, não existe um dono do quilombo, suas áreas não são divididas por cercas, o uso da terra é basicamente feito com uma função social e, por isso mesmo, há grande dificuldades quanto à regularização e titularização das terras. “Como fazer isto se a terra é de todos?”, questionou.

A saída, na avaliação de Oriel Moraes, será o reconhecimento pleno do quilombo como propriedade coletiva em um novo ordenamento territorial, que reconheça a identidade dos quilombos, garanta um plano de gestão para suas terras e as defendam dos conflitos e ameaças do agronegócio e dos latifundiários. “Estamos saindo da invisibilidade, mas nossa luta ainda é muito difícil. A terra do quilombo, o espaço da comunidade é também o nosso espaço religioso e hoje já sofremos com o assédio das igrejas neopentecostais e evangélicas, que veem com preconceito nossas práticas religiosas ancestrais. De qualquer forma, creio que a cada dia afirmamos mais nossa identidade, de que o negro também é bom e o quilombo um lugar do bem viver”, concluiu Oriel Moraes.

Identidade e reconhecimento

Para a professora Maria Cristina Vidotte, da Universidade Federal de Goiás, a questão da territorialidade dos povos tradicionais é também o problema da construção da sua identidade.

Palestrante de uma das mesas do Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra, que abordou o tema ‘Terra e Territórios dos Povos Tradicionais’, ela explica que “é preciso saber o que é ser uma comunidade tradicional, o que é ser um povo quilombola, qual o espaço que ele ocupa e quais são suas referências históricas e quais suas pretensões daqui para frente”.

Abordando uma questão constitucional que ainda está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, a de se definir qual comunidade pode ser considerada quilombola no Brasil, a professora Vidotte afirma que “não somente aqueles que estavam, no momento da Constituição de 1988, ocupando espaços territoriais, podem ser considerados quilombolas, como querem alguns. Muitos estavam dispersos, expropriados, e nessa oportunidade de reconhecimento destas comunidades, surge o problema de territorialidade e do espaço que eles devem voltar a ocupar e que haviam perdido”.

Segundo a professora da UFG, "o quilombo é o espaço de preservação da sua própria história e de continuidade enquanto povo, enquanto população, com seu modo de vida, suas tradições, que é muito mais do que gente perdida no mundo, é uma gente que precisa resgatar seus espaços comunitários e reafirmar sua identidade".

O evento foi uma parceria do Grupo de Estudos de Direito Agrário, do MDA, com a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e discutiu, no campo jurídico, questões diretamente relacionadas às políticas públicas que estão sendo implantadas no país.

Função Social da Terra

Acompanhe no site do MDA as reflexões realizadas durante o primeiro seminário do Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra realizado em Curitiba, no auditório da faculdade de Direito da PUC/PR. Serão realizados ainda seminários em Belo Horizonte, São Paulo e Belém, preparatórios para o Simpósio Internacional 'Terra no Século 21: Para as Pessoas e o Planeta', previsto para ser realizado no segundo semestre de 2016.

TCU paralisa reforma agrária no País após identificar 578 mil beneficiários irregulares. André Borges – O Estado de São Paulo, Política. 06/04/2016

Auditoria da corte de contas aponta problemas de extrema gravidade, como a relação de 1.017 políticos que, criminosamente, receberam lotes do programa; base de beneficiários tem cerca de 1,5 milhão de famílias

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a paralisação imediata do programa de reforma agrária do Incra em todo o País. Estão suspensos novos processos de seleção de beneficiários de lotes, bem como de pessoas que já tenham sido selecionadas pelo programa. A medida cautelar emitida pelo tribunal decorre de uma auditoria que identificou mais de 578 mil beneficiários irregulares do programa do governo federal.

São dezenas de problemas de extrema gravidade identificados pela corte de contas, entre eles a relação de 1.017 políticos que, criminosamente, receberam lotes do programa. A relação inclui 847 vereadores, 96 deputados estaduais, 69 vice-prefeitos, quatro prefeitos e um senador. O TCU não divulgou a lista desses políticos beneficiados.

A auditoria revela centenas de casos grotescos, como a concessão de lotes para pessoas de alto poder aquisitivo, donas de veículos de luxo como Porche, Land Rover ou Volvo. Há 37 mil pessoas falecidas cadastradas como beneficiárias do programa.

As irregularidades atingem praticamente 30% de toda a base de beneficiários do programa, que é da ordem de 1,5 milhão de famílias. Em 11 mil casos, o cônjuge de uma pessoa que já foi contemplada com um imóvel pelo programa é novamente atendido com uma segunda moradia. A precariedade do programa é tanta que há pessoas com idade de um ou dois anos de idade que também receberam imóveis.

Milhares de beneficiários pelo programa possuem diversos cargos públicos, o que é proibido por lei. Foram encontrados ainda 61 mil empresários beneficiados pelo Incra. Outros 213 processos aprovados beneficiam estrangeiros.

Para medir a quantidade de concessão de lotes para pessoas de alto poder aquisitivo, o TCU adotou como critério a oferta de lotes para pessoas que tenham carros com valor superior a R$ 70 mil. Foram identificados 4.293 proprietários nessa condição, todos eles donos de carros de luxo.

Os achados de auditoria já levam em conta explicações dadas pelo próprio órgão federal aos auditores da corte de contas. O ministro relator do processo Augusto Shermann criticou duramente o programa e relembrou que o Incra tem descumprido há anos determinações já feitas pelo TCU em relação à concessão dos benefícios. “É um processo que está sendo feito totalmente à margem da lei”, disse o ministro.

O colegiado do TCU foi unânime nas críticas ao programa e na necessidade de completa reestruturação do Incra e de seu trabalho. Em janeiro, a Controladoria-Geral da União (CGU) já havia demonstrado problemas graves do programa.

O tribunal determinou ao Incra que apresente medidas para resolver cada um dos problemas identificados e que submeta essas ações para, após análise do TCU, seguir com as medidas.

Decretos desapropriam 11,1 mil hectares no Maranhão para reforma agrária e regularização de território quilombola. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/04/2016

O Estado do Maranhão teve 11,1 mil hectares decretados para reforma agrária e

regularização de um território quilombola na última sexta-feira (1), em benefício de 381 famílias. Os decretos autorizando a desapropriação de 3,9 mil hectares para a criação de assentamentos nos municípios de Açailândia, Chapadinha e Lago Verde, além de outros 7,2 mil hectares que integram o território quilombola Monge Belo, em Anajatuba e Itapecuru-Mirim, foram assinados pela presidente Dilma Rousseff, em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Um dos três imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária é a Fazenda Padre Cícero/Conquista, localizada em Açailândia. A propriedade tem 1,58 mil hectares e capacidade para receber 59 famílias de trabalhadores rurais.

No município de Chapadinha, 24 famílias poderão serão atendidas a partir da implantação de um assentamento na Fazenda Caldeirão/Data São Gonçalo, com área de 942 hectares. Já a Fazenda Marfim e Maratoan, em Lago Verde, conta com 1,4 mil hectares e capacidade para receber 41 famílias.

O decreto que declara de interesse social para fins de desapropriação os 46 imóveis abrangidos pelo território quilombola de Monge Belo vai beneficiar 257 famílias. A área tem 7,2 mil hectares.

O superintendente regional do Incra no Maranhão, Dayvson Franklin de Souza, comemorou a publicação dos decretos e indicou as próxima etapas do processo. “O Instituto vai realizar vistoria de avaliação, indenizar os proprietários e a Procuradoria Federal Especializada vai ajuizar ação judicial para, depois, a autarquia ser imitida na posse do imóvel. Somente após todos esses trâmites é que o projeto de assentamento será efetivamente criado”, explicou.

Ao todo, presidenta Dilma Roussef assinou decretos que destinam 55 mil hectares para a reforma agrária (34 mil hectares) e regularização de territórios quilombolas (21 mil hectares) em 13 estados. Dentre as 1.844 famílias beneficiadas, 1.164 são de trabalhadores rurais e 680 de descendentes de escravos.

Via Campesina realiza Conferência Internacional sobre Reforma Agrária no Brasil. Via Campesina. Site do MST, 06/04/2016.

As lutas pela terra, água e territórios são centrais na luta pela soberania alimentar.

Este ano completa-se 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra foram assassinados em sua luta legítima por território.

Este feito ocorreu em 17 de abril de 1996 e, desde então, a Via Campesina instituiu esta data como Dia Internacional de Lutas Camponesas, é nesse marco de memória e resistência, que organiza a Conferência Internacional de Reforma Agrária, que busca atualizar o debate sobre esta temática junto a seus membros e aliados como a Marcha Mundial de Mulheres, World Forum of Fisher People, Organización de Pueblos Indígenas, CIP, Fian Internacional, Grain, ETC, LRAN e Amigos de la Tierra Internacional.

A Conferência acontece de 13 a 17 de abril no estado do Pará, Brasil. Entre as principais mesas de debates estão: Estudos sobre a natureza do projeto do capital e do agronegócio; a natureza do projeto de reforma agraria popular, e os desafios do movimento campo e cidade na construção de uma agenda de ações unitárias.

O evento contará com a presença de 200 delegadas e delegados da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e das Américas. A atividade se encerrará com um ato internacional de solidariedade, mística e justiça, que se realizará no mesmo horário e lugar em que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Para a Via Campesina o tema da terra é central na luta pela Soberania Alimentar, por isso que considera importante ter este espaço de reflexão e construção coletiva, em um contexto de acumulação e desapropriação, de fome e criminalização que vive o campesinato em sua luta por acesso a este bem comum.

Nesse sentido, a Reforma Agraria que defende a Via Campesina não só deve assegurar o acesso e controle sobre a terra para quem nela trabalha, mas que deve assegurar a Soberania Alimentar mediante a produção de alimentos saudáveis, a través de sistemas agroecológicos.

Além disso, deve garantir condições e direitos básicos como a saúde, educação, tecnologia e cultura a toda população do campo. Um projeto que não se limite somente ao campesinato, as que deve ser visto como uma alternativa aos problemas estruturais do campo e de toda a sociedade.

Neste contexto, para um movimento global como a Via Campesina também é estratégico construir elementos comuns para incidência em políticas públicas, e também fortalecer a unidade e solidariedade nas lutas nos territórios.

Jornada na Universidade de Brasília relembra o massacre de Eldorado dos Carajás. Felipe Canova. Site do MST, 07/04/2016.

A encontro tem como foco a denúncia da violência e a impunidade no campo, bem como a defesa da Reforma Agrária como instrumento fundamental de superação da desigualdade social.

Na última terça-feira (5), começou no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), a 3° Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária.

O tema da palestra inicial foi “A Reforma Agrária em Cuba: a inserção da juventude no campo”. A mesa contou com a participação de Raciel Proenza e Yusmari Díaz da embaixada de Cuba e Marco Antônio Baratto, da direção do MST-DF, do professor Jair Reck (UnB e Nescuba), além de estudantes, professores, militantes de movimentos sociais e de sindicatos.

A terceira edição da Jornada relembra o massacre de Eldorado dos Carajás, que completa vinte anos no dia 17 de abril, data que os movimentos sociais adotaram como Dia Internacional de Luta pela Terra.

A encontro tem como foco a denúncia da violência e a impunidade no campo, bem como a defesa da Reforma Agrária como instrumento fundamental de superação da desigualdade social.

Entre os muitos desafios na promoção da justiça social no campo está a questão da juventude e sua relação com a terra.

Para Yusmari Diaz, em Cuba, assim como no Brasil, o grande desafio é manter a juventude no campo, especialmente por conta das dificuldades econômicas após o fim do bloco socialista nos anos 1990.

"Felizmente hoje 62% dos agricultores de nossas cooperativas são jovens. A busca permanente por formação técnica e pela renovação de uma cultura agrária teve como resultado o retorno da juventude, que busca acima de tudo qualidade de vida", disse.

Para Marco Antônio Ribeiro, da direção estadual do MST no DF, a Reforma Agrária em Cuba é um exemplo para nós em muitos aspectos.

"Os poucos avanços obtidos nos últimos anos estão sendo cotidianamente atacados por uma ofensiva conservadora que pretende, em última instância, derrubar o pensamento critico e qualquer projeto de esquerda em nosso país. Isto mostra a importância de iniciativas como as Jornadas Universitárias de Apoio à Reforma Agrária que fomentam o debate sobre a questão agrária associando-a com a conjuntura nacional e as lutas que teremos daqui para a frente", concluiu.

Sem Terra são assassinados no Paraná. Site do MST, 07/04/2016.

Até o momento existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos.

Na tarde dessa quinta-feira (7), duas equipes da Polícia Militar do Paraná, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel atacaram o acampamento Dom Tomás Balduíno, na região de Quedas do Iguaçu, Centro do estado.

Até o momento existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos - o número exato ainda não foi confirmado -, pois a polícia militar está, nesse momento, impedindo a aproximação de integrantes do Movimento no local.

Histórico

O acampamento, localizado em uma área pertencente a empresa Araupel, está organizado com 2500 famílias, cerca de sete mil pessoas.

Os Sem Terra do local sofrem com constantes ameaças por parte de seguranças e pistoleiros da empresa, ameaças essas que contam com a conivência do governo e da Secretária de Segurança Pública do Estado.

Conflitos agrários no estado

Este cenário reflete parte do clima de tensão que nasce na luta pelo acesso à terra e contra a grilagem na região. O conflito tem relação com o surgimento de dois acampamentos do MST na região centro-sul do Paraná, construídos nas áreas em que funcionam as atividades da empresa Araupel, exportadora de pinus e eucalipto.

O primeiro acampamento, Herdeiros da Terra, está localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu. A ocupação aconteceu em 1º de maio de 2014 e hoje abriga mais de mil famílias. Ali, elas possuem aproximadamente 1,5 mil hectares para a produção de alimentos.

O segundo acampamento, Dom Tomás Balduíno, cuja ocupação teve início em junho de 2014, possui 1500 famílias e fica na região de Quedas do Iguaçu. Ao contrário da outra ocupação, esta possui 12 alqueires de área aberta, sendo apenas 9 - cerca de 30 hectares - utilizados para o plantio.

Procurado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou não poder se posicionar sobre o caso, já que trata-se de um acampamento, e não assentamento. Já a Ouvidoria Agrária Nacional informou que não tem informações sobre o caso, mas que está verificando o ocorrido.

Dois sem-terra morrem durante confronto com a PM no Paraná. Valor Econômico. 07/04/2016.

Dois trabalhadores sem-terra morreram e ao menos seis ficaram feridos após entrarem em confronto com a Polícia Militar na tarde desta quinta-feira na cidade de Quedas do Iguaçu, região oeste do Paraná.

A PM afirma que foi vítima de uma emboscada e que se dirigiu ao local para tentar ajudar a combater um incêndio. O MST nega e diz que a polícia foi ao local para tentar retirar o grupo, que ocupa, desde julho de 2014, as terras da Araupel, empresa de reflorestamento.

Em nota oficial, a polícia afirma que, assim que começou o incêndio, policiais da Rotam (Rondas Ostensivas Tático Móvel) e uma brigada de incêndio da empresa Araupel foram até o local para combater as chamas. "Mas antes de chegar até o local da queimada, os policiais foram alvo de uma emboscada", diz a nota. Após a troca de tiros, o grupo fugiu, segundo a polícia, que diz ter apreendido uma pistola e uma espingarda.

A Polícia Civil já abriu um inquérito para apurar os fatos e disse que enviou equipes para o local para resgatar as vítimas - inclusive um helicóptero para remover os feridos. "Além disso, foram destacados policiais militares e civis para a região com o objetivo de reforçar a segurança - uma vez que há uma briga judicial envolvendo o MST e a empresa Araupel", diz a nota.

Os sem-terra afirmam que mais de 20 pessoas ficaram feridas. Também por meio de nota, eles dizem que foram surpreendidos por uma emboscada de grupo de jagunços, seguranças da empresa Araupel e também da Polícia Militar.

O MST argumenta que o local pertence ao Estado - a Justiça Federal, de fato, declarou nulo o título de propriedade da empresa, em maio do ano passado.

Refletindo sobre a função social da terra. Antônio Prates. Site do MDA, 08/04/2016.

O novo constitucionalismo democrático latino-americano, a terra e o território dos povos tradicionais, a pluralidade das comunidades rurais, a propriedade e outros arranjos jurídicos para o uso da terra, o trabalho escravo e os direitos humanos, estes foram alguns dos temas debatidos durante o primeiro seminário do Ciclo de Debates Sobre a Função Social da Terra.

Realizado em parceria do Grupo de Estudos de Direito Agrário, do MDA, com a PUC/PR, em Curitiba, o seminário reuniu juristas e professores de diversas universidades brasileiras, representantes da Procuradoria Federal do Incra, da Conaq-Coordenação Nacional de Quilombos e de estudantes dos cursos de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito e Antropologia daquela universidade.

Um dos organizadores do encontro, João Paulo de Faria Santos, consultor jurídico do MDA, fala na entrevista a seguir sobre a importância das ideias apresentadas, durante o seminário, para a compreensão dos atuais problemas relativos ao uso da terra no Brasil e para a formulação das políticas públicas que estão sendo implantadas no país.

Como o senhor avalia esta primeira rodada de debates realizada em parceria com Pontifícia Universidade Católica, do Paraná?

Conseguimos um avanço muito grande, com esse primeiro seminário, por que se passa a ter a reflexão da academia sobre temas muito concretos do MDA que não conseguimos equacionar nesse nível e com essa profundidade no dia a dia, quando estamos mais preocupados com a burocracia, com o que pode ou não dar certo, e muitas vezes não conseguimos fazer a reflexão do todo.

Hoje, se conseguiu fazer isso e começou com a reflexão sobre o novo constitucionalismo da América Latina com o professor José Luiz Quadros Magalhães trazendo algumas ideias muito importantes do que foi esse avanço da constituição aqui, colocando desde o Brasil, com a Constituição de 1988, a Colômbia, de 91, focando ainda a Bolívia, de 2009,

o Equador, a Venezuela, enfim, existe um movimento constitucional na América Latina que se diferencia do resto do mundo.

Primeiro, ele colocou a ideia de uma nova concepção de 'propriedades' e não 'propriedade'. Na América Latina, hoje, não se pensa a propriedade e sim as várias possibilidades de arranjos jurídicos que possam refletir os nossos princípios sobre a terra. Esse é um passo largo que se reflete sobre a nossa realidade, a nossa constituição também agrega isso quando se tem de pensar uma concepção de terra, de território, de propriedade jurídica para as comunidades tradicionais, os quilombolas, os assentamentos, os indígenas, são formas bem diferenciadas de identidade.

E refletimos também sobre isso, de como na construção destas identidades vamos tendo acertos e erros e a própria revisão destes conceitos e do que deve ser incorporado constitucionalmente ou não. O Oriel Moraes, que é integrante da Coordenação Nacional dos Quilombos, a Conaq, colocou isso de forma muito clara. Ele disse, "tivemos avanços para a nossa identidade quando a gente se define como quilombola, quando a gente se define de acordo com o decreto 4887, de 2003, mas a gente precisa avançar em muitos outros aspectos que a gente não avançou, por mais que a gente tenha uma luta para consolidar o que a gente já fez".

Uma questão sempre em pauta nas políticas públicas do MDA é o das comunidades tradicionais...

Também foram abordados os temas da terra e dos territórios das comunidades tradicionais, e aí foi analisada toda esta diversidade das comunidades tradicionais. O professor Marés colocou muito bem essa ideia de que a propriedade em si, pela modernidade, já é um pressuposto que é impositivo para a América Latina, impositivo na proteção de terra, mas ele colocou muito bem essa concepção de que a terra não é propriedade, nem mesmo o direito clássico teve essa ousadia de chamar a terra de propriedade, mas sim de bem imóvel, ele não consegue colocar aquilo como terra, por que é um absurdo completo você pensar que toda a terra do mundo inteiro vá ser propriedade, mas o problema é que este absurdo seja o pressuposto do capitalismo, o pressuposto do modelo adotado para tratar a questão da terra.

Mas, mesmo com este modelo, o nosso debate procura apontar caminhos para fazer para com que essa terra, sem abandonar, claro, uma concepção econômica, de valor de mercado, de produção, etc, consiga voltar-se para preencher as verdadeiras expectativas humanas de felicidade.

Em que medida estas ideias refletidas aqui podem enriquecer as políticas públicas desenvolvidas pelo MDA?

Nesse debate sobre terra, propriedade, mercado, se tem uma questão fundamental que está sendo feita hoje pelo MDA que é a discussão da lei 13.001 e que procura entender o que fazer com as terras dos assentamentos da reforma agrária depois do período de 10 anos pelos quais eles têm a propriedade pública sobre aqueles espaços. O que deve ser feito depois deste prazo? Simplesmente conceder um título de domínio pleno, absoluto, para que aquilo possa, inclusive, estar no mercado para ser reconcentrado, ou não, se deva produzir travas, produzir espaços suficientes para aquilo se manter na agricultura familiar, para que aquele espaço possa continuar produzindo alimentos, se mantenha como uma zona de alimentos. Então, este é um debate atual, de hoje, que vai definir a política de amanhã do ministério.

Outro ponto refletido aqui é a questão dos quilombolas. Hoje, quem demarca as terras dos quilombos é o Incra, e nessa demarcação como se pode melhorar os nossos dados antropológicos, nossas concepções para entender aquilo ali, primeiro, para garantir os direitos na via do executivo e, depois, consolidar esses direitos no judiciário, em todos os níveis.

Hoje, existem discussões do MDA no judiciário desde a primeira instância, quando buscamos titular alguma terra específica e realizar uma desapropriação, até a última instância, como a que ocorre atualmente no Supremo Tribunal Federal, com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o decreto 4887. A nossa defesa desse decreto é uma defesa cotidiana, o MDA faz inserções no STF mensalmente para poder falar sobre este decreto, que é o principal instrumento de política dos quilombos dentro do país. Então, é preciso saber quais são os riscos. Por exemplo, um risco que foi apontado muito claramente, que é o de colocar um marco temporal para quem tem uma identidade cultural em construção, então, é preciso alertar o Supremo e tentar garantir nossa política pública para que o quilombo possa ser consolidado. E, assim como nesses casos, muitos outros temas, como a questão de terras públicas, das comunidades tradicionais, dos assentamentos, foram e serão refletidos ao longo desse Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra que trarão enormes subsídios para as nossas políticas públicas que serão colocadas e debatidas no Simpósio Internacional 'Terra no Século 21: para as Pessoas e o Planeta', que está previsto para o segundo semestre de 2016.

MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná. Site do MST, 08/04/2016.

No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinam dois trabalhadores Sem Terra

Na tarde desta quinta-feira (07 de abril), famílias do MST, organizadas no Acampamento Dom Tomas Balduíno, no município de Quedas do Iguaçu, região central do Paraná, foram vitimas de uma emboscada realizada pela Policia Militar do Estado e por seguranças contratados pela empresa Araupel.

No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinados os trabalhadores rurais, Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leomar Bhorbak, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos mais sete trabalhadores e dois detidos para depor e já foram liberados.

O acampamento, cuja ocupação teve início em maio de 2015, possui aproximadamente 1,5 mil famílias e está localizado no imóvel rural Rio das Cobras, que foi grilado pela empresa Araupel. A Justiça Federal declarou, em função da grilagem, que as terras são públicas e pertence à União, portanto, devem ser destinadas para a reforma agrária.

Segundo o relato das vítimas do ataque, não houve confronto algum. A emboscada ocorreu enquanto aproximadamente 25 trabalhadores Sem Terra circulavam de caminhonete e motocicleta, há 6 km do acampamento, dentro do perímetro da área decretada pública pela justiça, quando foram surpreendidos pelos policiais e seguranças entrincheirados.

Estes alvejaram o veiculo onde se encontravam os Sem Terra, que para se proteger, correram mato adentro em direção ao acampamento, na tentativa de fugir dos disparos que não cessaram. Em relato a PM admite que os dois corpos fossem recolhidos de dentro da mata. Todas as vítimas foram baleadas pelas costas, o que deixa claro que estavam fugindo e não em confronto com a PM e seguranças.

O local onde ocorreu a emboscada ficou isolado pela PM por mais de duas horas, impedindo o socorro dos feridos. Além de bloquear qualquer outra pessoa que se aproximasse para socorrer e documentar a cena do crime a polícia removeu as vítimas sem a presença do IML, bem como, os objetos da cena do crime.

A Polícia Militar criou um clima de terror na cidade de Quedas do Iguaçu, tomou as ruas, cercou a delegacia e os hospitais de Quedas do Iguaçu e Cascavel para onde foram levados os feridos, e impediu qualquer contato das vitimas com os familiares, advogados e imprensa.

O ataque da PM aos Sem Terra aconteceu após o Deputado Rossoni assumir a Chefia da Casa Civil do Governo do Paraná e, que, coincidentemente, esteve em visita ao Município de Quedas do Iguaçu, no dia 01 de abril de 2016, acompanhado do Secretário de Segurança Publica do Paraná, Wagner Mesquita, além de representantes das cúpulas da policia do Paraná, que determinaram o envio de um contingente de mais de 60 PMs para Quedas do Iguaçu.

O MST está na região há quase 20 anos, e sempre atuou de forma organizada e pacífica para que houvesse o avanço da reforma agrária, reivindicando que a terra cumpra a sua função social. Só no grande latifundiário da Araupel foram assentadas mais de 3 mil famílias.

O MST exige justiça e:

- Imediata investigação, prisão dos policias e seguranças, e punição de todos os responsáveis – executores e mandantes- pelo crime cometido contra os trabalhadores rurais Sem Terra.

- O afastamento imediato da policia militar e a retirada da segurança privada contratada pela Araupel.

- Garantia de segurança e proteção das vidas de todos os trabalhadores acampados do Movimento na região.

- Que todas as áreas griladas pela empresa Araupel sejam destinadas para Reforma Agrária, assentando as famílias acampadas.

Povos Tupinambá sofrem despejo violento e arbitrário na Bahia. Na Bahia. Site do MST, 08/04/2016.

A área está localizada na região costeira da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e possui muitos recursos naturais que despertam os interesses das empresas do capital nacional e internacional.

Nesta quinta-feira (07), os Povos da Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro, em Ilhéus (BA), sofreram um violento despejo em suas terras ancestrais.

De forma truculenta e com total desrespeito, a Polícia Federal de Ilhéus, “não se contente em realizar apenas o despejo, prenderam duas lideranças nossas: o Cacique Babau e seu irmão, José Aelson”, falou afirmaram os indígenas.

A área está localizada na região costeira da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e possui muitos recursos naturais que despertam os interesses das empresas do capital nacional e internacional.

Para o MST, “a prisão do Cacique Babau e de Aelson configura-se como perseguição política e demonstração de força e poder do capital para intimidar as lutas dos povos”.

“Essa ação, mais uma vez, demonstra a urgente necessidade de reformas profundas nas instituições do estado, que deveriam defender o povo e fortalecer a soberania dos povos”, destacou.

De acordo a Nação Tupinambá, a questão de suas terras ancestrais não é um caso de polícia e sim de demarcação e justiça.

"Pedimos a imediata liberdade para o Cacique Babau, José Aelson e a imediata demarcação de nossas terras" exigiram.

Além disso, reafirmaram que "enquanto o Ministério da Justiça demorar para demarcar e regularizar as terras, os povos que lutam por seus direitos serão criminalizados. Por isso é urgente a necessidade de reconhecer os territórios”.

“Não são fatos isolados, são articulações da classe dominante contra o povo”. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 08/04/2016.

Em menos de uma semana, diversos episódios de violência marcaram a luta da classe trabalhadora no Brasil.

Em menos de uma semana, diversos episódios de violência marcaram a luta da classe trabalhadora no Brasil. Essas foram ações que feriram os direitos humanos em um momento de crise política e de diversas manifestações populares contra um golpe e em defesa da democracia.

No estado de Rondônia, no último sábado (02), o Acampamento Hugo Chávez do MST foi invadido por homens fortemente armados, que aterrorizaram as famílias e as expulsaram de seus lares, ateando fogo em suas casas.

Na quarta-feira (06), o Frei Sérgio Göergen, liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), foi preso pela Polícia Militar, em Brasília, porque ao receber um panfleto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), das mãos de um "pato" o amassou e jogou no lixo.

Já na quinta (07), durante um violento despejo aos Povos da Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro, em Ilhéus, sul baiano, o Cacique Babau e seu irmão, José Aelson, foram presos pela Polícia Federal porque estavam lutando junto ao seu povo contra as empresas do capital.

No Paraná, também na tarde de quinta-feira, duas equipes da Polícia Militar, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel atacaram o Acampamento Dom Tomás Balduíno, na região de Quedas do Iguaçu, centro do estado.

Existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos, o número exato ainda não foi confirmado.

De acordo com a direção do MST na Bahia, a direita ampliou sua frente de ataque ao perceber que a classe trabalhadora é a principal força capaz de frear a ofensiva violenta do capital. "Agora está direcionando a artilharia pesada contra os movimentos populares".

"Esses assassinatos e as ações truculentas não são fatos isolados, são articulações da classe dominante contra o povo".

Com isso, o MST no estado exige justiça e afirma que estará nas ruas e nos latifúndios realizando lutas em defesa da igualdade, da democracia e contra o agronegócio.

Ceará recebe III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Site do MST, 08/04/2016.

MST, professores, alunos e demais movimentos sociais coordenam e participam de debates para pensar a distribuição de terra no país.

Nesta quinta-feira (7), foi realizada a abertura da III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, no auditório da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Fortaleza.

A Jornada teve início com a mística do movimento seguida de aula pública com o tema "A questão agrária nos tempos de hoje", ministrada por professores e militantes do MST.

As atividades serão realizadas em diferentes pontos do Estado. Em Fortaleza, elas estarão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), com contribuição de movimentos sociais e instituições de ensino, como Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (CONTER), Plebeu Gabinete de Leitura, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Levante Popular da Juventude, estudantes, Sindicato dos Comerciários, professores e ativistas sociais.

Estão agendadas debates, aulas públicas, exibição de filmes, exposição fotográfica, visitas a assentamentos e escolas do campo, aulas em escolas das periferias de Fortaleza, feiras de livro e feira da Reforma Agrária.

Em Sobral, região norte do Estado, as atividades serão realizadas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Na região de Inhamuns, a jornada está sendo realizada pela Universidade de Educação de Crateús (FAC), já em Limoeiro do Norte as atividades ficarão por conta da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

MST realiza ato nacional em Quedas do Iguaçu-PR. Site do MST, 09/04/2016.

A atividade resulta do ataque covarde promovido pela Polícia Militar e por seguranças da Araupel contra trabalhadores Sem Terra, organizados no Acampamento Dom Tomas Balduíno, no município de Quedas do Iguaçu

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vai realizar nesse sábado (9), às 10h, na Praça São Pedro, em Quedas do Iguaçu, região centro do Paraná, o Ato Nacional contra a violência, em solidariedade as famílias dos mortos, e pela Reforma Agrária.

A atividade resulta do ataque covarde promovido pela Polícia Militar e por seguranças da Araupel contra trabalhadores Sem Terra, organizados no Acampamento Dom Tomas Balduíno, no município de Quedas do Iguaçu, região central do Paraná, na tarde de quinta-feira (7).

Na ação violenta foram assassinados os trabalhadores rurais, Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leonir Orback, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos sete trabalhadores, além de dois terem sido detidos para depor, mas já foram liberados.

O ato contará com a participação de representantes dos Ministérios, Parlamentares, organizações e ativistas de direitos humanos, sindicatos, organizações populares, aliados da luta pela Reforma Agrária, e assentados e acampados do MST.

Advogados pedem investigação dos assassinatos de trabalhadores no Paraná. Site do MST, 10/04/2016.

Em nota, explicam que nos últimos anos, 17 trabalhadores sem terra foram assassinados no Paraná, e em apenas um caso houve responsabilidade pelo crime cometido.

Após a morte de dois sem-terra na tarde de quinta-feira (7), no município de Quedas do Iguaçu, região central do Paraná, o MST pede a investigação e a punição dos responsáveis pelo crime. Seguranças e jagunços da madeireira Araupel participaram da ação, junto com a Polícia Militar (PM).

Em nota, os advogados que acompanham o caso, explicam que nos últimos anos 17 trabalhadores sem terra foram assassinados no Paraná, e em apenas um caso houve responsabilidade pelo crime cometido. Sendo assim, os advogados vêm a publico pedir a investigação pelo assassinato de Vilmar Bordim e Leonir Orbak.

Confira.

NOTA PÚBLICA

Assassinatos de integrantes do MST em Quedas do Iguaçu - Paraná

Nos últimos anos, 17 trabalhadores rurais foram assassinados, a tiros, em conflitos coletivos pela posse Reforma Agrária, no Estado do Paraná.* Apenas nos casos dos homicídios de Sebastião Camargo (1998) e Eduardo Anghinoni (1999) houve responsabilização penal dos executores sem que fosse possível responsabilizar os mandantes. Nos assassinatos de Diniz Bento da Silva (1993) e Antônio Tavares Pereira

(2000),promovidos pela Polícia Militar do Estado do Paraná, até o momento não foram identificados e responsabilizados criminalmente os executores e mandantes.

Diante dessa situação gritante de impunidade o Estado brasileiro já foi, inclusive, condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pela ausência de investigação eficaz e responsabilização criminal no homicídio do trabalhador rural sem terra Sétimo Garibaldi (1998). A referida Corte sentenciou naquela oportunidade que "uma das formas mais relevantes para combater a situação de impunidade em casos como o presente é investigar a atuação dos agentes estatais envolvidos", e salientou que a ausência de combate a este tipo de violência "propicia a repetição crônica". O mesmo pode-se aferir nos casos dos assassinatos de Diniz Bento da Silva (1993) e Sebastião Camargo (1998).

Ademais, no ano de 2009 o Estado brasileiro foi novamente condenado pela referida Corte Internacional por ter a Polícia Militar do Estado do Paraná, com anuência doPoder Judiciário, realizado escutas telefônicas ilegais contra membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os fatos acima mencionados impõem, enfaticamente, a necessidade de efetiva alteração desta postura dos órgãos encarregados da investigação no caso do assassinato de Vilmar Bordim, 44 anos, casado, pai de três filhos; e Leonir Orbak, 25 anos, que deixou esposa grávida aos nove meses, sob pena de nova promoção da impunidade.

A existência de versões substancialmente divergentes apresentadas pela Polícia Militar do Estado do Paraná e por testemunhas que presenciaram o fato revelam a necessidade de realização de uma investigação séria, rápida e imparcial

Todavia, os atos investigatórios promovidos até o momento pela Polícia Civil junto com a Polícia Militar, revelam substancial parcialidade incompatível com o regular processamento do feito. Referidas autoridades impedem ou dificultam o exercício das prerrogativas profissionais dos advogados na área; promovem a inquirição de agricultores no hospital e na delegacia sem o acompanhamento de advogados; omitem-se na coleta das armas e projéteis utilizados no crime; realizam vazamento seletivo de informações processuais; e assim não seguem a estrita legalidade processual exigidas no caso.

Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis sejam tomadas as seguintes ações:

1. Que a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná designem, com a

maior urgência, forças tarefas independentes para se deslocarem imediatamente até a área e acompanharem todos os atos da investigação em curso;

2. Que a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná garantam aos advogados imediato acesso aos laudos de exame cadavéricos, os termos de depoimentos, e todos os demais meios de provas que constituem o inquérito promovido pela Polícia Civil;

3. Que a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná instaurem Inquéritos específicos e autônomos, para o fim de colher novos depoimentos, realizar novo laudo de exame cadavérico, promover a reconstituição dos fatos e todos os demais meios de prova pericial, de forma absolutamente imparcial, indispensáveis ao inquérito;

4. Que a Policia Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná instaurem inquéritos para apurar o vazamento seletivo de informações processuais no caso;

5. Que o Governo Federal garanta a imediata segurança das famílias acampadas no local diante das sistemáticas ameaças que estas têm sofrido por Policiais Militares do Estado do Paraná e jagunços na região.

Sem Terra realizam atividades pelos 20 Anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Viviane Brígida. Site do MST, 10/04/2016.

MST realiza atividades que marcam a luta pela reforma agrária, a impunidade e denúncia da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais

No contexto de crise política, social e ambiental vivenciadas pela sociedade e os recentes acontecimentos em torno a questão agrária e conflitos no campo, como o caso doassassinato dos Sem Terra no estado do Paraná, sul do Brasil, o MST realiza atividades que marcam a luta pela reforma agrária, a impunidade e denúncia da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Em memória e justiça aos mártires da luta pela terra, assassinados na curva do “S” em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, que se tornou um marco para a luta camponesa em todo o mundo, serão realizadas atividades no estado do Pará e em todo Brasil.

Violência e Impunidade no campo

No Pará, entre os dias 10 a 17 de abril, acontece o Acampamento Nacional da juventude Sem Terra. São esperados cerca de 500 jovens para lembrar as vítimas de Eldorado e homenageá-las, dentre elas, Oziel Alves Pereira, de 17 anos, jovem que foi assassinado na curva do "S" naquele 17 de abril de 1996 e se tornou um símbolo para militância Sem Terra.

Os jovens do acampamento terão palestras sobre violência, situação da juventude no campo, saúde, sexualidade; oficinas de teatro, dança, pintura, percussão, vídeos; visita ao cemitério de Curionópolis onde as vítimas do massacre foram enterrados; além do ato em comemoração aos 18 anos do Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em Marabá, será realizada a Conferência Internacional da Reforma Agrária, nos dias 13 a 17. O evento organizado pela Via Campesina contará com a participação de representantes e lideranças de movimentos camponeses dos cinco continentes do mundo. Eles vão discutir temas sobre o projeto do capital, agronegócio, questão mineral, meio ambiente, entre outros.

No encontro será lançado o caderno de conflitos no campo, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Além disso, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) em parceria com o MST realiza a semana camponesa com debates para os estudantes e aberto ao público. O espaço conta com a exibição de vídeos e exposição fotográficas sobre a realidade no campo.

Ações Unitárias e em defesa da democracia

Na capital, Belém, será realizado o acampamento com cerca de 400 camponeses e camponesas.

Organizado no centro da cidade, a atividade contará com um ato de memória às vítimas de Eldorado dos Carajás, além de pautar audiências com órgãos públicos, bem como

ações junto a outros setores populares em defesa da democracia, organizadas em conjunto com a Frente Brasil Popular (FBP).

Já a Universidade Federal do Pará (UFPA), receberá a 1ª Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária.

MST ocupa Latifúndio improdutivo no interior da Bahia. Do Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 11/04/2016.

Em meios a grandes extensões de monocultivo de soja e algodão, famílias Sem Terra exigem a desapropriação da fazenda para fins de Reforma Agrária.

Na madrugada dessa segunda-feira (11), mais de 260 famílias ocuparam a fazenda Bial, localizada no município de Iuiú (Bahia), região de São Francisco. A área com grandes extensões de monocultivo de algodão e soja, estão com as atividades paralisadas e "com toda produção perdida", dizem os trabalhadores Sem Terra.

O gerente da fazenda e um advogado, acompanhados por uma viatura da Polícia Militar, ameaçaram as famílias, afirmando que a ocupação era ilegal e que deveriam sair, a qualquer custa, da área, o que não foi atendido.

Na ocupação, encontram-se crianças, homens e mulheres que exigem que o latifúndio seja desapropriado para fins de Reforma Agrária. "Nós queremos alimentar nossas famílias com hortaliças, frutas, verduras, além de criar uma diversidade de animais. A população não vive apenas de algodão e soja. Queremos garantir alimentos saudáveis para todos", diz Edio Alvez, do MST.

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária que, somente na Bahia, pretende mobilizar milhares de trabalhadores e ocupar mais de 30 latifúndios. As lutas acontecerão durante o mês de abril e relembram os 20 anos de impunidade da morte de 21 trabalhadores Sem Terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

Durante a ocupação, uma lona preta foi estendida sobre a fazenda em repúdio à morte dos Sem Terra, Vilmar Bordim (44) e Leonir Orback (25), executados em uma emboscada na última quinta-feira (7/4), no município de Quedas do Iguaçu (PR).

Sem Terra ocupa latifúndio em Tocantins. Site do MST, 11/04/2016.

A Fazenda foi adquirida por práticas de crime ambientais e grilagem

Na madrugada de sábado (08), 150 famílias Sem Terra, organizadas em Tocantins, ocuparam a fazenda Ozara, localizada no município de São Sebastião, Bico do Papagaio. As famílias estão acampadas na região desde 2013 e ocuparam a fazenda como forma de pressionar o INCRA a desapropriá-la para fins de reforma agrária.

Segundo Eliane Teixeira, membro da direção regional do MST, a fazenda é responsável por crimes ambientais e possui terras públicas griladas pelo fazendeiro. “Por isso, exigimos que a fazenda seja desapropriada para assentar nossas famílias”, afirmou Eliane.

A região do Bico do Papagaio abrange os estados de Tocantins, Maranhão e Pará e, desde as capitanias hereditárias até os latifúndios modernos, é caracterizada por uma estrutura fundiária altamente marcada pela concentração de terras, grilagem, ocorrência de trabalho escravo e disputas agrárias vinculadas à posse ilegal de terra, à seca e à política agrícola.

A presença do MST na região é importante porque as ações governamentais da atualidade ainda não foram capazes de resolver o atraso de distribuição das terras e de efetuar a reforma agrária, além de combater a violência cometida contra camponeses e trabalhadores rurais do campo pelos fazendeiros locais.

A ocupação na Ozara também foi marcada pela indignação referente aos 20 anos de impunidade ao Massacre de Eldorado dos Carajás e ao assassinato dos trabalhadores, Vilmar Bordim e Leomar Bhorbak, mortos em uma emboscada da Polícia Militar e seguranças contratados pela Araupel no Paraná na última semana. Durante o conflito, ainda foram feridos mais sete trabalhadores.

Mais cidadania para agricultoras e quilombolas do Maranhão. Flávia Dias. Site do MDA, 11/04/2016.

As mulheres rurais e as quilombolas dos municípios maranhenses de Porto Rico do Maranhão, Mirinzal, Cedral, Guimarães, Central do Maranhão, Bequimão e Alcântara terão a oportunidade de colocar em dia, gratuitamente, a documentação. Entre os dias 12 e 21 deste mês, os sete municípios recebem mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR/ MDA). A expectativa é que sejam atendidas mais de cinco mil pessoas.

Durante os mutirões itinerantes, as trabalhadoras rurais poderão tirar primeira ou segunda via de documentos, como carteiras de identidade e de trabalho, primeira via do CPF, bem como requisitar o número de identificação do trabalhador (NIT/Previdência Social), a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Também serão prestados serviços de fotografia, cópia de documentos, registro no INSS e informações sobre o Bolsa Família.

Conforme Joana Santos Pereira, coordenadora geral de Acesso à Terra e à Cidadania, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do MDA, o objetivo é que as mulheres sejam beneficiadas, primeiro pela emissão dos documentos para que, com eles, possam acessar as políticas públicas voltadas à área rural, como a titularização da terra e acesso ao crédito. “Isso nos desafia a pensar, inclusive no papel da mulher dentro da família. Na área rural, também tem aumentado o número de mulheres chefes de família. As mulheres não são ajudantes, fazendo tudo em segundo lugar. Essas políticas dão visibilidade ao trabalho dessas trabalhadoras”, explica.

O mutirão é direcionado às mulheres, mas os homens também serão atendidos. Estão previstas palestras sobre diversos temas pertinentes às trabalhadoras, sendo que uma das pautas é o enfrentamento da violência contra as mulheres.

PNDTR Maranhão

Desde 2004, quando iniciou o programa, já foram realizados 301 mutirões itinerantes no Maranhão, sendo atendidas 72.351 mulheres e emitidos 129.403 documentos. “A proposta do MDA é que o governo esteja perto dos trabalhadores familiares e a dinâmica dos mutirões itinerante possibilita isso”, observa Joana.

AMAZONAS: Conab participa de conferência estadual sobre extensão rural. CONAB. 12/04/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas, participa da 2ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Ceater), que acontece esta semana, nos dias 13 e 14, em Manaus.

Representantes do poder público e da sociedade civíl discutirão ações e estratégias prioritárias para promover a universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural

(Ater) aos agricultores familiares, visando a ampliação da produção de alimentos saudáveis. Também estarão em pauta temas relacionados à agroecologia.

Durante o evento os analistas de operações da Conab Nélio Nogueira e Thomaz Silva apresentarão ações da Companhia ligadas aos tres eixos de debate - Ater, agroecologia e produção de alimentos saudáveis -, com o foco em abastecimento e comercialização.

Os debates da Conferência Estadual terão como base de referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e as conclusões serão levadas para a etapa nacional prevista para ocorrer entre 31 de maio e 3 de junho, em Brasília.

CPT lançará o relatório Conflitos no Campo Brasil 2015. CPT. Site do MST, 12/04/2016.

Esta é a 31ª edição do relatório que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, neles inclusos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais.

12 de abril de 2016 16h11

Relacionadas

- CPT registra 23 mortes no campo somente no primeiro semestre de 2015

  30 de julho de 2015 14h41

- Aumenta a violência no campo e Sem Terra se transforma em alvo principal

  14 de abril de 2015 19h55

- Relatório mostra aumento na concentração de terras do Brasil

3 de março de 2015 11h50

-

Pará concentra 38% dos assassinatos por conflito de terra
13 de fevereiro de 2015 15h44

-

CPT quer mais compromisso do governo com os povos que lutam pela terra
5 de novembro de 2014 15h20

-

Para especialista, estrutura do judiciário não permite solucionar conflitos agrários
18 de março de 2014 15h55

-

Para especialista, estrutura do judiciário não permite solucionar conflitos agrários
18 de março de 2014 15h55

Da CPT

Foto de capa: Cezar Magalhães/Reprodução da Web

No dia 15 de abril, próxima sexta-feira, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançará sua publicação anual, Conflitos no Campo Brasil 2015. É a 31ª edição do relatório que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, neles inclusos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais.

Esse ano a CPT fará dois lançamentos nacionais do relatório. Um será no Acampamento Nacional pela Democracia, montado pela Frente Brasil Popular, em frente ao estádio nacional Mané Garrincha, em Brasília, a partir das 14h30. O outro será em Marabá (PA),

no Centro Diocesano de Pastoral, a partir das 13h30, dentro da programação da Conferência Internacional da Reforma Agrária, que será realizada de 13 a 17 de abril, em memória aos 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.

Estarão presentes no lançamento em Brasília, o presidente da CPT, Dom Enemésio Lazzaris, membros da coordenação executiva nacional da CPT, representantes da CNBB, o professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o assentado Adilson Alves Machado, de Rondônia, representantes do Acampamento, entre outros convidados.

Assassinatos em conflitos no campo explodem em 2015

O relatório de 2015 destaca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 12 anos, 50 assassinatos, 14 a mais que no ano anterior, quando foi registrado o assassinato de 36 pessoas. 47 destes assassinatos ocorreram no contexto de conflitos por terra, 1 em conflitos trabalhistas e 2 em conflitos pela água.

CPT registra em 2015 o maior número de conflitos pela água dos últimos 14 anos

Os conflitos pela água cresceram 6%, passando de 127, em 2014, para 135 em 2015. É o maior número de conflitos registrado pela CPT desde que estes conflitos começaram a ser registrados em separado, em 2002.

Acre: Conab apoia fortalecimento da extensão rural. CONAB. 13/04/2016.

Acontece nesta quinta (14) e sexta-feira (15) em Rio Branco no Acre, a II Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária, com o lema Ater - Agroecologia e Alimentos Saudáveis. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participará dos debates por meio da Superintendência Regional do Acre.

A Conferência tem o objetivo de estabelecer estratégias e ações prioritárias para promover a universalização da assistência técnica e da extensão rural pública e de qualidade aos agricultores familiares do estado, visando ampliar a produção de alimentos.

Como executora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Conab apoia a ampliação da rede de extensão rural, uma vez que a assistência qualificada aos agricultores familiares permite melhor aproveitamento de suas áreas de produção, maior produtividade, menos perdas oriundas de pragas, doenças e desequilíbrio nutricional e produtos agrícolas de melhor qualidade.

Durante os dois dias de conferência, são esperadas cerca de 70 pessoas de 15 municípios acrianos, com público formado por agricultores familiares, gestores públicos municipais e representantes dos governos estadual e federal e outros segmentos.

Os debates da Conferência Estadual terão como base de referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e as conclusões serão levadas para a etapa nacional prevista para ocorrer entre 31 de maio e 3 de junho, em Brasília.

Duas fazendas são ocupadas por Sem Terra no sul da Bahia. Site do MST, 13/04/2016.

Barracos de lona preta começaram a ser montados nos latifúndios pelos trabalhadores, que não possuem previsão de saída. Enquanto isso, o Incra é cobrado a iniciar o processo de vistoria das áreas para realizar as desapropriações.

Munidos de suas ferramentas de trabalho, cerca de 100 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam, na madrugada deste último domingo (10), a fazenda Conjunto Presente, de 301 ha, em Una, e a fazenda Alto da Aliança, de 704 ha, em Arataca.

Localizadas no sul da Bahia, os trabalhadores afirmam que as áreas estão abandonadas e com poucos funcionários.

“Nossa região é grande produtora de cacau e de diversas culturas da Mata Atlântica. Porém, com a chegada de algumas pragas, como a vassoura de bruxa na produção cacaueira, muitos latifúndios faliram por conta do monocultivo”, explica Neide Assunção, do MST.

Ela conta ainda, que as famílias Sem Terra pretendem romper com o monocultivo nessas localidades e garantir a soberania alimentar e econômica da região.

Barracos de lona preta começaram a ser montados nos latifúndios pelos trabalhadores, que não possuem previsão de saída. Enquanto isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é cobrado a iniciar o processo de vistoria das áreas para realizar as desapropriações.

De acordo com Maria Aparecida, acampada, a conquista da terra simboliza a realização de um sonho, o de produzir e, a partir disso, sustentar seus filhos e netos.

"Quando chegamos aqui na fazenda já começamos a produzir. Construímos uma horta coletiva e tiramos uma área para plantar feijão e milho".

Até o momento, os proprietários das fazendas não se manifestaram em relação as ocupações.

Incra pode assentar até 374 famílias em área de conflito agrário no Paraná. Camila Hoshino. Site do MST, 14/04/2016.

Decisões judiciais confirmam nulidade de títulos de propriedade da Araupel, segundo advogado.

A oficialização da imissão do Incra na posse de três fazendas localizadas em área de conflito agrário, em Quedas do Iguaçu, centro-sul do Paraná, deve acontecer nos próximos dias, segundo o próprio órgão, responsável pela Reforma Agrária.

A região é foco de disputa entre a empresa madeireira Araupel e o MST há pelo menos duas décadas.

As três fazendas que podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária integram o título de propriedade do Imóvel Rio das Cobras, sob domínio da madeireira Araupel, mas possuem escrituras de proprietários diferentes e não são terras exploradas pela empresa.

No final de março, duas liminares da Justiça Federal concederam ação de imissão de posse em favor do Incra e da União sobre a fazenda Três Elos (1,67 mil hectares), ocupada há doze anos pelo MST e onde está localizado o acampamento Che Guevara, com 75 famílias, e sobre a fazenda Dona Hilda (2 mil hectares), ocupada por 700 famílias- junto a fazenda Santa Rita (778 hectares)-, no dia 9 de março deste ano.

A ocupação de março foi denominada Dom Tomas Balduíno 2, por ter sido realizada por famílias que já habitavam a área de outro acampamento próximo, o Dom Tomás Balduíno 1, local onde ocorreu o assassinato de dois trabalhadores sem-terra- Vilmar Bordim (44) e Leonir Orback (25)- pela PM, na última quinta-feira (7). Os dois acampamentos fazem divisa entre si, em Quedas do Iguaçu.

Terras da União

Em 2015, uma decisão judicial em 1ª instância determinou nulos os títulos de propriedade da Araupel que deram origem ao Imóvel Rio das Cobras, e a área foi reconhecida como domínio da União. O impasse ainda transita pela Justiça e abre brecha para tentativas de reintegração de posse por parte da empresa.

Apesar disso, a Advocacia Geral da União (AGU) gerou até o momento cinco ações favoráveis ao Incra sobre o território em disputa- duas contra a Araupel e três contra particulares-, o que comprova a tese da nulidade dos títulos, de acordo com o advogado do MST, Bernardino Camilo da Silva.

"As decisões judiciais são importantes, pois resgatam da sociedade uma área que estava sendo usada irregularmente [pela Araupel], além de que pode contribuir para a resolução de um conflito agrário que se instaura na região.

É uma conquista histórica de arrecadação de terra pública", defendeu o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

Após imissão definitiva da posse, que deve acontecer nos próximos dias, segundo informações do Incra/PR, os passos seguintes são a criação de uma comissão técnica para elaborar o projeto dos assentamentos e do desenvolvimento da área, e realizar o cadastramento das famílias.

Também segundo o órgão, as três áreas juntas podem assentar até 374 famílias, sendo 140 na fazenda Três Elos, 170 na fazenda Dona Hilda e 63 na fazenda Santa Rita.

No caso da última fazenda, em nome de Carolina da Rosa Pezzi (Ação Civil Pública Nº 5001619-03.2016.4.04.7005/PR), ainda não há determinação judicial para a imissão do Incra na posse, apesar da área já ter sido considerada pública em 1ª instância. Ainda assim, está prevista uma audiência conciliatória entre as partes.

Embora os assentamentos indicados não resolvam o conflito agrário na região, eles são mais um passo pela Reforma Agrária, de acordo com Camilo."Isso gera um clima de alegria após a ressaca do período difícil do assassinato de dois trabalhadores sem-terra na região", afirma o advogado do MST.

Apesar da notícia, o Movimento cobra a investigação do caso dos assassinatos em Quedas do Iguaçu por parte da Polícia Federal e a devida responsabilização dos responsáveis pelo crime.

Impunidade em mortes é motor da violência no campo. Gabriela Maciel. Site do MST, 14/04/2016.

Massacre de Eldorado dos Carajás e assassinatos recentes no Paraná evidenciam falta de justiça.

Emboscada, policiais militares, sem-terra, tiros, tese de confronto e apenas trabalhadores mortos. Essa sequência poderia remontar ao Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido há 20 anos, no estado do Pará, no Norte do país.

Esse encadeamento de fatos e personagens, no entanto, são os mesmos que aparecem nas mortes ocorridas no estado do Paraná, no último dia 7 de abril, quando dois militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados, nas proximidades do Acampamento Dom Tomás Balduíno, cidade de Quedas do Iguaçu. Como pano de fundo dessas realidades, o latifúndio, a luta pela terra, a violência com a participação do Estado e a busca por justiça.

O dirigente nacional do movimento, Joaquin Piñero, aponta que a impunidade é uma marca dos crimes relacionados aos conflitos no campo e contribui para que mortes continuem a ocorrer.

"Até agora, os responsáveis [pelos crimes de Eldorado dos Carajás] não foram punidos. Isso é tão grave que denunciamos à comunidade internacional", apontou ele. Abril, que já havia se tornado – após o massacre no Pará – um mês de luta intensa para o movimento, torna-se ainda mais representativo para a luta por terra. "Vamos estar mobilizados e seguiremos denunciando estes crimes", destacou.

Izabel Rodrigues Lopes, dirigente estadual do MST no Pará, destaca que a violência do Estado também se expressa na repressão às mobilizações de trabalhadores, como o que ocorreu com as sem-terra no dia 8 de março, em Parauapebas (PA), mesma região em que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Cerca de 300 manifestantes faziam um ato simbólico em frente à portaria da mineradora Vale com o uso de lama e barro para lembrar a recente tragédia de Mariana (MG) e alertar para os riscos que envolvem a população dessa região. A Polícia Militar (PM) reprimiu o ato com o uso de spray de pimenta e bombas em um percurso de mais de 500 metros.

“Exatamente quando faz 20 anos do Massacre de [Eldorado dos] Carajás se repete a mesma cena. Polícia dos dois lados. Chamaram mais reforço, onde a gente estava nas duas laterais não tinha saída e terminaram jogando bomba e atirando [com bala de borracha]. A outra 'arma' que usaram foi tirar o microfone, cortaram nosso som e prenderam o motorista.

A gente não tinha como conversar, pedir calma para o povo, não tinha mais como, o que sobrou mesmo foi correr”, relembrou Izabel. Na correria, mulheres caíram, se machucaram, inclusive uma mulher grávida que desmaiou necessitando de atendimento médico.

A história se repete

Caminhonete alvejada por tiros e trabalhadores atingidos pelas costas desmontam, para o MST, a tese da Secretaria de Segurança Pública do Paraná de que os sem-terra teriam feito uma emboscada para policiais militares. “

Aproximadamente 25 trabalhadores sem terra circulavam de caminhonete, há 6 quilômetros (km) do acampamento, dentro do perímetro da área decretada pública pela Justiça, quando foram surpreendidos pelos policiais e seguranças entrincheirados”, relata a nota do movimento. Advogados ligados aos trabalhadores denunciam que os policiais removeram corpos e objetos da cena do crime.

A situação se assemelha ao caso do massacre de duas décadas atrás. A destruição de provas por meio da manipulação do local das mortes foi um dos fatores que impediu a condenação de policiais que participaram do Massacre de Eldorado dos Carajás, como

explica o promotor Marco Aurélio Nascimento, que atuou no caso. “O local do crime ficou inidôneo, houve perícia do local, mas sem os corpos.

Como eles tinham poder sobre segurança pública e domínio do fato, tomaram uma série de providências que dificultaram e tornaram quase impossível determinadas provas”, explicou. Outra ação dos agentes de segurança para dificultar as investigações foi a retirada da identificação dos policiais na farda, que é obrigatória.

A presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará, Luanna Tomaz, lembra que esses crimes, por serem cometidos por agentes do Estado, contam, muitas vezes, com a conivência das instituições.

“A gente recebe muito esse tipo de demanda de gente que vem e diz que a polícia não quis investigar e as provas somem. Até que esses grupos consigam o esforço de alguma autoridade, pedir que o delegado da cidade atue, as provas já foram apagadas. Há uma dificuldade muito grande de investigação e medo de denunciar”, apontou.

As mortes no Paraná de Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leonir Orback, de 25 anos - que deixa a esposa grávida de nove meses - , refletem um clima de tensão provocado por lideranças políticas, pelas forças de segurança e pela mídia local, desde a instalação de dois acampamentos do MST em terras de domínio da União, mas que a madereira Araupel alega ser proprietária. Outras denúncias sobre ameaças de morte sofridas por lideranças do movimento foram notificadas ao Ministério Público e à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), no ano passado.

Mortes no campo

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2015, foram 50 mortes por conflitos no campo em todo o país, maior número dos últimos 12 anos. Desses assassinatos, 47 foram na Amazônia, sendo 20 em Rondônia, 19 no Pará, seis no Maranhão, um no Amazonas e um em Mato Grosso.

Com uma área equivalente a 16% do território nacional, o Pará é o estado líder na violência no campo. De 1985 a 2014, foram 775 mortes, o que equivale a 40% dos assassinatos, segundo a CPT. Levantamento da entidade mostra ainda que, de 438 crimes ocorridos neste período, somente 22 foram julgados.

Para o advogado da CPT, José Batista Afonso, a impunidade sinaliza aos criminosos que os assassinatos podem ser formas “eficientes” para resolver problemas no campo. “Um pistoleiro que mata um trabalhador, e não é punido pelo crime, no dia seguinte ele está procurando emprego com outro fazendeiro.

Da mesma forma, um mandante de crime que manda assassinar um camponês, e não é punido, vai se sentir à vontade para encomendar outras mortes e vai continuar resolvendo as questões de natureza agrária através do uso da bala”, apontou.

Governos

Procurada pelo Brasil de Fato, a Secretaria de Segurança do Paraná reforçou a tese de que a PM sofreu uma emboscada por parte dos integrantes do MST. Disse ainda que os crimes continuam a ser investigados.

Em relação à ação da PM no 8 de março de 2016 em Parauapebas, a Secretaria de Segurança Pública do Pará informou que o órgão recebeu as mulheres camponesas que reivindicaram a apuração dos possíveis abusos cometidos pelos policiais.

Conferência debate Reforma Agrária com movimentos campesinos de todo o mundo. Gisele Brito. Site do MST, 14/04/2016.

O objetivo do evento, que começou nesta quarta (13), é construir um calendário de lutas comuns.

"Globalizamos a Luta! Globalizamos a esperança!" Com esse grito de luta, começou oficialmente a Conferência Internacional da Reforma Agrária na manhã de hoje (13), em Marabá, no sudeste do Pará.

O evento, organizado pela Via Campesina, tem como objetivos fortalecer a unidade e a solidariedade entre os povos, estudar as estratégias do capital e suas crises, trocar informações e experiências sobre políticas públicas e debater as diversas propostas de reforma agrária apresentadas pelos movimentos populares que lutam pela terra. Representantes de organizações camponesas de dez regiões de todos os continentes do mundo estão presentes.

"O objetivo principal é atualizar o debate sobre reforma agrária e contribuir para a construção de um calendário de lutas comuns. Independentemente se é a 'reforma agrária popular' ou a 'reforma camponesa'. Se está na Ásia, na África ou na Europa. O importante é a gente ter elementos comuns de enfrentamento do inimigo, que é o mesmo: o capital", afirma Marina dos Santos, membro da direção nacional do MST e coordenadora Internacional da Via Campesina pela América Latina.

Para Faustino Torrez, da Asociación de Trabajadores del Campo (ATC) e da Via Campesina pela Centro América, o significado da reforma agrária vem sendo apropriado e deturpado pelos Estados e e pelo capital. Por isso, o debate neste momento é fundamental para a articulação.

"Alguns acadêmicos querem que a gente esqueça o conceito da reforma agrária e falam da distribuição de terra, da compra de terra, porque não querem resolver esse problema grave.

Então, com a força de vários países e dos povos originários, estamos dizendo que devemos recuperar a Reforma Agrária e dizer que a Reforma Agrária Popular é a mais completa. É ela que garante trabalhar para resolver a pobreza no campo e é base para garantir soberania alimentar.

As outras são políticas de governos populistas, em alguns casos com outros interesses, que entregam terra, mas não dão crédito aos camponeses. E, sem apoio, eles as colocam à venda. Essa é a lógica de alguns países capitalistas. Então, defendemos a mais pura, genuína, popular e democrática [reforma agrária]", defende Torrez.

A conferência também homenageia os 19 mortos no Massacre de Carajás, que completa 20 anos no próximo domingo (17). Nesse dia, os participantes irão se juntar à juventude do MST que está acampada na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, local onde aconteceu o ataque contra os trabalhadores Sem Terra.

MST forma convênio para implantar e recuperar infraestrutura em assentamentos em MG. Geanini Hackbardt. Site do MST, 14/04/2016.

Duas mil famílias terão acesso à infraestrutura adequada para o desenvolvimento socioeconômico e produtivo.

Trabalhadores Sem Terra, Governo do Estado e Fundação Ruralminas assinaram, no último dia (13), a proposta de trabalho para implementação de sistemas de abastecimento de água, construção e reformas de estradas, além de pequenas barragens nas áreas de Reforma Agrária em Minas Gerais.

Duas mil famílias terão acesso à infraestrutura adequada para o desenvolvimento socioeconômico e produtivo. Com aporte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, serão investidos 30 milhões de reais, em 66 assentamentos. As regiões contempladas – Triângulo, Rio Doce, Sul, Zona da Mata, Alto Paranaíba, Jequitinhonha, Mucuri, Norte, e Metropolitana – abrangem o total de 38 municípios.

O projeto prioriza o abastecimento de água par atender as condições básicas de moradia às famílias, permitindo significativa melhora da qualidade de vida, potencializando a produção de alimentos livres de agrotóxicos e a geração de renda no campo. Como afirmou Luiz Afonso Vaz de Oliveira, Presidente da Ruralminas, "sem infraestrutura mínima, não é possível que o homem resida no campo".

Para o Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Gilson de Souza, a articulação das demandas populares junto ao estado é central para garantir a implantação das políticas públicas necessárias das demandas populares junto ao estado é central para garantir a implantação das políticas públicas necessárias. "Quando o movimento social e os governos tem a disposição de trabalhar em parceria para atender uma demanda histórica em relação aos assentamentos de minas gerais, conseguimos avançar."

Souza destacou ainda as três áreas emblemáticas que foram desapropriadas recentemente, Ariadnópolis, Felisburgo e Novo Cruzeiro, ressaltando que "não fosse a ousadia do MST de ter essa preocupação, botar na pauta do dia a demanda das famílias, nada não teria saído nesse tempo".

Para o MST, este é um direito conquistado a partir anos de luta e muito empenho diante do Estado, uma pauta que atravessou governos, porém os desafios continuam. "Na verdade encerra-se hoje um trabalho iniciando outro muito maior, que é o de atender efetivamente a demanda das famílias assentadas com água, com estradas, com a estrutura necessária para desenvolver os assentamentos", observou o integrante da direção do movimento no estado, Nei Zavaski.

“Uma parte apenas dos assentamentos estão aqui. Esperamos que este seja um primeiro passo para produzir o desenvolvimento rural sustentável, com qualidade de vida no campo mineiro”, ressalva o dirigente.

Adquiridas duas novas áreas para fins de reforma agrária em Quedas do Iguaçu (PR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2016

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi imitido na posse dos imóveis rurais conhecidos como Dona Hilda e Três Elos (compreendido pelas áreas Três Elos I, II e III e Fazenda Campo Novo), no município de Quedas do Iguaçu, no Paraná. Com as imissões na posse, o Incra procederá com a implantação de dois novos assentamentos para atender aproximadamente 350 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

A assinatura pelo superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, das imissões na posse aconteceu no final da tarde desta quinta-feira (14) com o acompanhamento de oficiais de justiça da comarca de Quedas do Iguaçu. A aquisição dos imóveis é resultado de Ações Civis Públicas propostas pela União e Incra de nulidade do título Rio das Cobras. As duas áreas - Dona Hilda e Três Elos - possuem juntas 3,7 mil hectares.

A decisão judicial, que determinou a imissão do Incra na posse dos imóveis rurais ao considerar nulos os títulos particulares das duas áreas que possuem origem na gleba maior denominada Rio das Cobras, foi proferida no dia 31 de março pelo juiz Leonardo Cacau Santos La Bradbury, da 2ª Vara Federal de Cascavel (PR). “A desocupação da área, pelo exercício do direito à propriedade do bem público da União, servirá para programa fundiário governamental, com o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, sobretudo porque várias famílias já ocupam grande parte do imóvel, assegurando-lhes, assim, o direito à dignidade da pessoa humana, o direito à moradia, ao trabalho, e à proteção à família, assegurados pela Constituição Federal”, diz a sentença.

O título Rio das Cobras possui parte de sua área explorada pela empresa Araupel. Em 2015, outra decisão judicial declarou a nulidade dos títulos ocupados pela empresa, reconhecendo a área como pública. As decisões de nulidade dos títulos de propriedade

dos imóveis Dona Hilda e Três Elos reafirmam a tese de nulidade dos títulos, defendida pelo Incra e pela União.

O imóvel Três Elos está ocupado há onze anos por cerca de 80 famílias de trabalhadores rurais ligados ao MST. O imóvel Dona Hilda foi ocupado por 700 famílias no dia 9 de março deste ano.

O Incra vem se esforçando para mediar os conflitos na região e entende que a principal forma de resolução de conflitos agrários é o assentamento das famílias acampadas. “As decisões judiciais são importantes porque podem contribuir para a resolução de um conflito agrário instaurado na região”, avalia o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

Próximos passos

Após a imissão do Incra na posse dos imóveis, nos próximos dias deverá ser realizado estudo da capacidade de assentamento e, posteriormente, publicadas as portarias de criação dos mesmos. A partir daí serão iniciados todos os procedimentos para a implantação dos assentamentos, como cadastro e homologação das famílias, levantamento topográfico e demarcação dos lotes.

Adquiridas duas novas áreas para fins de reforma agrária em Quedas do Iguaçu (PR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2016

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi imitido na posse dos imóveis rurais conhecidos como Dona Hilda e Três Elos (compreendido pelas áreas Três Elos I, II e III e Fazenda Campo Novo), no município de Quedas do Iguaçu, no Paraná. Com as imissões na posse, o Incra procederá com a implantação de dois novos assentamentos para atender aproximadamente 350 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

A assinatura pelo superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, das imissões na posse aconteceu no final da tarde desta quinta-feira (14) com o acompanhamento de oficiais de justiça da comarca de Quedas do Iguaçu. A aquisição dos imóveis é resultado de Ações Civis Públicas propostas pela União e Incra de nulidade do

título Rio das Cobras. As duas áreas - Dona Hilda e Três Elos - possuem juntas 3,7 mil hectares.

A decisão judicial, que determinou a imissão do Incra na posse dos imóveis rurais ao considerar nulos os títulos particulares das duas áreas que possuem origem na gleba maior denominada Rio das Cobras, foi proferida no dia 31 de março pelo juiz Leonardo Cacau Santos La Bradbury, da 2ª Vara Federal de Cascavel (PR). “A desocupação da área, pelo exercício do direito à propriedade do bem público da União, servirá para programa fundiário governamental, com o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, sobretudo porque várias famílias já ocupam grande parte do imóvel, assegurando-lhes, assim, o direito à dignidade da pessoa humana, o direito à moradia, ao trabalho, e à proteção à família, assegurados pela Constituição Federal”, diz a sentença.

O título Rio das Cobras possui parte de sua área explorada pela empresa Araupel. Em 2015, outra decisão judicial declarou a nulidade dos títulos ocupados pela empresa, reconhecendo a área como pública. As decisões de nulidade dos títulos de propriedade dos imóveis Dona Hilda e Três Elos reafirmam a tese de nulidade dos títulos, defendida pelo Incra e pela União.

O imóvel Três Elos está ocupado há onze anos por cerca de 80 famílias de trabalhadores rurais ligados ao MST. O imóvel Dona Hilda foi ocupado por 700 famílias no dia 9 de março deste ano.

O Incra vem se esforçando para mediar os conflitos na região e entende que a principal forma de resolução de conflitos agrários é o assentamento das famílias acampadas. “As decisões judiciais são importantes porque podem contribuir para a resolução de um conflito agrário instaurado na região”, avalia o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

Próximos passos

Após a imissão do Incra na posse dos imóveis, nos próximos dias deverá ser realizado estudo da capacidade de assentamento e, posteriormente, publicadas as portarias de criação dos mesmos. A partir daí serão iniciados todos os procedimentos para a implantação dos assentamentos, como cadastro e homologação das famílias, levantamento topográfico e demarcação dos lotes.

Fetraf/GO busca solução para situação das famílias acampadas na Fazenda Campo Belo em Jataí. FETRAF. 15/04/2016.

Incra regularizou área para uso de assentamentos

Representantes da FETRAF/GO estiveram reunidos ontem (14), com o diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Luiz Antônio Possas de Carvalho, para discutir a situação das famílias acampadas na Fazenda Campo Belo localizada no município de Jataí/Go.

Em 2012, após uma vistoria do Incra, o órgão decretou a área da Fazenda como improdutiva, regularizando então, o seu uso para assentamentos.

Após esse período, o proprietário da Fazenda recorreu à justiça contra a ação do Incra para retomar a posse da área. Um juiz local revogou o termo de posse do órgão que acabou devolvendo a área para o antigo dono.

"As famílias estão sofrendo pressão da justiça e dos policiais. E nós entendemos que o Incra, por meio de sua hierarquia precisa lutar para garantir a permanência e a vida dessas famílias", disse o coordenador da FETRAF do estado de Goiás, Antonio Pereira das Chagas.

Ele afirmou ainda que o Incra local não conseguiu realocar as famílias até novembro passado, prazo determinado pela justiça. Agora cerca de 12 famílias que estão acampadas correm o risco de serem despejadas do local.

O diretor, Luiz Antônio Possas de Carvalho, afirmou que irá averiguar o processo na justiça do estado e que no prazo de dez dias dará o retorno à entidade.

Participou também da reunião o presidente substituto do Incra, César Fernando Schiavon Aldrighi.

'Esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais'. Eduardo Sá. Carta Maior, 19/04/2016.

Rondônia é o Estado com maior número de mortes por causa do conflito fundiário.

(Ji-Paraná/RO) – Rondônia é o Estado com maior número de mortes por causa do conflito fundiário. Essa é a constatação do último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontando para a morte de 20 lideranças na região em 2015. Território de expansão da produção da soja, que tem cada vez menos onde plantar no Cerrado, e da agropecuária. É um dos estados com maior produtividade dos dois produtos.

Para entender melhor esse contexto, conversamos com Olavo Nienow, de 65 anos, veterano da militância local que atua na região desde a época do regime militar a partir das bases da igreja luterana. Segundo ele, o principal problema é que a judicialização da questão fundiária demora na destinação das terras e até o resultado final a configuração dos problemas já mudou. É uma bola de neve, cujas soluções atuais só têm acirrado a violência e a disputa pelas terras que foram ocupadas irregularmente no decorrer do tempo.

O sociólogo foi coordenador da CPT por uma década no período de redemocratização do país, após ficar preso durante alguns dias por causa do seu envolvimento nas lutas. Foi consultor no Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) prestando assessoria e capacitação técnica aos assentamentos do Incra. Assumiu a superintendência deste órgão durante cinco anos no governo Lula, foi delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Rondônia e hoje exerce sua aposentadoria assessorando o deputado estadual Lazinho da Fetagro (PT).

Você veio do sul pelo Mato Grosso indo parar no olho do furacão em Rondônia, na década de 70. Como estava esta construção da luta pela terra dos movimentos locais à época?

O processo de migração foi cada vez mais intensivo e não tinha as organizações sociais. As igrejas incentivaram, principalmente a católica e a luterana, que trabalharam de forma ecumênica nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Por causa do regime militar, era

muito difícil o processo de organização devido à perseguição. Então a igreja era um espaço mais reservado para a reflexão e promoção desse encontro entre os trabalhadores. Criaram praticamente todos os sindicatos dos trabalhadores rurais, e também havia em cada município uma Associação de ajuda mútua. Eram voltadas para a organização do processo produtivo e comercialização, como tudo era longe ficava caro e havia muita exploração dos atravessadores. Passaram a fazer compras e vendas coletivas com melhores preços, inclusive foi criada uma central de associações e uma cooperativa que ainda existem.

As ocupações e conflitos de terras foram se acirrando, porque o Incra não dava conta de fazer o ordenamento fundiário com tanta celeridade. Embora tenha sido o Incra mais estruturado do país à época, o incentivo da migração era muito forte. Os agricultores não tinham alternativa à buscar um pedaço de terra para trabalhar, e com isso houve um processo acelerado de ocupações de áreas tanto públicas como privadas. Os agentes pastorais também passaram a ser perseguidos e ameaçados, alguns foram até mortos, como o caso do Padre Ezequiel Amin. Assim surgiu a organização dos trabalhadores: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada regionalmente em 1983 exercendo um papel muito importante nisso. E também surgiu em nível nacional o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aqui acho que em 1985 e logo teve uma delegação no Congresso Nacional em Curitiba.

Até que ponto o passado de luta está presente, na medida em que o último relatório da CPT denuncia em Rondônia um dos maiores índices de morte em conflitos rurais do país?

Rondônia antes de ser Estado foi território federal criado por desmembramento: parte do Mato Grosso e do Amazonas. A ingerência do Governo Federal foi muito forte, e no regime militar eles encontraram aqui uma válvula de escape para diminuir os conflitos pela terra na região sul e leste com o avanço da monocultura empresarial, como a soja, que foi expulsando os agricultores para cá. Isso fez com que o Incra não concluísse o processo de regularização fundiária, porque arrecadou todas as terras devolutas em nome da União mas o estado de Rondônia não. O governo federal tinha de dar sua destinação social, então o Incra implantou projetos integrados de colonização e de licitação dirigidos para determinadas culturas: seringa, cacau e agropecuária na região sul, com lotes que

variavam de 500 a 2 mil hectares dependendo da região e do processo. Porém em 1985 no final do regime militar, quando chega a nova república com Sarney, foi pensado o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Com isso, o foco se voltou mais para as desapropriações ou aquisições e menos para regularizações. O Incra passou por um processo de sucateamento, e se voltou mais para outros estados e grande parte da terra que arrecadou em Rondônia não foi destinada corretamente. Deu margem à grilagem dos grandes e dos pequenos, que ocupavam essas áreas.

Para complicar ainda mais, o Estado de Rondônia por volta de 1995 criou o PlanaFloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) com financiamento do Banco Mundial para fazer o zoneamento do Estado e depois consolidá-lo em um Projeto de Lei. Foi o primeiro estado a ter o zoneamento oficial e regulamentado em lei, isso ocorreu por causa do acelerado desmatamento com o ciclo madeireiro e a agropecuária. O zoneamento criava zonas de proteção especiais na floresta e para o desenvolvimento da agricultura ao longo da BR 364, onde estava a maioria dos projetos de assentamentos. Mas o estado não conseguia executar, fiscalizar ou fazer um trabalho de conscientização nesse sentido, então esse zoneamento foi sendo ocupado e deturpado para outra finalidade. Os conflitos não acabaram, pelo contrário foram se acirrando. Sempre teve muita violência e mortes, como o massacre de Corumbiara e outros, porém nos últimos anos esses conflitos voltam com bastante força porque as possibilidades de ocupação de áreas não destinadas exauriram: a disputa é pelos espaços que já estão ocupados. E o governo federal, através do Incra, principalmente pelo Terra Legal, não tem condições de resolver essas questões. Na década de 70 ele fazia o papel do estado e mandava prender, hoje ele não tem como remover essas pessoas dessas terras: tudo é judicializado, tem processos que o Estado ajuizou através da sua procuradoria em até 30 anos. Quando consegue uma decisão definitiva do judiciário, a situação já está totalmente desconfigurada e mais difícil de dar esse ordenamento jurídico.

Hoje numa área de mais de 100 mil hectares com mais de 4 mil famílias envolvendo três municípios, o judiciário deu ganho aos pretendentes que eram do antigo seringal e tinham um tipo de concessão para o uso. E agora como vai resolver? Conseguiu o domínio da terra, mas a posse já perdeu há muito tempo porque está totalmente ocupada por famílias que moram lá há 30 anos onde até o neto já nasceu numa situação totalmente consolidada com casas de alvenaria, currais, etc. Esse é só um exemplo. Enquanto o Estado não puder

intervir com um forte apoio do judiciário, esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais.

Então o próprio Estado é um dos principais fomentadores do agronegócio nessa região, ao viabilizar esses latifúndios para a soja, por exemplo?

Um dos fatores que contribuiu muito para isso foi que o sul do Estado é área de transição do Cerrado com a Amazônia, e alguns empresários dessa região estimularam a Embrapa de Rondônia no desenvolvimento de pesquisas com soja. O resultado é que temos um dos índices de maior produtividade de soja no país. Além disso, muitas vezes pragas em pastagens geram a substituição de áreas de pecuária para lavoura de soja. Depois foi avançando nas áreas de mata, onde o Incra tinha implantado uma série de colonização como em Colorado e Cerejeiras, que tinham lotes na década de 80 e assenta milhares de famílias. Os empresários rurais adquiriram boa parte dessas parcelas dos colonos, ou os agricultores arrendaram e o pessoal foi mudando para as cidades. Vilhena inchou muito, assim como Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara, etc, onde houve justamente o avanço da soja. De dois anos para cá e de forma cada vez mais intensiva, também vai se consolidando na região norte do estado, principalmente de Ariquemes ao Amazonas passando por Porto Velho em direção a Guajará-Mirim. Inclusive avançando para o sul do Amazonas, na região da BR 319.

Além da expansão agrícola e pecuária, há os grandes empreendimentos com hidroelétricas e outros projetos do PAC. Houve uma reconfiguração fundiária em função disso também?

Houve, mas em termos de número de famílias não é muito. Atingiu alguns projetos de assentamentos, inclusive há tendências de uma disputa porque eles dimensionaram mal e além dessas áreas onde foram reassentados ou indenizados indevidamente tem outras famílias. São mais de 200 ainda brigando com o consórcio para serem indenizadas ou reassentadas, porque também foram afetadas e não estavam incluídas nesse processo de deslocamento ou indenização. E também porque Porto Velho, que é uma região de solo um pouco mais fraco no Estado, não foi objeto de muitos projetos de assentamento na época do Incra. Por isso, havia menos agricultura familiar para impactar na construção dessas usinas.

E como os índios se encaixam neste cenário todo?

Por causa dessa ganância, do avanço, da grilagem e ocupação, a população indígena é a mais vulnerável. Conseguiram garantir uma demarcação não desejada, mas tiveram o reconhecimento de vários territórios. Mesmo grande parte deles sendo demarcados, não estão sendo respeitados por causa dessa ganância dos empresários e outros interessados. Praticamente todas as áreas indígenas têm ocupações ou a exploração permanente dos seus recursos naturais, principalmente da madeira e minerais. O famoso caso Roosevelt com a exploração de diamantes dentro de uma área indígena dos Cinta Larga, por exemplo. Outra muito cobiçada na área central do Estado é dos Uru Eu Wau Wau, que tem mais de 2 milhões de hectares e é constantemente ameaçada de ocupações. A população extrativista, como os seringueiros, que hoje trabalham muito com castanhas, populações tradicionais que viviam dos recursos naturais da floresta e em reservas criadas e destinadas a elas, hoje sofrem de forma semelhante: vivem ameaçados de vida.

Esses povos têm algum diálogo com a mídia tradicional no Estado, ou ela é dominada por caciques locais? Como é a visibilidade dessas populações?

Os meios de comunicação de um modo geral no país tendem a incentivar o que é chamado de progresso e desenvolvimento, numa visão muito capitalista com a exploração rápida dos recursos naturais e a implantação de monoculturas. Por isso, a imprensa geralmente dominada por pessoas que têm essa mentalidade ou que também são desse meio empresarial, não tem canais para manifestar as contradições e a luta dessas populações mais vulneráveis.

Haverá uma reunião para unificar os movimentos, quais os desafios nessa conjuntura?

No final da década de 80 e na de 90 com a implantação do projeto PlanaFloro, esses movimentos todos, sindicatos, organizações indígenas e de seringueiros, criaram o Fórum das organizações sociais e ONGs. Um espaço bastante expressivo para fazer essa discussão do desenvolvimento do estado com a participação deles, mas depois foi enfraquecido e os movimentos se isolaram na sua luta de forma mais individualizada.

Hoje estão percebendo que se continuarem assim dificilmente vão conseguir fazer frente a esse acirramento de confronto e ao avanço do capital sobre suas populações. Começaram a se reunir para tentar tirar uma pauta comum e retomar a luta, ter um diálogo melhor com o Estado para poder discutir seus interesses. Para que o Estado não seja única e exclusivamente tomado pelo capital.

E como a agroecologia tem ajudado nessa construção?

Tudo começou quando incluímos engenheiros agrônomos na equipe da CPT para prestar assessoria aos agricultores para buscarem alternativas, porque muitos desistiam de trabalhar nas parcelas que o Incra tinha destinado por falta de opções econômicas. Queríamos inovar no planejamento do desenvolvimento rural nos municípios e a capacitação dos técnicos que trabalhavam nos projetos de assentamentos. Não havia receptividade ao tema, então promovemos discussões sobre a agroecologia: em Porto Velho voltado para a direção da Emater e a secretaria de agricultura, e depois no interior do estado na Emater chamando vários técnicos e lideranças da igreja, agrônomos, ONGs e agricultores. Os mais de cem presentes, principalmente os agricultores, quiseram se aprofundar nessa questão. Então houve um curso de capacitação em módulos, que disseminou a agroecologia entre os movimentos, e surgiu como desdobramento a Rede Terra Sem Males com os técnicos que eram vinculados a CPT e hoje estão no projeto Padre Ezequiel. Fizemos um plano de desenvolvimento da agroecologia no Estado, mas faltou motivação para dar continuidade.

Por uma política municipal para as Terras Indígenas. Naonduki e Maria Lucia Bellenzani. Carta Capital, 19/04/2016.

Os indígenas que moram na maior cidade do País precisam de proteção

por Nabil Bonduki e Maria Lucia Bellenzani — publicado 19/04/2016 09h51

Criança indígena em uma das aldeias da Terra Indígena Jaraguá

Nesses tempos difíceis, nos quais a democracia arduamente conquistada está em risco – e com ela os direitos humanos – é oportuno lembrar que a Constituição garante os direitos originários dos índios às terras que tradicionalmente ocupam e que são utilizadas para as suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais

necessários a seu bem estar e às necessidades de reprodução física e cultural desses povos, segundo seus usos, costumes e tradições.

Poucos sabem que existem duas terras indígenas no município de São Paulo, ambas Guarani Mbya. A TI Tenonde Porã, ao sul, abriga ao todo seis aldeias: Tenonde Porã, Krukutu, Kalypety, Yrexakã, Guyrapaju e Kuaray Rexakã – as duas últimas em São Benardo do Campo. A TI Jaraguá, a noroeste, abriga quatro aldeias: Ytu, Pyau, Itakupé e Itawerá.

Embora essa terras indígenas sejam reconhecidas pela Funai, apenas as aldeias Tenonde Porã, Krukutu e Ytu são homologadas, somando apenas 53,5 hectares para uma população, segundo o Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena, de 1,5 mil índios.

A Terra Indígena Jaraguá foi declarada pelo Ministério da Justiça em maio de 2015, mas parte da área está sob uma liminar impetrada pelo governo estadual, permanecendo os índios em situação de insegurança sobre as terras que tradicionalmente ocupam, forçando-os a viver em uma situação de apinhamento que é totalmente estranha à sua cultura.

Além de obviamente garantir o direito constitucional dos Guarani, em São Paulo as Terras Indígenas protegem remanescentes de Mata Atlântica e mananciais de abastecimento.

A presença guarani, cujo modo de vida é indissociável da floresta, é uma garantia de preservação dessas áreas.

A demarcação de terras indígenas é de competência federal. Não cabe ao município decidir, mas ele pode apoiar, tanto na proteção do território quanto na construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos dos índios que os habitam.

Quanto ao primeiro aspecto, o Plano Diretor Estratégico as assinalou e incluiu no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Áreas Livres. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, recentemente aprovada, enquadrou como Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam) a totalidade das terras indígenas, homologadas ou não, afastando a possibilidade de que venham a ser ocupadas indevidamente ou que sejam objeto de especulação imobiliária.

Vale aqui ressaltar que o substitutivo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, elaborado e aprovado pela Câmara Municipal, alterava o zoneamento proposto pelo executivo e excluía a Zepam de parte da Terra Indígena Jaraguá.

O prefeito Fernando Haddad (PT), no entanto, atendendo à reivindicação dos índios e de modo coerente com o previsto no Plano Diretor, vetou a alteração. Ao fazê-lo, demonstrou uma posição política que é compartilhada pelo nosso mandato: a defesa incondicional dos direitos indígenas, que é preponderante aos demais interesses que incidem sobre essas terras.

Quanto às políticas públicas, merece destaque a educação indígena nos Centros de Educação e Cultura Indígena (Ceci), criados em 2001, com uma proposta pedagógica de educação indígena, construída conjuntamente entre os técnicos da Secretaria Municipal de Educação e as lideranças de cada aldeia.

E, na atual gestão, o Programa Aldeias, implantado em 2014 pela Secretaria Municipal de Cultura, com o objetivo de fortalecer e promover as expressões culturais tradicionais do povo Guarani Mbya.

Apesar dos acertos do programa, ele não é criado por lei, não estando, portanto, garantida a sua continuidade para além da atual gestão.

Outras secretarias municipais também atuam nas terras indígenas: a Secretaria da Saúde, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – a Terra Indígena Tenonde Porã, esta sobreposta à Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos –, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que apoiou a luta dos guarani do Jaraguá nas diversas ações de reintegração de posse que sofreram, e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, através do Conselho Municipal Indígena.
Não há, no entanto, uma ação integrada dessas secretarias nas terras indígenas, nem tampouco uma leitura mais ampla desses territórios que abarque de forma não fragmentada as dimensões social, ambiental e cultural.

Ao contrário de nós, jurua (palavra guarani para não índio), a cultura guarani não dissocia o social do ambiental, nem do cultural, nem da saúde, nem da educação.

E uma atuação integrada, com garantia do protagonismo indígena, focada na complexa realidade de terras indígenas localizadas na maior e mais urbanizada região metropolitana no País, é necessária e urgente.

É nesse sentido que protocolamos nesta terça-feira 19, Dia do Índio, o Projeto de Lei "Teko Porã: Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social das Terras Indígenas", atendendo à reivindicação do povo guarani.
Inspirado na Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas, adaptando-a à realidade paulistana, o projeto visa integrar as ações municipais, consolidando-as em uma política municipal abrangente e gerida por um comitê paritário entre indígenas e não indígenas.

Garante também a continuidade e ampliação do Programa Aldeias.

Uma das traduções possíveis para Tenonde Porã, nome da maior das terras indígenas paulistanas, é "futuro bom, futuro bonito". Já Teko Porã, nome dado pelos guarani ao projeto, significa "bem viver". É o que desejamos para os índios de São Paulo e de todo o Brasil.

Governo autoriza venda de mais 138 imóveis da União. Valor Econômico. 19/04/2016.

A Secretaria do Patrimônio, do Ministério do Planejamento, autorizou a venda de mais 138 imóveis da União, segundo portaria publicada hoje no "Diário Oficial da União". Em janeiro, o governo já tinha colocado à venda 239 imóveis, entre os quais as residências oficiais dos ministros da Fazenda e da Casa Civil, localizadas no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, e 27 apartamentos funcionais. Vinte imóveis dessa leva de 239 foram a leilão em agosto passado, mas não houve compradores.

Na lista publicada hoje no DOU, há um imóvel relacionado ao Fundo Nacional de Assistência Social, 30 ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), 30 ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 20 ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) e 34 ao Programa de

Administração Patrimonial Imobiliária da União (Proap). Os empreendimentos se espalham por vários Estados e pelo Distrito Federal.

Em 2015, o governo anunciou que pretendia arrecadar cerca de R$ 1,5 bilhão com a venda de imóveis.

Sem Terra ocupam mais um latifúndio improdutivo no Ceará. Site do MST, 19/04/2016.

Segundo a direção do MST Ceará, a ação também representa uma resposta a não aceitação ao golpe imposto pelos parlamentares que se dizem representantes do povo é da democracia.

Na madrugada desta segunda feira (18), cerca de 100 famílias ocuparam mais um latifúndio improdutivo no Ceará. A fazenda Canafístula, possui 1100 hectares e fica localizada no município de Santana do Acaraú, na região norte do estado.

A ocupação faz parte da jornada nacional de luta pela Reforma Agrária, também conhecida como "abril vermelho", se referência aos 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinado.

Segundo a direção do MST Ceará, a ação também representa uma resposta a não aceitação ao golpe imposto pelos parlamentares que se dizem representantes do povo é da democracia.

O MST continuará na luta até que a luta dos nossos mortos de realizem por inteiro.

Superintendência do Incra é ocupada no Rio de Janeiro. Vanessa ramos. Site do MST, 19/04/2016.

A ação acontece após dois anos sem negociação com o Incra, reafirmando, portanto o compromisso dos trabalhadores em ocupar as ruas para pautar a Reforma Agrária Popular.

Cerca de 200 trabalhadores Sem Terra ocupam a Superintendência Regional do Incra Rio de Janeiro na tarde desta segunda-feira (18) e apresentam pauta de reivindicação à superintendente, Maria Lucia. Dentre as reivindicações, estão: obtenção de

terras, infraestrutura dos assentamentos, assistência técnica, créditos, educação no campo e regularização de lotes.

A ação acontece após dois anos sem negociação com o Incra. A iniciativa, portanto, reafirma o compromisso dos trabalhadores em ocupar as ruas para pautar a Reforma Agrária Popular.

A ocupação do Incra/RJ também faz parte da Jornada de Lutas do MST, iniciada no Rio de Janeiro com o trancamento da Rodovia Presidente Dutra, na altura do km 242, município Piraí, na última sexta-feira (15).

A jornada vem denunciando os 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás e o assassinato dos Sem Terra Vilmar Bordim (44) e Leonir Orback (25), mortos numa emboscada montada pela Polícia Militar e funcionários de empresa Araupel, no dia 7 de março, dentro do Acampamento Dom Tomas Balduíno, em Quedas do Iguaçu (PR).

O MST afirma que vai continuar fazendo luta pela Reforma Agrária, pela Democracia e Contra o Golpe.

"Esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais", diz militante histórico de Rondônia. Educardo Sá. Site do MST, 19/04/2016.

Olavo Nienow foi coordenador da CPT por uma década no período de redemocratização do país, após ficar preso durante alguns dias por causa do seu envolvimento nas lutas.

Rondônia é o Estado com maior número de mortes por causa do conflito fundiário. Essa é a constatação do último relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontando para a morte de 20 lideranças na região em 2015. Território de expansão da produção da soja, que tem cada vez menos onde plantar no Cerrado, e da agropecuária. É um dos estados com maior produtividade dos dois produtos.

Para entender melhor esse contexto, conversamos com Olavo Nienow, de 65 anos, veterano da militância local que atua na região desde a época do regime militar a partir das bases da igreja luterana.

Segundo ele, o principal problema é que a judicialização da questão fundiária demora na destinação das terras e até o resultado final a configuração dos problemas já mudou. É

uma bola de neve, cujas soluções atuais só têm acirrado a violência e a disputa pelas terras que foram ocupadas irregularmente no decorrer do tempo.

O sociólogo foi coordenador da CPT por uma década no período de redemocratização do país, após ficar preso durante alguns dias por causa do seu envolvimento nas lutas.

Foi consultor no Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) prestando assessoria e capacitação técnica aos assentamentos do Incra. Assumiu a superintendência deste órgão durante cinco anos no governo Lula, foi delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Rondônia e hoje exerce sua aposentadoria assessorando o deputado estadual Lazinho da Fetagro (PT).

Você veio do sul pelo Mato Grosso indo parar no olho do furacão em Rondônia, na década de 70. Como estava esta construção da luta pela terra dos movimentos locais à época?

O processo de migração foi cada vez mais intensivo e não tinha as organizações sociais. As igrejas incentivaram, principalmente a católica e a luterana, que trabalharam de forma ecumênica nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Por causa do regime militar, era muito difícil o processo de organização devido à perseguição. Então a igreja era um espaço mais reservado para a reflexão e promoção desse encontro entre os trabalhadores.

Criaram praticamente todos os sindicatos dos trabalhadores rurais, e também havia em cada município uma Associação de ajuda mútua. Eram voltadas para a organização do processo produtivo e comercialização, como tudo era longe ficava caro e havia muita exploração dos atravessadores. Passaram a fazer compras e vendas coletivas com melhores preços, inclusive foi criada uma central de associações e uma cooperativa que ainda existem.

As ocupações e conflitos de terras foram se acirrando, porque o Incra não dava conta de fazer o ordenamento fundiário com tanta celeridade. Embora tenha sido o Incra mais estruturado do país à época, o incentivo da migração era muito forte.

Os agricultores não tinham alternativa à buscar um pedaço de terra para trabalhar, e com isso houve um processo acelerado de ocupações de áreas tanto públicas como privadas. Os agentes pastorais também passaram a ser perseguidos e ameaçados, alguns foram até mortos, como o caso do Padre Ezequiel Amin. Assim surgiu a organização dos trabalhadores: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada regionalmente em 1983

exercendo um papel muito importante nisso. E também surgiu em nível nacional o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aqui acho que em 1985 e logo teve uma delegação no Congresso Nacional em Curitiba.

Até que ponto o passado de luta está presente, na medida em que o último relatório da CPT denuncia em Rondônia um dos maiores índices de morte em conflitos rurais do país?

Rondônia antes de ser Estado foi território federal criado por desmembramento: parte do Mato Grosso e do Amazonas. A ingerência do Governo Federal foi muito forte, e no regime militar eles encontraram aqui uma válvula de escape para diminuir os conflitos pela terra na região sul e leste com o avanço da monocultura empresarial, como a soja, que foi expulsando os agricultores para cá. Isso fez com que o Incra não concluísse o processo de regularização fundiária, porque arrecadou todas as terras devolutas em nome da União mas o estado de Rondônia não.

O governo federal tinha de dar sua destinação social, então o Incra implantou projetos integrados de colonização e de licitação dirigidos para determinadas culturas: seringa, cacau e agropecuária na região sul, com lotes que variavam de 500 a 2 mil hectares dependendo da região e do processo.

Porém em 1985 no final do regime militar, quando chega a nova república com Sarney, foi pensado o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Com isso, o foco se voltou mais para as desapropriações ou aquisições e menos para regularizações. O Incra passou por um processo de sucateamento, e se voltou mais para outros estados e grande parte da terra que arrecadou em Rondônia não foi destinada corretamente. Deu margem à grilagem dos grandes e dos pequenos, que ocupavam essas áreas.

Para complicar ainda mais, o Estado de Rondônia por volta de 1995 criou o PlanaFloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) com financiamento do Banco Mundial para fazer o zoneamento do Estado e depois consolidá-lo em um Projeto de Lei. Foi o primeiro estado a ter o zoneamento oficial e regulamentado em lei, isso ocorreu por causa do acelerado desmatamento com o ciclo madeireiro e a agropecuária. O zoneamento criava zonas de proteção especiais na floresta e para o desenvolvimento da agricultura ao longo da BR 364, onde estava a maioria dos projetos de assentamentos.

Mas o estado não conseguia executar, fiscalizar ou fazer um trabalho de conscientização nesse sentido, então esse zoneamento foi sendo ocupado e deturpado para outra finalidade. Os conflitos não acabaram, pelo contrário foram se acirrando. Sempre teve muita violência e mortes, como o massacre de Corumbiara e outros, porém nos últimos anos esses conflitos voltam com bastante força porque as possibilidades de ocupação de áreas não destinadas exauriram: a disputa é pelos espaços que já estão ocupados.

E o governo federal, através do Incra, principalmente pelo Terra Legal, não tem condições de resolver essas questões. Na década de 70 ele fazia o papel do estado e mandava prender, hoje ele não tem como remover essas pessoas dessas terras: tudo é judicializado, tem processos que o Estado ajuizou através da sua procuradoria em até 30 anos. Quando consegue uma decisão definitiva do judiciário, a situação já está totalmente desconfigurada e mais difícil de dar esse ordenamento jurídico.

Hoje numa área de mais de 100 mil hectares com mais de 4 mil famílias envolvendo três municípios, o judiciário deu ganho aos pretendentes que eram do antigo seringal e tinham um tipo de concessão para o uso. E agora como vai resolver? Conseguiu o domínio da terra, mas a posse já perdeu há muito tempo porque está totalmente ocupada por famílias que moram lá há 30 anos onde até o neto já nasceu numa situação totalmente consolidada com casas de alvenaria, currais, etc. Esse é só um exemplo. Enquanto o Estado não puder intervir com um forte apoio do judiciário, esses conflitos vão continuar e a tendência é acirrar cada vez mais.

Então o próprio Estado é um dos principais fomentadores do agronegócio nessa região, ao viabilizar esses latifúndios para a soja, por exemplo?

Um dos fatores que contribuiu muito para isso foi que o sul do Estado é área de transição do Cerrado com a Amazônia, e alguns empresários dessa região estimularam a Embrapa de Rondônia no desenvolvimento de pesquisas com soja.

O resultado é que temos um dos índices de maior produtividade de soja no país. Além disso, muitas vezes pragas em pastagens geram a substituição de áreas de pecuária para lavoura de soja. Depois foi avançando nas áreas de mata, onde o Incra tinha implantado uma série de colonização como em Colorado e Cerejeiras, que tinham lotes na década de 80 e assenta milhares de famílias.

Os empresários rurais adquiriram boa parte dessas parcelas dos colonos, ou os agricultores arrendaram e o pessoal foi mudando para as cidades. Vilhena inchou muito, assim como Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara, etc, onde houve justamente o avanço da soja. De dois anos para cá e de forma cada vez mais intensiva, também vai se consolidando na região norte do estado, principalmente de Ariquemes ao Amazonas passando por Porto Velho em direção a Guajará-Mirim. Inclusive avançando para o sul do Amazonas, na região da BR 319.

Além da expansão agrícola e pecuária, há os grandes empreendimentos com hidroelétricas e outros projetos do PAC. Houve uma reconfiguração fundiária em função disso também?

Houve, mas em termos de número de famílias não é muito. Atingiu alguns projetos de assentamentos, inclusive há tendências de uma disputa porque eles dimensionaram mal e além dessas áreas onde foram reassentados ou indenizados indevidamente tem outras famílias.

São mais de 200 ainda brigando com o consórcio para serem indenizadas ou reassentadas, porque também foram afetadas e não estavam incluídas nesse processo de deslocamento ou indenização. E também porque Porto Velho, que é uma região de solo um pouco mais fraco no Estado, não foi objeto de muitos projetos de assentamento na época do Incra. Por isso, havia menos agricultura familiar para impactar na construção dessas usinas.

E como os índios se encaixam neste cenário todo?

Por causa dessa ganância, do avanço, da grilagem e ocupação, a população indígena é a mais vulnerável. Conseguiram garantir uma demarcação não desejada, mas tiveram o reconhecimento de vários territórios. Mesmo grande parte deles sendo demarcados, não estão sendo respeitados por causa dessa ganância dos empresários e outros interessados. Praticamente todas as áreas indígenas têm ocupações ou a exploração permanente dos seus recursos naturais, principalmente da madeira e minerais.

O famoso caso Roosevelt com a exploração de diamantes dentro de uma área indígena dos Cinta Larga, por exemplo. Outra muito cobiçada na área central do Estado é dos Uru Eu Wau Wau, que tem mais de 2 milhões de hectares e é constantemente ameaçada de ocupações. A população extrativista, como os seringueiros, que hoje trabalham muito com castanhas, populações tradicionais que viviam dos recursos naturais da floresta e em

reservas criadas e destinadas a elas, hoje sofrem de forma semelhante: vivem ameaçados de vida.

Esses povos têm algum diálogo com a mídia tradicional no Estado, ou ela é dominada por caciques locais? Como é a visibilidade dessas populações?

Os meios de comunicação de um modo geral no país tendem a incentivar o que é chamado de progresso e desenvolvimento, numa visão muito capitalista com a exploração rápida dos recursos naturais e a implantação de monoculturas. Por isso, a imprensa geralmente dominada por pessoas que têm essa mentalidade ou que também são desse meio empresarial, não tem canais para manifestar as contradições e a luta dessas populações mais vulneráveis.

Haverá uma reunião para unificar os movimentos, quais os desafios nessa conjuntura?

No final da década de 80 e na de 90 com a implantação do projeto PlanaFloro, esses movimentos todos, sindicatos, organizações indígenas e de seringueiros, criaram o Fórum das organizações sociais e ONGs. Um espaço bastante expressivo para fazer essa discussão do desenvolvimento do estado com a participação deles, mas depois foi enfraquecido e os movimentos se isolaram na sua luta de forma mais individualizada. Hoje estão percebendo que se continuarem assim dificilmente vão conseguir fazer frente a esse acirramento de confronto e ao avanço do capital sobre suas populações.

Começaram a se reunir para tentar tirar uma pauta comum e retomar a luta, ter um diálogo melhor com o Estado para poder discutir seus interesses. Para que o Estado não seja única e exclusivamente tomado pelo capital.

E como a agroecologia tem ajudado nessa construção?

Tudo começou quando incluímos engenheiros agrônomos na equipe da CPT para prestar assessoria aos agricultores para buscarem alternativas, porque muitos desistiam de trabalhar nas parcelas que o Incra tinha destinado por falta de opções econômicas.

Queríamos inovar no planejamento do desenvolvimento rural nos municípios e a capacitação dos técnicos que trabalhavam nos projetos de assentamentos. Não havia receptividade ao tema, então promovemos discussões sobre a agroecologia: em Porto Velho voltado para a direção da Emater e a secretaria de agricultura, e depois no interior

do estado na Emater chamando vários técnicos e lideranças da igreja, agrônomos, ONGs e agricultores.

Os mais de cem presentes, principalmente os agricultores, quiseram se aprofundar nessa questão. Então houve um curso de capacitação em módulos, que disseminou a agroecologia entre os movimentos, e surgiu como desdobramento a Rede Terra Sem Males com os técnicos que eram vinculados a CPT e hoje estão no projeto Padre Ezequiel. Fizemos um plano de desenvolvimento da agroecologia no Estado, mas faltou motivação para dar continuidade.

Conflitos no Campo Brasil 2015 é lançado pela CPT. CPT. Site do MST, 19/04/2016.

A publicação anual da Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo Brasil 2015, foi lançada na última sexta-feira (15) em ato no Acampamento Nacional pela Democracia e Contra o Golpe, em frente ao Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

O lançamento se deu no contexto de uma grande plenária de formação, com a participação de aproximadamente 1500 pessoas. O ato teve início às 14:30 e se estendeu até quase 17 horas. Participaram da mesa João Pedro Stédile, da direção nacional do MST, Iuri, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e que atua em Altamira, no Pará, e um representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Pela CPT, estavam na mesa Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT e bispo de Balsas, no Maranhão, Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT, e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP).

A figura mais aguardada no evento, sem dúvida, era João Pedro Stédile, que, de início, fez uma análise da conjuntura atual, no momento em que está para ser votado o processo de impedimento da presidenta Dilma, criticou as articulações políticas na busca pelo poder a todo custo, como o réu e presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). O líder do MST disse ainda que independente da decisão que a Câmara tomaria no domingo, o que é necessário e urgente é a articulação da população da cidade e do campo em torno de um projeto político popular. Stédile afirmou apostar na contribuição do ex-presidente Lula no governo após este período de turbulência.

Após isso, a palavra foi passada para a CPT. Dom Enemésio saudou, entusiasticamente, os/as participantes do Acampamento falando do compromisso da CPT em defesa da

democracia. Canuto fez uma rápida apresentação dos dados de conflitos no campo e de violências que ocorreram em 2015. Ele destacou ainda os 14 assassinatos que já aconteceram em 2016, momento em que repassou informações recentes sobre a gravidade dos conflitos no município de Cujubim, em Rondônia, onde testemunhas de assassinatos, familiares das vítimas e jornalistas têm sofrido tentativas de assassinato. Antônio Canuto, com a publicação em mãos, mostrou aos participantes que, pela primeira vez, a CPT traz um quadro dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que visam a desconstrução dos direitos dos povos.

Em seguida, o professor Ariovaldo analisou os dados da CPT. Destacou que, após o fim da ditadura militar, em três períodos houve aumento da violência e dos assassinatos no campo, em 1987 e 1988, quando as forças democráticas conquistaram algumas vitórias, o que provocou que a UDR desencadeasse um forte processo de violência, e em 2002 e 2003, quando se conseguiu eleger um presidente que nos discursos mostrava um compromisso com a Reforma Agrária e se construiu o II Plano de Reforma Agrária, e agora com a fragilização do governo Dilma, que, apesar de não atender os clamores dos movimentos populares, a todo custo a elite quer alijá-la do poder. "As elites estão interessadas na retirada de direitos e ao mesmo tempo em mostrar aos trabalhadores, indígenas, quilombolas que têm uma arma, a violência. Observamos isso no recorde de assassinatos em 2015", afirmou.

Na continuidade, o representante do MAB falou sobre a questão energética e a construção de barragens que atingem as comunidades do campo. Já o representante dos petroleiros fez uma defesa enfática da Petrobrás e das suas conquistas nestes últimos anos, conquistas que, segundo ele, tentam passar às mãos do capital.

A grande palavra de ordem que galvanizava a todos era "Não vai ter golpe, vai ter luta!". Possivelmente este tenha sido o lançamento do Conflitos no Campo Brasil com o maior público e que se mostrou muito atento ao que era exposto. Os dados, porém, ficaram um tanto ofuscados pelo momento político em que eram apresentados.

Um grupo de indígenas Xacriabá, do Norte de Minas Gerais, participaram do ato, acompanhados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Também estiveram no evento e saudaram o povo a ministra interina do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda, que ressaltou que Patrus Ananias assumiu, temporariamente, seu mandato de deputado federal para votar contra o impedimento da presidenta. Os

deputados federais Paulo Pimenta e Marcon, ambos do PT, que garantiram que na Câmara há votos suficientes para frear o impedimento. Houve grande afluência da imprensa, a Rede Globo, porém, que tentou entrar pelos fundos, foi barrada pelos militantes.

"Esse lançamento me fez lembrar as palavras do Papa sobre a igreja em saída. Pois neste evento estivemos reunidos com o povo do campo, os movimentos, organizações, indígenas. Estivemos, nesse acampamento, reunidos com o povo", analisou, ao fim do evento, Dom Enemésio.

Incra resolve conflito agrário com criação de assentamento para 100 famílias no Paraná. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforama Agrária (INCRA). 20/04/2016

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou nesta quarta-feira (20) o projeto de assentamento (PA) Leonir Orbach, no município de Quedas do Iguaçu (PR). A portaria de criaçãodo 328º assentamento do Paraná foi publicada no Diário Oficial da União.

O nome do assentamento, Leonir Orbach, homenageia um dos trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST que foram mortos no último dia 7 de abril no acampamento Dom Tomás Balduíno, no município de Quedas do Iguaçu.

Com a criação do projeto, as cerca de 80 famílias de trabalhadores rurais sem-terra que aguardavam a aquisição da área há mais de onze anos agora poderão ter acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária, após o processo de seleção e homologação dos candidatos.

“A criação deste assentamento representa o resgate de uma terra pública que estava, de forma indevida, na mão de particulares, contribuindo na resolução de um conflito agrário de mais de dez anos”, afirma Nilton Bezerra Guedes, superintendente do Incra no Paraná. “Esperamos também que a criação do assentamento ajude a amenizar o clima de insatisfação que existe na região após a morte dos dois trabalhadores rurais”, enfatiza.

O local onde será criado o PA Leonir Orbach compreende as áreas Três Elos I, II e III e Fazenda Campo Novo, totalizando 1.675 hectares e constituindo, juntas, um único imóvel rural, inserido no perímetro denominado Rio das Cobras, em Quedas do Iguaçu. O imóvel rural foi obtido por decisão liminar resultante de Ação Civil Pública proposta pela União

e pelo Incra, que, em defesa do patrimônio público imobiliário, buscam a declaração de nulidade e/ou ineficácia dos títulos. O Instituto foi imitido na posse do imóvel rural no último dia 14 de abril.

O assentamento prevê a criação de 100 unidades agrícolas familiares, podendo essa capacidade ser ajustada após a elaboração pelo Incra do Estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel (ECGR) e do anteprojeto de organização espacial do assentamento.

Próximos passos

O Incra procederá à atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos. Será dado início ao trabalho de topografia e demarcação dos lotes.

Além disso, a autarquia deverá selecionar e homologar as famílias candidatas ao projeto de assentamento. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, as famílias serão incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de forma que possam acessar diversas políticas públicas.

Também será apresentada a demanda de infraestrutura de água e luz aos comitês estaduais dos programas Água para Todos e Luz para Todos, respectivamente, além de incluir a área do projeto de assentamento no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Incra deverá formalizar parceria com a Prefeitura de Quedas do Iguaçu para construção e recuperação de estradas vicinais do assentamento.

O Incra deverá contratar também Assistência Técnica e Extensão Rural para as famílias iniciarem a produção. Além disso, será encaminhada às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento. Também será viabilizado o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). As famílias deverão ter acesso ainda aos créditos para a reforma agrária, divididos nos ciclos Instalação, Inclusão Produtiva e Estruturação Produtiva.

Massacre de Eldorado dos Carajás é relembrado pela UFRGS, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 21/04/2016.

“Geralmente são guerras duradouras e sangrentas, que resultaram em inúmeras mortes da população camponesa. De certo modo, isso ainda acontece de forma silenciosa”.

Como temática central da 3ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, os 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, completados no último dia 17 de abril, foi tema de debate nesta terça-feira (19), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre.

Durante a abertura oficial do evento, a coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS, Rosa Medeiros, afirmou que o Massacre de Eldorado dos Carajás, marca na história um momento trágico de luta pela democratização da terra, e fortalece a continuidade da busca dos camponeses por reforma agrária no Brasil.

“O acesso à terra se torna mais difícil a cada ano, embora nossos esforços tenham sido cada vez maiores para que ela seja um direito de todos aqueles que precisam e querem fazer dela o seu principal instrumento de trabalho”, declarou Rosa.

O assentado e dirigente estadual do MST, Valcir Oliveira, disse que a jornada, além de ser um instrumento de reflexão sobre a reforma agrária no país, propicia maior integração e fortalecimento da aliança entre a população do campo e da cidade. Ele lembrou as ações realizadas pelos Sem Terra nos meses de abril destes últimos 20 anos, e falou da importância do apoio social nas lutas por acesso à terra.

“Somente conquistaremos a Reforma Agrária popular se a população agarrar conosco esta bandeira, porque, para além da conquista da terra, precisamos de um conjunto de políticas públicas que seja capaz de manter as famílias no campo e produzindo alimentos saudáveis”, explicou.

O professor César de David, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), levou para a jornada universitária o histórico de lutas de diversos povos pela democratização das terras brasileiras nas últimas décadas. Segundo ele, foram em momentos de profunda crise política, como esta que vivemos no Brasil, que se deram os piores confrontos entre os camponeses e os latifundiários.

“Geralmente são guerras duradouras e sangrentas, que resultaram em inúmeras mortes da população camponesa. De certo modo, isso ainda acontece de forma silenciosa”, denunciou.

O estudante da turma especial de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Cleiton de Almeira, filho de assentados no Pará, partilhou a história do

massacre, que foi executado em 17 de abril de 1966 com ordem do Estado e apoio de empresários e fazendeiros, pela Polícia Militar.

“Foram 21 Sem Terra mortos e quase 70 mutilados. Hoje, todos os responsáveis continuam impunes, inclusive o coronel Mario Pantoja, condenado a mais de 200 anos de prisão, e o major José Maria Pereira Oliveira, condenado a 158 anos de prisão. Mataram nossos companheiros, mas não é por isso que vão parar a nossa luta por Reforma Agrária”, frisou.

Para o professor Nelson Rego, da UFRGS, a impunidade dos responsáveis por comandar o massacre dos Sem Terra está diretamente ligada à correlação de forças políticas do país, assim como à grande mídia e interesses pessoais.

“O massacre não é justificável, porque as pessoas faziam uma marcha pacífica. Laudos mostram que a maioria dos Sem Terra foi morta com tiros à queima roupa”, concluiu.

Exposição fotográfica

O evento, que se encerra nesta quarta-feira (20), também conta com a mostra fotográfica “Reforma Agrária e Memórias dos 20 anos do Massacre de Eldorado de Carajás”, que traz imagens do massacre e da produção de alimentos em assentamentos do MST do Rio Grande do Sul.

Sem Terra ocupam sede do Incra em Belém. Site do MST, 21/04/2016.

"Ficaremos aqui até que as pautas sejam atendidaa. Os nossos assentamentos estão sem energia, sem água, sem estruturas já há anos. E assim, seguimos sem respostas"

Cerca de 400 Sem Terra ocupam a sede do Incra na última quarta-feira (20), em Belém. A pauta de reivindicações é extensa e vai desde questões fundiárias, até a destinação de recursos para áreas de assentamentos e acampamentos da região norte e nordeste do Estado.

Para Ulisses Manaças da coordenação nacional do MST, a morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e o não comprimento das normativa do órgão para diversas questões não contribuem em nada para o andamento da Reforma Agrária no estado e a diminuição da desigualdade social.

"Ficaremos aqui até que as pautas sejam atendidaa. Os nossos assentamentos estão sem energia, sem água, sem estruturas já há anos. E assim, seguimos sem respostas", declarou Elizaldo Silva da coordenação regional.

Antes da ocupação, a juventude Sem Terra realizou ato em frente ao Tribunal de Justiça do Pará denunciar a impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás que completou 20 anos no dia 17 de abril.

Camponeses de 23 países discutem dados da CPT de conflitos no campo. Cristiane Passos. Site do MST, 21/04/2016.

Reunidos em Marabá, no Pará, durante a Conferência Internacional da Reforma Agrária, 170 militantes, camponeses e indígenas de 23 países, puderam debater os dados dos conflitos no campo.

Nancy Cardoso, pastora metodista e agente da CPT Mato Grosso, iniciou o lançamento do Conflitos no Campo Brasil 2015 com a seguinte pergunta “como um fogão vai parar no teto de uma casa?”, referindo-se a foto que estampa a capa da publicação, tirada no distrito de Bento Rodrigues, Minas Gerais, em novembro de 2015, após o rompimento da barragem de detritos da Samarco, a barragem do Fundão. Impactados pela imagem, os participantes da Conferência passaram, então, a entender a conjuntura dos conflitos no campo no país, e a ação da CPT em registrá-los.

"Os números às vezes confundem a cabeça da gente, por isso a publicação é acompanhado de textos analíticos", afirma o advogado da CPT em Marabá, José Batista Afonso.

Os conflitos, segundo ele, estão presentes em todo o País e decorrem de causas estruturais relacionadas à expansão do capital no campo e o aumento da concentração da terra. "A aceleração do processo de concentração da terra significa mais gente com pouca ou sem terra e menos gente com muita, mas muita terra mesmo".

"Não são apenas crimes só contra a pessoa, mas também praticado contra o meio ambiente onde a impunidade predomina, como exemplo o desastre de Mariana, ou o desmatamento na Amazônia. Mas contra a pessoa é mais grave ainda no Estado do Pará, onde o número de violências praticadas contra os camponeses é maior do que qualquer outro Estado da Federação. Desde que a CPT tem feito os registros, 1/3 ocorreu no Pará. A cada três assassinados, um foi aqui no Pará", analisou Batista.

No levantamento de “Assassinatos e Julgamentos”, que a CPT faz paralelamente ao relatório, há 846 assassinatos desde 1985 até 2014, e em apenas 293 houve algum tipo de investigação: "em 65% das mortes no Pará, sequer houve investigação das responsabilidades, nem sequer um inquérito policial", explica Batista.

Somados os 19 assassinatos no ano passado, nos últimos 30 anos, 861 camponeses e camponesas foram mortos e mortas no Pará. Essa impunidade é a prova, segundo o advogado, de que a atuação do Poder Judiciário tem sido insuficiente para combater o problema da impunidade.

"O pistoleiro que pegou uma morte de encomenda e recebeu dinheiro para assassinar o camponês e não é punido, e ele vai estar no outro dia à procura de uma nova encomenda: é o assalariado da morte. Da mesma forma o mandante vai resolver o problema do conflito na base sempre da bala, porque tem a certeza de que a lei não o vai atingir."

O avanço violento do capital ocorre junto do que Paulo César dos Santos, da coordenação executiva nacional da CPT, chama de "violência institucional" e "violência legislativa": "há ao menos 26 projetos de lei ou emendas constitucionais que querem diminuir ou acabar com os direitos conquistados no campo".

Como exemplo, ele citou o projeto que pretende alterar o conceito de "trabalho escravo" para inviabilizar a atuação dos grupos móveis. "Os projetos estão em voga no Congresso mais conservador da história". "O território amazônico, as comunidades tradicionais e os posseiros que migraram para cá estão sofrendo uma violência enorme", explica Santos.

Como exemplo, a chacina em Conceição do Araguaia, em 17 de fevereiro do ano passado, que matou uma família inteira: Washington Miranda Muniz e sua esposa, Leidiane, assassinados junto de três filhos e um sobrinho.

Por outro lado, os dados levantados pela CPT indicam que se intensificaram as manifestações da classe trabalhadora, com um aumento de 40% do número de participantes, "o que significa que mais e mais pessoas estão indo para as ruas", afirmou Santos.

E, nesse sentido, aumentou a criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, daqueles que vão continuar a lutar contra o sistema capitalista que está ai. Como exemplo, há duas semanas a prisão do cacique Tupinambá Babau, no sul da Bahia.

Debate

Os militantes presentes na Conferência reagiram à apresentação dos dados da CPT, a partir da realidade que vivenciam em seus países. Para representantes da África e da Venezuela, foi difícil compreender como um organismo ligado a Igreja Católica tem atuação incisiva na luta dos povos do campo, por tantos anos.

Outros questionaram como é possível fazer um trabalho tão amplo em um país territorialmente tão grande e como são utilizados esses dados em benefício dos povos do campo e de suas lutas.

Os representantes da CPT explicaram que os dados são coletados, primeiramente, pelos agentes de pastorais que estão espalhados em todos os estados.

"Também temos a ajuda de entidades e movimentos sociais e, por último, fazemos muitas pesquisas em sites e diversos meios de comunicação", destacou Paulo César. Quanto à relação com a Igreja, o coordenador da CPT explicou que "aqui no Brasil também não é simples e nem fácil, existe uma onda conservadora muito forte e muita gente do clero e bispos não apoiam esse nosso trabalho.

Acreditamos que somos uma Pastoral de fronteira, ou seja, estamos em lugares limites, de conflitos e, também, estamos em lugares onde a própria igreja, às vezes, não quer estar".

Em relação à utilidade dos dados apresentados pela CPT, foi explicado que o objetivo desta publicação é que ela seja um instrumento de denúncia e que possa também ajudar nas lutas junto às comunidades afetadas pelos diversos conflitos no campo.

Além disso, ela cumpre a função de dar visibilidade às diversas agressões ao povo do campo. Esses números, bem como a publicação em si, são repassados para todos os bispos do Brasil e em vários momentos são entregues, também, às autoridades federais, para que estejam cientes dos conflitos e violências causadas no campo pela inoperância de suas ações.

Mulheres da Argentina e do Peru pediram mais informações sobre as mulheres nesses conflitos, afetadas, segundo elas, diretamente.

Questionaram como registrar a violência contra as mulheres, para além das categorias já trabalhadas pela CPT, mas nas outras formas de violência sofridas, como as situações em que mulheres foram levadas para o âmbito das grandes obras e todo o esquema de exploração do trabalho doméstico e sexual.

Além disso, denunciaram a utilização do agrotóxico como arma para expulsão de diversas comunidades, ao envenenarem a água e o solo, bem como os impactos sobre as comunidades da expansão da mineração em vários países da América Latina.

Elementos que, segundo os representantes da CPT, vão fazer parte das discussões constantes que a Pastoral promove, para aprimorar e adequar a metodologia da coleta de dados dos conflitos no campo à realidade que vivenciamos.

Incra reconhece novos territórios quilombolas. Site do MDA, 22/04/2016.

A presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, assinou portarias de reconhecimento de mais cinco territórios quilombolas e anunciou o acesso dos agricultores familiares remanescentes de quilombos às políticas de inclusão social e desenvolvimento produtivo do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As **portarias** foram publicadas no Diário Oficial da União.

A portaria determina que os agricultores familiares remanescentes de quilombos, cadastrados e selecionados pelo Incra, acessem os recursos do Programa de Crédito Instalação e do grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e sejam inseridos nas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), de agroindustrialização (Terra Sol e Terra Forte) e de educação (Pronera), de acordo com critérios previamente estabelecidos pela autarquia.

O documento determina ainda adequações nos atos normativos para inclusão e seleção desse público no Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como a disponibilização destas políticas de desenvolvimento.

Lúcia Falcón destacou, no encontro, que a portaria atende reivindicação histórica das comunidades quilombolas, que pleiteavam as demais ações da autarquia. “Além de garantir a posse da terra, o Incra vai assegurar o acesso a políticas públicas que vão favorecer a permanência dessas famílias na terra, com crédito, assistência técnica, incentivo à produção, agroindustrialização e comercialização da produção.”

Conquista de direitos

A Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, Givânia Maria da Silva, reconheceu que a decisão do Incra é uma conquista importante para as comunidades quilombolas, pois promove o direito a outras políticas necessárias para o desenvolvimento das famílias. "A iniciativa garante inclusão social e produtiva, fomenta a cidadania e reconhece o direito dessas comunidades", disse.

Para Denildo Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), a assinatura da portaria representa avanço significativo na conquista de direitos por parte das famílias remanescentes de quilombos. "A inclusão nas políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária assegura condições de desenvolvimento e sustentabilidade, para os agricultores quilombolas cadastrados e selecionados pelo Incra. A medida é o reconhecimento histórico de reivindicações do movimento quilombola no país."

De acordo com o representante da Conaq e membro da comunidade quilombola Monte Alegre (ES), Arilson Ventura, a decisão do Incra é importante, pois reconhece direitos e consolida a política de estado para áreas quilombolas. "A publicação da portaria vai garantir infraestrutura, inclusão produtiva, desenvolvimento dos territórios, qualidade de vida e cidadania."

Portarias de reconhecimento

As portarias reconhecem os territórios quilombolas São Benedito e Alto da Serra do Mar (RJ), Galvão (SP), Alpes (RS) e Pirangi (SE). Com a publicação, o processo de regularização dessas comunidades avança e o próximo passo é a publicação de decreto presidencial autorizando a desapropriação dos imóveis rurais inseridos no perímetro de cada território. A desapropriação garante o pagamento de indenização às famílias não quilombolas e assegura aos descendentes dos antigos quilombos o acesso à terra. A última etapa será a titulação das terras em nome da comunidade, com a emissão de título coletivo, que é indivisível e inalienável.

Balanço

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, apresentou o balanço de 2015 da política de regularização de territórios quilombolas executada pela autarquia. Ele destacou a publicação dos relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTID) de 32 comunidades, com a identificação de 63,4 mil hectares em benefício de 2.917 famílias; e de 12 portarias, reconhecendo mais 21,8 mil hectares como territórios quilombolas, contemplando 1.225 famílias.

Torsiano lembrou ainda os 14 decretos da Presidência da República que autorizam a desapropriação de 31,2 mil hectares para mais 2.481 famílias, assim como a destinação de 25,1 mil hectares para comunidades em diversos estados com a emissão de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e títulos definitivos.

Outras iniciativas importantes foram a manutenção das mesas de acompanhamento da política de regularização quilombola nos estados e o lançamento da **Coleção 'Terra de Quilombos'**, que preserva a história e as tradições de comunidades quilombolas a partir do conteúdo dos RTIDs.

O diretor do Incra relatou também as ações já executadas em 2016, como a publicação do RTID da comunidade Sete Ladeiras e Dura Terra (MG), a publicação das portarias de reconhecimento dos territórios Lagoa Santa (BA), Mangueiras (MG), São Pedro (SP) e Limoeiro (RS) e a emissão de mais quatro decretos presidenciais autorizando a desapropriação de imóveis rurais inseridos nos territórios das comunidades Gurupá (PA), Monge Belo (MA), Macambira (RN) e Caraíba (SE).

Ele afirmou ainda que o Incra está executando cerca de 150 RTIDs e trabalha para publicar mais 24 portarias de reconhecimento de territórios e 21 decretos presidenciais de desapropriação de imóveis rurais, a fim de assegurar a titulação de mais comunidades reconhecidas.

Presença

O anúncio e a assinatura das portarias ocorreram durante a 11ª reunião da mesa permanente de acompanhamento da política de regularização quilombola. Participaram do encontro, representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, do Incra, da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria de Patrimônio da União, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas e da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos.

Sônia Guajajara, especialista em educação: 'Quando lutamos por terra, cuidamos de todo mundo'. Iara Pinheiro - O Globo, Sociedade. 25/04/2016.

Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, maranhense veio ao Rio por para compromissos políticos

"Sou da terra indígena Arariboia, do município de Amarante no Maranhão. Saí de casa com 10 anos para estudar, porque na minha aldeia só tinha até a quarta série. Tenho três

filhos, moro na cidade de Imperatriz e viajo pelo mundo. Por causa do movimento indígena já conheci 22 países."

Conte algo que não sei.

No Brasil, a diversidade de povos indígenas é muito grande. Temos 305 povos diferentes que falam 274 línguas, o que já é um número muito reduzido em relação ao que havia em 1500. Só na Amazônia há mais de 60 povos, e pelo país, cerca de 80, que vivem isolados, nunca fizeram contato com a sociedade. Mesmo sendo os povos originários do país, a sociedade ainda nos desconhece. Somos invisíveis.

E como lidar com tanta diversidade?

É uma dificuldade por conta das diferenças e distâncias, mas conseguimos encontrar os pontos comuns. Como a garantia dos territórios, nossa maior bandeira de luta. A partir dela, buscamos o cumprimento e a efetivação dos direitos conquistados.Isso faz que todo mundo se junte.

Como é ser uma líder indígena mulher?

Estamos sempre buscando avanços que vêm de fora. Muitas culturas indígenas não permitem a participação da mulher, por isso é positivo uma figura feminina na coordenação do movimento nacional. Ainda falta muito para mulheres indígenas ocuparem espaços políticos de discussão e cargos públicos.

Como é a coexistência do novo e da tradição?

Se por um lado é preciso estudar e se preparar para ajudar nosso povo, por outro muita gente pensa que índio é o que fica lá na aldeia, pelado, pintado e que usa pena. Hoje, embora reduzidos, queremos manter e fortalecer nossa identidade. Isso não impede de adquirir conhecimentos. Não adianta só o conhecimento tradicional, porque eu não seria respeitada, as pessoas querem saber de diploma. Mas também não basta só o diploma. Juntar os conhecimentos nos fortalece.

Que tipo de educação os povos indígenas precisam?

Uma escola de qualidade que respeite o conhecimento tradicional. Se traz só o conhecimento externo ensina o indígena a deixar de ser o que é. Uma grande luta é que o Estado mantenha escolas bilíngues, temos que falar e entender o português, mas manter a língua materna. A educação deve tanto fortalecer a cultura quanto preparar para a vida.

Para enfrentar o Estado brasileiro e a sociedade como um todo, precisamos conhecer a legislação. E para participar dos espaços de poder e decisão e fazer o debate político de igual para igual, precisamos entender. A educação deve ensinar esse conhecimento, sem deixar de fortalecer nossa identidade.

Como a extração de madeira e expansão da agricultura em direção a Amazônia afetam as populações indígenas?

É uma pressão diária. Poucas pessoas entendem a relação do indígena com a terra. Não veem que, para garantir a cultura, a gente precisa dessa terra. Não um lote ou uma fazenda, mas o conjunto do que ela é. A cultura indígena depende do sol, da água, da terra, do ar, do vento... É a partir dos elementos da natureza que temos nossas inspirações e sabedorias. Tudo que vem com o desenvolvimento é uma ameaça. Não é que sejamos contra, mas queremos que aconteça respeitando os nossos direitos, e isso dificilmente acontece. Com o desmatamento, acontecem conflitos e nem dentro da nossa terra temos mais liberdade. Os grandes empreendimentos e o agronegócio estão ditando as regras e passando por cima de qualquer direito em nome de um progresso que ninguém sabe onde vai dar. Só preservando conseguimos manter o equilíbrio da natureza. Quando lutamos por terra, estamos cuidando de todo mundo. E isso as pessoas não sabem.

Sem Terra ocupam a Governadoria da Bahia e cobram andamento da Reforma Agrária. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 25/04/2016.

São mais de quatro mil trabalhadores que exigem uma resposta com relação a pauta de reivindicação entregue ao governo em março de 2015.

“Não aceitamos mais a morosidade com que a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra vem sendo tratada pelo governador Rui Costa”, disse Evanildo Costa, da direção nacional do MST, na manhã dessa segunda-feira (25), durante ocupação à Governadoria do Estado da Bahia.

São mais de quatro mil Sem Terra, que estão mobilizados na capital baiana desde o dia (16), denunciando a violência no campo e exigindo uma resposta com relação a pauta de reivindicação entregue ao governo em março de 2015.

De acordo com Lucineia Durães, da direção estadual do MST, é inaceitável que a Reforma Agrária esteja paralisada e que a pauta esteja sendo tratada com descaso.

“O compromisso assumido publicamente na frente de mais de seis mil Sem Terra pelo então governador Rui Costa (PT) precisa ser cumprido. Não sairemos daqui, enquanto nossa pauta for atendida”, enfatiza Durães.

Para Paulo Cesar, também da direção estadual, da pauta entregue no ano passado não pode ser retirada nenhuma vírgula, “continuaremos em luta sem desanimar, pois nossas marchas reivindicam a melhoria de vida dos trabalhadores Sem Terra”.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas em defesa da Reforma Agrária, que está mobilizando milhares de Sem Terra em todo Brasil contra o agronegócio e pela democratização da terra.

MST realiza marchas em defesa da Reforma Agrária e da Democracia. Site do MST, 25/04/2016.

Por todo o país, colunas de trabalhadores rurais e urbanos se enfileiram para demonstrar a força organizativa da classe trabalhadora contra o Golpe, exigindo Reforma Agrária.

Milhares de Sem Terra de todo país estão em marcha para recolocar a Reforma Agrária na agenda política e para defender a democracia, ameaçada pelo processo de impeachment.

Em pelo menos três regiões (Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), os trabalhadores organizam suas fileiras para marchar até as capitais, passando por cada rincão deste país, num amplo processo de diálogo na base da sociedade por um projeto popular.

As marchas compõem a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária e em Defesa da Democracia e, na maior parte dos estados, são realizadas em parceria com a Frente Brasil Popular. Já são mais de 6 mil pessoas em marcha nos estados da Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais, Alagoas e Rio Grande do Norte. Também acontecem mobilizações num acampamento organizado em Salvador, na Bahia.

Desde o início do mês de abril, diversas atividades vem trazendo à memoria o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996 na Curva do S, PA-150. Após 20 anos do assassinato brutal de 21 Sem Terra pelas forças militares do estado do Pará, a paralisia da Reforma Agrária continua sendo o grande gerador de conflitos no campo brasileiro, segundo analisa o MST.

Confira em detalhes as marchas pelo Brasil:

Minas Gerais

Mais de 3 mil trabalhadores de diversos movimentos populares realizam a Marcha pela Democracia, que se iniciou num ato no último dia 21/04, com a presença do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, ocasião em que este recebeu a Medalha Tiradentes.

Com cerca de 200 km de marcha, os manifestantes devem chegar nesta terça (26) à capital Belo Horizonte, com programações culturais e ato político.

"A marcha é pedagógica para os trabalhadores e trabalhadoras que participam dela e também para os que assistem a passagem. Ao mesmo tempo que demonstramos força e resistência no processo de 6 dias de luta, vamos deixando o recado para os brasileiros de que este atentado à democracia não passará tão facilmente", explicou Beatriz Cerqueira, presidente da CUT-MG, em referência ao processo de Impeachment da presidenta Dilma.

Paraíba

Cerca de 400 Sem Terra saíram da segunda maior cidade da Paraíba, Campina Grande, em direção à capital João Pessoa, na V Marcha Estadual do MST da Paraíba. Com chegada na capital prevista para esta terça-feira (26) após 135 km de caminhada, a Marcha tem recebido apoio em todos os municípios por onde passou: integrantes dos Sindicatos do Polo da Borborema, da ASP-TA, da Frente Brasil Popular e das universidades, como Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que têm preparado calorosas recepções para os Marchantes.

Mato Grosso

A Marcha por Reforma Agrária, Democracia e contra a Impunidade reúne cerca de 600 manifestantes, que caminham desde a Zona Rural de Cuiabá, na BR 364, cobrando a retomada da Reforma Agrária e a punição dos envolvidos no Massacre de Eldorado dos Carajás, que completa 20 anos este ano.

A percepção dos manifestantes é de que casos como este se repetem (como o ocorrido há poucos dias no Paraná) justamente pela morosidade do Estado em realizar a política agrária.

Na chegada à Cuiabá nesta terça (26), após 40 km de marcha, estão previstos atos na Universidade e no centro da cidade.

Alagoas

Mais de 1500 Sem Terra partiram na manhã desta segunda-feira (25) da cidade de União dos Palmares, berço da resistência negra do Quilombo dos Palmares, onde realizaram o ato político de abertura da Marcha Estadual em defesa da Reforma Agrária, da Democracia e contra o Golpe. São previstos 80 km de caminhada até a capital Maceió, quando devem chegar na próxima quinta-feira (28), realizando uma série de atividades culturais pelo caminho e na chegada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com destaque para sessões do Cinema na Terra, todas as noites em cada cidade percorrida.

Na passagem pelo Centro de Ciências Agrárias da UFAL, no município de Rio Largo, será lançado o Comitê Estadual da Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e Pela Vida. Participam da Marcha no total oito movimentos de luta pelo acesso à terra em Alagoas: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Via do Trabalho (MVT), Movimento Unidos pela Terra (MUPT) e Terra Livre.

Alagoas

Rio Grande do Norte

Mais de 500 se reúnem na Marcha Potiguar pela Reforma Agrária e em Defesa da Democracia que partiu nesta segunda-feira (25) da cidade de Ceará-Mirim em direção a Natal.

Após cerca de 42 km de caminhada, a previsão é erguer um acampamento na capital, concentrando atividades da Frente Brasil Popular, sem data prevista para se encerrar.

Na chegada na cidade, os manifestantes participam de programações culturais no ato conhecido como "Zona Norte contra o Golpe", que reunirá movimentos populares em uma das zonas periféricas de Natal.

Conferência internacional da Reforma Agrária lança declaração final. Site do MST, 25/04/2016.

Confira a declaração final da Conferência Internacional da Reforma Agrária, realizada entre 13 e 17 de abril, em Marabá-PA.

Após se reunirem por cinco dias em Marabá-PA, os 130 delegados de quatro continentes do globo lançaram a Declaração de Marabá, documento síntese das discussões da Conferência Internacional da Reforma Agrária. Confira o texto na íntegra abaixo:

Conferência Internacional da Reforma Agrária

Marabá, Pará, Brasil, 13 a 17 de Abril de 2016

Quem somos? Lutadores e lutadoras por território

Somos mais de 130 representantes de organizações membros da Via Campesina e de aliados/as, de 4 continentes, 10 regiões e 28 países do mundo, reunidos em Marabá, Pará, Brasil para analisar, refletir e continuar nosso processo coletivo de construção de conceitos, propostas de lutas, e projetos alternativos para o enfrentamento à ofensiva mundial do capital sobre os povos e os bens naturais do campo, da costa e do mar, e a construção de sociedades diversas às quais aspiramos. E sobretudo para lutar por nossos territórios. Somos as organizações de camponeses/as, agricultores/as familiares, povos originários, povos sem terra, trabalhadores/as agrícolas, pastores/as, pescadores/as, recoletores/as, habitantes das florestas, de mulheres e de jovens rurais, e de nossos

aliados/as, de todo o mundo. Estamos aqui pela memória aos 20 anos da massacre em Eldorado das Carajás, Pará, de trabalhadores rurais lutando pela terra, que deu lugar ao Dia Internacional de Luta Camponesa, celebrado todo ano no dia 17 de Abril. Estamos aqui também para insistir na materialização do compromisso com a reforma agrária, assumido pelos governos do mundo 10 anos atrás na Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), organizada pela FAO em Porto Alegre, Brasil.

Contexto atual: A ofensiva do capital sobre nossos territórios em todo o mundo e os golpes a democracia

Temos escutado companheiros e companheiras de organizações da América, Ásia, África, Europa e Meio Oriente, e nos damos conta que em todos os lugares o inimigo e os problemas são os mesmos. Há um crescimento na grilagem de terra, florestas e água, golpes contra a democracia e a vontade popular, presos políticos, etc., não apenas na América Latina, Ásia e África, como também na Europa e América do Norte. No atual período histórico somos testemunhas de uma aliança emergente entre o capital financeiro, as empresas transnacionais, o imperialismo, vastos setores dos estados nacionais (quase sem importar sua aparente 'ideologia'), em particular, porém não limitado a isto, os poderes judiciários e policiais, o setor privado do sistema agro-pesca-alimentar (agronegócio), da mineração, a construção, a exploração florestal, etc., ou seja, do extrativismo, e com os meios de comunicação. Em seu conjunto esta nova aliança impulsiona uma onda de privatização, grilagem e concentração de bens comuns e públicos, como a terra, a água, as florestas, as sementes, as áreas de pasto e de pesca, as áreas glaciais e territórios inteiros. Utilizam a financialização e mercantilização de tudo, os tratados de livre comércio e o investimento, a corrupção de nossos políticos e elites, seu controle dos meios de comunicação e do sistema financeiro, e a concentração empresarial para conseguir seus objetivos.

Ultimamente temos observado, com grande preocupação, como esta aliança em particular, e o capital em geral, já não toleram quase nenhuma mostra, menores que seja, de políticas minimamente independentes implementadas por governos democraticamente eleitos. Se converteram na força principal atrás da onda de golpes de estado, consumados ou em marcha, desde os golpes "técnicos," "parlamentares," "judiciários," "suaves," ou

"brancos", até os mais "duros," que passam por cima da lei, das constituições e da vontade popular. Este é o caso do Brasil, onde estamos reunidos agora. Nós unimos nossas vozes às vozes do povo brasileiro, que luta para defender a democracia em seu conjunto, contra a tentativa ilegítima de golpe e para promover as reformas políticas necessárias para que a democracia saia do beco aparentemente sem saída onde se encontra atualmente.

Porque lutamos contra o agronegócio

As consequências desta ofensiva do capital põe em perigo a vida rural, as sociedades inteiras, a saúde, a natureza, a Mãe Terra, o clima, a biodiversidade, e nossos povos e culturas. A imigração massiva, a destruição do tecido social de nossas comunidades, o crescimento desenfreado das periferias urbanas, a insegurança, os agrotóxicos, os transgênicos, a má alimentação e a homogeneização dos hábitos de consumo, o aquecimento global, a destruição dos mangues, a acidificação do mar, o esgotamento da pesca, a perda de qualquer traço da "democracia," e muito mais, são todos sintomas do que está acontecendo.

A emergência desta nova aliança entre o capital financeiro, o agronegócio, os estados, os meios de comunicação, e outros, e sua capacidade de disputa tanto dos territórios como pelos estados, até os estados "progressistas," e pela opinião pública, tem nos obrigado uma vez mais a um necessário processo de reflexão e reformulação de conceitos, propostas, projetos alternativos, e estratégias, formas e práticas de luta.

Aqui no Brasil temos visto como o capital financeiro tem transformado o velho inimigo dos camponeses e trabalhadores sem terra, o latifúndio improdutivo, num agronegócio capitalizado, numa mineração, numa pesca e aquicultura industrial, e num setor energético, todos aparentemente "produtivos" – ainda que o que mais produzem são miséria e devastação ambiental. Com esta transformação, o capitalismo já não requer uma reforma agrária 'clássica' para aumentar a produção. Isto impossibilita as alianças do passado, a favor da reforma agrária, entre os sem terra e alguns setores do estado que representam o capital produtivo, deixando o tema da reforma agrária diretamente no campo da luta de classes. Por sua vez resta utilidade ao velho argumento da injustiça de muita terra nas mãos de poucos, que quase nem a utilizam, frente a uma massa de pessoas sem terra. Porém desta vez se valida o questionamento, frente a toda a sociedade, e em

toda a classe trabalhadora, rural e urbana, da conveniência em seu conjunto do projeto do capital para o campo.

Qualquer resistência que realizem os povos rurais é respondida com campanhas negativas pela mídia, a persecução e criminalização das organizações, líderes e lutadores sociais, repressão, assassinato, desaparição forçada, prisões ilegítimas, detenção administrativa, abuso sexual e violação. Há uma modificação das leis para permitir cada vez mais a criminalização, e uma impunidade crescente e quase total em muitos casos.

Frente a este panorama terrível, os povos rurais e nossas organizações, movimentos, alianças e convergências, são neste momento a principal esperança que tem a humanidade e o Planeta Terra. Nós estamos na linha de frente da disputa territorial e política contra esta aliança obscura. Nossas propostas de soberania alimentar, reforma agrária popular, construção de territórios agroecológicos de produção de alimentos, de agricultura camponesa para esfriar o planeta, oferecem soluções e alternativas reais aos problemas gerados pelo sistema capitalista, e em particular por esta perversa aliança.

O que defendemos e propomos: nossa reforma agrária popular

Na Via Campesina e na Campanha Global pela Reforma Agrária temos uma história de mais de 20 anos com a luta pela terra e de defesa da terra e dos territórios. Em 2012, em Bukit Tinggi, Indonesia, fizemos uma reflexão desta historia, e de como nossa luta tem evoluído em resposta as mudanças no mundo e nossas próprias experiências e diálogos acumulados. Porém em 2012 estávamos apenas percebendo o alcance do recente auge global do capital financeiro e seu domínio sobre outros setores do capital. Isto tem mudado uma vez mais a natureza do jogo, e como convocamos à sociedade em quanto ao tema dos territórios rurais.

Agora perguntamos: É melhor um campo sem camponeses, sem árvores, sem biodiversidade, de monocultivo e produção confinada de animais, de agrotóxicos e transgênicos, que gera exportações e alimentos não saudáveis, que gera mudança no clima e mina a capacidade das comunidades para se adaptar a ele, contaminação, doenças e migração massiva nas cidades? Ou um campo composto pelos territórios agroalimentares de camponeses e camponesas, de povos indígenas, de agricultores familiares, pescadores artesanais, e outros povos rurais, com vida digna, cosmovisões e saberes diversos,

árvores, biodiversidade, produção agroecológica de alimentos saudáveis, que esfria o planeta, que produz soberania alimentar, e que cuida da Mãe Terra?

Neste sentido, os companheiros e companheiras do Brasil nos tem ensinado sua proposta de uma Reforma Agrária Popular, uma reforma agrária não apenas para os camponeses sem terra, mas para toda a classe trabalhadora e toda a sociedade, um conceito de reforma agrária com agroecologia, com um enfoque territorial, que somente será conquistada através da luta de classes e do enfrentamento direto ao projeto do capital, e seus lucros, a seus meios de comunicação e a seus outros agentes nacionais e internacionais. Uma reforma agrária para potencializar a agricultura, economia e territórios camponeses.

No mesmo sentido, em toda América, Ásia, África, Europa e Meio Oriente, nossas organizações, movimentos e convergências estão na disputa territorial com o capital, com propostas similares, baseadas em enfoques territoriais, na convergência entre nossa diversidade, cosmovisões, saberes populares e tradicionais, na agroecologia, pesca artesanal e pastoreio tradicional, e em nossos diversos modos e estratégias de vida. As propostas ainda que sejam similares, também são distintas devido a natureza de nossas diferentes realidades. Onde está concentrada a terra, lutamos pela redistribuição e em alguns países se fala em fazer uma "revolução agrária". Onde nossos povos ainda controlam suas terras e territórios, lutamos por sua defesa, onde a terra foi nacionalizada, e agora é concessionada pelos governos a entidades estrangeiras, lutamos por seu retorno a nossas comunidades e direitos de concessão, e os/as pescadores/as entre nós falam da luta pelos territórios de pesca artesanal. Na Europa temos retomado as ocupações de terras e organizados lutas contra as mudanças no uso da terra, conseguindo visibilizar os problemas de grilagem e concentração, que hoje em dia é um problema crescente nos países do norte também. Na Palestina lutamos contra a brutal ocupação, chamamos ao boicote dos produtos israelitas. E em todos os lados aumenta a luta da juventude pelo acesso à terra e outros recursos.

Temos vitórias significativas, como a reforma agrária massiva, implementada a partir de ocupações e recuperações populares de terra em Zimbábue, a 'Educação do Campo' no Brasil, o cancelamento de concessões mineiras e para plantações massivas em alguns lugares na África, a permanência da reforma agrária cubana e seu sucesso agroecológico com movimento "de camponês a camponês," etc. Temos vitórias parciais também, porem que prometem, como a promessa de uma grande reforma agrária na Indonésia, onde temos

que mobilizar a força necessária para fazer que os nossos governos cumpram com suas promessas.

Organizamos nossas lutas com a formação política e técnica-agroecológica de nossos quadros e bases. Temos construído escolas de formação e escolas camponesas de agroecologia em todos os continentes. Temos desenvolvido alternativas educativas para nossos filhos e filhas. Temos aprendido dos povos originários em nossos movimentos que "a vida dos povos e a natureza são uma só." Temos velhas e novas táticas, como as ocupações e recuperações de terras e territórios, a solidariedade, as caravanas, como as do Oeste da África e de Bangladesh, os meios alternativos, a arte e a cultura, o feminismo camponês e popular, os valores humanistas, ambientais e socialistas, a mobilização e criatividade da juventude, novas alianças campo-cidade, as diretrizes da FAO, etc. Lançamos uma carta de direitos camponeses na ONU. Temos que seguir ajustando e inovando táticas, sobretudo como o próprio inimigo evolui rapidamente suas maneiras de disputar nossos territórios. Temos novos enfoques – como o enfoque territorial – e novas estratégias, como a construção de espaços autônomos e a autonomia relativa e auto-abastecimento em geral, e a massificação da agroecologia popular.

Nossos desafios

Transformar a luta pela terra na luta pelo território, junto com a construção de um novo modelo produtivo, para a soberania alimentar, aprofundando a agroecologia mais "autônoma," em base a nossos próprios recursos e insumos locais e o resgate de saberes ancestrais.

Organizar a luta por políticas públicas, tanto a favor da produção camponesa como pela saúde, a educação, a cultura e o esporte em nossas comunidades.

Massificaremos a formação política e ideológica, melhoraremos o trabalho com nossas bases, e o trabalho com as massas, a fim de melhorar a organicidade interna e funcionamento de nossas organizações, e incorporando de maneira progressiva a liderança e a participação de mulheres e jovens.

Enfrentaremos as campanhas negativas da grande media, e a maneira como os meios promovem uma cultura de consumismo e um esvaziamento dos sistemas "democráticos", e trabalharemos arduamente para construir nossos próprios meios de comunicação, que

dialogam tanto com nossas bases como com a sociedade em seu conjunto e a classe trabalhadora.

Faremos frente de maneira mais efetiva à criminalização, a repressão, a militarização, e organizaremos a luta internacional a favor de nossos presos políticos. Organizaremos uma jornada permanente de solidariedade, não em base a dar o que nos sobra, mas sim vamos a compartilhar o que temos.

Seguiremos a nossa tarefa permanente de construir alianças de classe, sem dependências, entre o campo e a cidade, e entre o produtor e o consumidor.

Denunciaremos e combateremos as leis "antiterroristas" e sua aplicação contra nossas lutas legítimas.

Aprofundaremos a solidariedade com as lutas dos povos Palestinos e Curdos, e demais povos que sofrem a escalada militar, e condenamos a ocupação militar.

Elaboraremos uma análise do papel que joga o tráfico de drogas na desestabilização de nossos territórios, em conivência com o capital e os estados, e uma estratégia para enfrentar de maneira mais efetiva esta realidade.

Combateremos a concentração empresarial nos diferentes setores da economia e do sistema agro-pesca-alimentar/mediático/financeiro, e os ataques frontais à democracia. Criaremos formas de luta que gerem perdas econômicas ao capital, às multinacionais, aos bancos, etc.

Construiremos convergências e maior unidade em base a objetivos comuns, dada a nossa diversidade (camponeses/as, trabalhadores/as, pescadores/as, indígenas, pastores/as, moradores urbanos, consumidores, etc.)

Enfrentaremos qualquer surgimento de fundamentalismos religiosos conservadores e de direitas, e combateremos a onda de leis e tratados neoliberais e privatizações.

Repensaremos a relação entre nossos movimentos populares, o Estado, os partidos políticos e os processos eleitorais, de acordo com a história e a conjuntura de cada país, combatendo a erosão generalizada dos mecanismos de direitos humanos, internacionais e nacionais.

Lutaremos contra o imperialismo norte americano e enquanto reconhecemos a importância da multipolaridade, também alertamos sobre a necessidade de responder a emergência de mais imperialismos, econômicos, políticos, e militares.

Desde nossas organizações buscaremos formas de como construir convergências ao redor de projetos populares alternativos de construção e formulação coletiva e além disso investiremos na melhora da organização produtiva, as cooperativas, fomentaremos a pequena e média agroindústria para agregar valor a nossos produtos, e trabalharemos para conquistar mais e melhores canais curtos e médios de comercialização, além disto promoveremos a cooperação.

Lutaremos pela abordagem sobre o tema do crédito: como conquistar mais crédito para o campesinato, e como também produzir sem crédito, ou com menos crédito e com poucas dívidas.

Confrontaremos tendência institucional (Banco Mundial, FAO, academia, ONGs, etc.) de esvaziar o conteúdo dos conceitos como "reforma agrária" e "agroecologia," lançando versões "light" como "acesso a terra" e os alimentos "orgânico-industrial" do monocultivo do "agronegócio verde," e a "responsabilidade social das corporações."

Lutaremos para conseguir mecanismos internacionais não somente "voluntários," mas vinculantes e sancionáveis.

Pararemos a aprovação e proliferação de novas tecnologias perigosas, como as sementes "terminator" e a biologia sintética.

Fortaleceremos a participação das mulheres e jovens em todos os movimentos sociais. Implementaremos mecanismos para aumentar a permanência da juventude no campo. Lutaremos contra o modelo patriarcal que impera dentro do sistema capitalista, e exigiremos o pleno direito das mulheres camponesas e indígenas à terra, água e território.

Realizaremos cada vez mais lutas unificadas a nível internacional para enfrentar nossos inimigos comuns.

Defender a terra e honrar a vida

Animados neste 17 de Abril, Dia Internacional das Lutas Camponesas, a 20 anos do Massacre de Eldorado de Carajás, no estado de Pará, reencontramos com milhares de

homens e mulheres que defendem o direito a vida, que lutam para conquistar uma sociedade mais justa, em luta permanente pelos direitos dos povos à terra e ao território, a promoção da soberania alimentar e a produção agroecológica, para erradicar a fome e a pobreza.

Ruralistas propõe a Temer uso do Exército em casos de conflito agrário. Brasil de Fato. Site do MST, 26/04/2016.

Ideia faz parte de propostas do agronegócio caso o vice-presidente assuma governo

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) pedirá a Michel Temer (PMDB) o emprego das Forças Armadas para reprimir conflitos fundiários em áreas rurais. A ideia faz parte do conjunto de propostas que os representantes do agronegócio no Congresso defendem em um possível governo do vice-presidente, caso o impeachment se consolide.

A bancada ruralista, em conjunto com uma série de entidades do agronegócio, prepara um documento público para ser entregue ao peemedebista. As informações foram divulgadas pelo portal de notícias Uol.

Pressão

Os representantes do agronegócio também buscam influenciar Temer em relação à nomeação de possíveis novos ministros. Além de reivindicarem um nome diretamente ligado ao setor para liderar a Agricultura, os ruralistas querem espaço na Fazenda e na Justiça. Esta última pasta é responsável por questões importantes do ponto de vista dos interesses dos grandes proprietários de terra, como a demarcação de terras indígenas.

Neste sentido, a FPA defende também a ideia de que a criação de novos territórios de povos originários passe a ser competência do Legislativo.

Impeachment

Conhecidos como "bancada do boi", os ruralistas – ao lado de evangélicos e defensores do endurecimento da legislação penal – foram um dos setores mais ativos e de maior peso na votação da admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff

na Câmara dos Deputados. A Frente Ruralista, por exemplo, se posicionou formalmente a favor da deposição de Dilma.

Sem Terra ocupam fazenda em Eldorado do Sul, no RS. Site do MST, 26/04/2016.

A fazenda tem cerca de 600 hectares e sua entrada de acesso fica na Estrada Cruz das Almas, entre os quilômetros 135 e 136 da BR-290.

Cerca de 350 Sem Terra ocuparam na manhã terça-feira (26), a fazenda Tio Faustino, no município de Eldorado do Sul, na região Metropolitana de Porto Alegre.

A fazenda tem cerca de 600 hectares e sua entrada de acesso fica na Estrada Cruz das Almas, entre os quilômetros 135 e 136 da BR-290.

Segundo os Sem Terra - que são oriundos de acampamentos do MST nos municípios de Eldorado do Sul e Encruzilhada do Sul -, a área está abandonada há mais de oito anos e é totalmente improdutiva.

“Reivindicamos que seja feito o processo de Reforma Agrária neste local para que as famílias que não têm onde morar e produzir seus alimentos possam ter melhores condições de vida”, explica a dirigente estadual do MST, Aida Teixeira.

A ocupação também faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que tem como mote os 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, que matou 19 Sem Terra no Pará em 1996.

Trabalhadores rurais da Turquia visitam o Brasil para conhecer experiências do MST. Luis Fernando. Site do MST, 26/04/2016.

Abdulah Aysu está escrevendo série de livros sobre movimentos de luta por terra ao redor do mundo.

MST Sergipe recebeu a visita do presidente geral da Confederação dos Sindicatos dos Pequenos Agricultores Turcos e um dos fundadores da Via Campesina no Oriente Médio, Abdulah Aysu, acompanhado do estudante, Umut Kocagöz.

Ambos estiveram no Brasil para conhecer experiências de produção e políticas de estímulo à agricultura camponesa que servirão de base para um livro sobre a luta pela terra.

No país, a viagem de Ayasu e Umut começou por São Paulo e Pará, onde conheceram mais de perto a experiência de luta por terra sem a utilização de armas.

Em Sergipe, ambos foram recepcionados por acampados do MST e visitaram dois assentamentos, onde puderam conhecer experiências de cooperativas.

Eles também vivenciarem a luta por moradia, ao visitarem a ocupação urbana localizada em Barra dos Coqueiros.

Os companheiros também puderam observar os avanços brasileiros, em relação à garantia do direito à soberania alimentar, que compreendem estruturas organizativas e ferramentas de lutas com base nos princípios legítimos da Constituição Federal de 1988, que reconhece o acesso à terra como direito fundamental para os povos indígenas, camponeses e comunidades quilombolas.

Desde 2004, essa é a quarta passagem de Aysu pelo Brasil, que realiza estudo das relações do MST com organizações populares de juventude do campo e cidade.

Em sua avaliação, a agricultura camponesa brasileira está muito à frente da Turquia. Para ele, os obstáculos maiores são as religiões e tradições específicas da terra natal. No caso religioso, as igrejas apoiam e suportam o capitalismo. “Me impressionou muito o envolvimento das pastorais no início da luta por terra aqui no Brasil”, afirma Aysu.

O objetivo do livro que está escrevendo é levar a inspiração do MST para quem o ler. A introdução foi feita por João Pedro Stédile. “Esse trabalho faz parte de uma série de livros que planejo escrever. Se a vida me permitir, escreverei mais três deles. O próximo que tenho planejado é sobre os Zapatistas e a experiência catalã”, adianta Aysu.

Para Fábio Andrey, do Coletivo de Relações Internacionais do MST, essa troca de experiências com camponeses de outros países é sempre muito produtiva.

“Nós acumulamos forças na luta contra o agronegócio, representado pelas mesmas grandes empresas, habituadas a agir da mesma forma opressora em todo o mundo”.

Comunidade quilombola recebe concessão de uso da terra durante Mesa Quilombola no Incra/CE. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2016

A comunidade quilombola de Sítio Arruda, no município de Araripe, região do Cariri,

recebeu nesta segunda-feira (25) os primeiros Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) destinados às famílias remanescentes de quilombos no Ceará. Os contratos foram entregues durante a sétima Reunião da Mesa Estadual de Acompanhamento da Política de Regularização Quilombola, realizada no auditório da superintendência do Incra no estado, em Fortaleza.

Com o CCDRU em mãos a comunidade tem segurança jurídica para produzir nos dois imóveis rurais que formam o território quilombola de Sítio Arruda. As áreas foram desapropriadas em dezembro do ano passado e destinadas ao Incra para criação definitiva do território e titulação coletiva da terra em nome da comunidade, previstas para este ano.

Para a comunidade, o acesso ao documento que autoriza o uso das terras quilombolas antes da titulação abre a possibilidade de desenvolvimento social e econômico das 34 famílias de Sítio Arruda. "Com o documento da terra a comunidade pode acessar o seguro safra, ou outras políticas públicas como o auxílio maternidade, além de termos segurança jurídica para acessar a terra, produzir nela", explica Lourenço Caetano de Souza, uma das lideranças da comunidade. "Com o acesso à terra e o documento em mãos o Sítio Arruda vai crescer muito", conclui Lourenço.

Caminhada

O CCDRU foi entregue pelo superintendente do Incra/CE, Roberto Gomes, ao presidente da associação comunitário de Sítio Arruda, Antonio Silva Cruz, que assinou os contratos diante do auditório lotado por representantes de comunidades quilombolas, de organizações não governamentais e órgãos publicos, além do prefeito de Araripe, Giovane Guedes. "A entrega do CCDRU mostra que nossa caminhada vem se fortalecendo, agregando e demonstrando o acerto da política quilombola no estado", disse Gomes.

Enviaram representantes à mesa as comunidades quilombolas de Alto Alegre (localizado no município de Horizonte), Boqueirão da Arara (em Caucaia), Cumbe (Aracati), Encantados do Bom Jardim (Tamboril), Lagoa dos Crioulos (Salitre), Nazaré (Itapipoca), Serra dos Chagas (em Salitre) e Três Irmãos (Croatá).

Participaram também a coordenadora estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR), Zelma Madeira, o coordenador da Comissão Estadual dos Quilombolas do Ceará (Cequirce), Renato Baiano, o representante do Escritório de Direitos Humanos

e Assessoria Jurídica Popular da Assembléia Legislativa do Ceará, Francisco Claudio de Oliveira Silva, a coordenadora do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec), Maria Eliane de Lima, além do coordenador no Ceará do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Francisco Rogério Gomes Leite.

Mesa Quilombola

Durante o encontro as comunidades receberam informações sobre a Portaria nº 175, do Incra, que reconhece as famílias quilombolas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Com a publicação da portaria dia 20 de abril, no Diário Oficial da União, as comunidades quilombolas poderão acessar os créditos Instalação do Incra e do grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de receber ações nas áreas da educação, como o Pronera, de Assistência Técnica e Extensão Rural e de programas voltados à produção, como o Terra Sol e o Terra Forte.

Outros temas discutidos foram os avanços e os impasses nos processos de regularização de territórios quilombolas no Ceará, além de informes sobre a possibilidade de inclusão de lideranças quilombolas do estado no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Em meio ao impeachment, governo libera mais de 30 demarcações de terras. André Borges – O Estado de São Paulo, Política. 26/04/2016

No primeiro mandato de Dilma, houve a criação de apenas 11 terras, o equivalente a 2 milhões de hectares, mais baixa marca dos governos pós-ditadura militar

Brasília – Em busca de apoio e mobilização social para tentar frear o processo de impeachment que tramita no Congresso Nacional, o governo decidiu baixar a guarda e, em menos de um mês, liberou mais de 30 processos de demarcações de terras em todo o País. São áreas que, há anos ou até mesmo décadas, são requeridas por comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, e que até agora não tinham uma resposta efetiva do Executivo. Em poucas semanas, tudo foi atendido pelo governo da presidente Dilma Rousseff, que encerrou seu primeiro mandato com a menor área de terras indígenas demarcadas desde a redemocratização do País.

Há menos de um mês no cargo, o novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, publicou cinco portarias declaratórias, reconhecendo terras indígenas que, se somadas, ultrapassam

a extensão de 12 terras que foram alvos de portarias editadas ao longo dos últimos cinco anos, sob a tutela do ex-ministro José Eduardo Cardoso.

Na semana passada, a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou o reconhecimento de mais quatro terras indígenas que estavam paralisadas, algumas delas há cerca de 20 anos. Uma nova rodada está prevista para esta quarta-feira, 27. Dilma tem encontro marcado com integrantes do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), em evento no Palácio do Planalto, e há previsão de que mais três terras indígenas sejam anunciadas no encontro.

Somam-se a essas demarcações outros 25 decretos assinados pela presidente há apenas três semanas, também no Palácio, em cerimônia que acabou se convertendo em manifestação contra o impedimento da presidente, com direito a falas de representantes de diversos movimentos sociais.

Decretos. De uma só vez, foram demarcados 56.512 hectares. Quatro decretos de regularização de territórios liberaram 21 mil hectares em terras de comunidades quilombolas no Sergipe, Pará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Outros 21 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, em propriedades em 14 Estados, atingiram uma área total de 35,5 mil hectares no Pará, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Ceará, Paraíba, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Na semana passada, uma das terras indígenas que mais enfrentavam resistência do governo foi reconhecida pela Funai, com aval do Ministério da Justiça. O reconhecimento da terra indígena Sawré Maybu inviabiliza a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, maior projeto do setor elétrico nos próximos dez anos, porque seu reservatório atingiria a terra, agora admitida oficialmente. O processo de licenciamento, por conta de seu impacto a comunidades indígenas, acabou suspenso pelo Ibama.

Mobilizações. Apesar de o governo refutar que as autorizações têm interesse político, os movimentos sociais têm sido protagonistas das principais manifestações contrárias ao impeachment de Dilma em todo o País. Entre os dias 10 e 13 de maio, mais um evento em defesa do governo está marcado para ocorrer em Brasília. No chamamento do "Acampamento Terra Livre", a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) conclama povos indígenas de todo o País para se manifestarem contra o impeachment, que "confirmou taxativamente um cenário totalmente desfavorável à garantia dos direitos

sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, principalmente os direitos fundamentais dos nossos povos e comunidades."

O Estado procurou o Ministério da Justiça e a Funai nesta noite de terça-feira, mas não conseguiu contato. Nos primeiros quatro anos de seu governo, Dilma homologou a criação de apenas 11 terras, um total de 2 milhões de hectares, mais baixa marca dos governos pós-ditadura militar. Em metade do tempo, Itamar Franco homologou 16 áreas e 5,4 milhões de hectares.

Para Juliana Batista, advogada do Instituto Socioambiental (ISA), "há um passivo de terras, com processos finalizados, que dormem nas gavetas do Executivo desde a Constituição", que definiu o prazo de até cinco anos – 1993 – para serem demarcadas. "O que o governo está fazendo é dar efetividade à Constituição Federal e aos direitos dos povos indígenas nela previstos", comenta Juliana. "Nenhum país republicano que se pretenda democrático pode negar vigência ao texto constitucional."

Suspensão. No dia 6 de abril, cinco dias após Dilma dar sinal verde para 21 de reforma agrária, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) julgou uma auditoria feita sobre as operações do Incra e determinou a suspensão imediata de novos processos de seleção de beneficiários de lotes, bem como de pessoas que já tenham sido selecionadas pelo programa de reforma agrária. As irregularidades no programa do Incra, segundo o TCU, atingem praticamente 30% de toda a base de beneficiários do programa, que é da ordem de 1,5 milhão de famílias.

O colegiado do TCU foi unânime nas críticas ao programa e na necessidade de completa reestruturação do Incra e de seu trabalho. Em janeiro, a Controladoria-Geral da União (CGU) já havia demonstrado problemas graves do programa.

O tribunal determinou ao Incra que apresente medidas para resolver cada um dos problemas identificados e que submeta essas ações para, após análise do TCU, seguir com as medidas.

Destinação de terras nas Várzeas de Sousa (PB) à reforma agrária beneficia 200 famílias. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/04/2016.

Cerca de duzentas famílias de trabalhadores rurais serão beneficiadas com a criação de

um assentamento da reforma agrária em área de 837 hectares no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (Pivas), no município de Sousa (PB), a cerca de 450 quilômetros de João Pessoa. A Lei Nº 10.676, que autorizou a concessão de direito real de uso sobre as terras públicas no Sertão paraibano ao Incra e sua posterior doação aos agricultores selecionados pela autarquia, foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado da Paraíba desta quarta-feira (27).

A lei foi sancionada pelo governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, na terça-feira (26), em solenidade realizada na Praça João Pessoa, no centro da capital paraibana. O projeto de lei, de autoria do Governo do Estado, foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Além do superintendente do Incra/PB, Cleofas Caju, e do governador Ricardo Coutinho, participaram do evento outros membros do Governo da Paraíba, a exemplo da secretária de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), Cida Ramos. A solenidade também foi acompanhada por deputados estaduais e representantes de movimentos sociais do campo.

“Esta lei, aprovada de forma unânime pelos deputados estaduais, vem resolver uma questão antiga, que foi esquecida por outros governantes, mas agora os trabalhadores rurais vão estar nas suas terras, produzindo e contribuindo para o desenvolvimento agrário da Paraíba”, afirmou Coutinho, acrescentando que o Governo do Estado deve implantar uma escola na comunidade para garantir educação de qualidade aos filhos dos agricultores assentados.

O superintendente do Incra/PB, Cleofas Caju, falou sobre o apoio que a autarquia dará às famílias a serem assentadas nesta segunda área que a reforma agrária conquistou no Pivas. “A lei está regularizando a situação destas famílias, dando estabilidade e potencializando a agricultura familiar. Cabe ao Incra organizar o assentamento das famílias e dar a assistência adequada”, afirmou.

Um dos coordenadores estaduais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rosivan Batista, disse que as famílias do futuro assentamento irão se dedicar à produção de milho, feijão, batata-doce, macaxeira, hortaliças diversas, algodão e frutas, como banana e melão. “A concessão de mais uma área do Pivas à reforma agrária é uma grande conquista para as famílias, que já estão organizadas”, afirmou.

Próximos passos

As famílias que serão selecionadas pelo Incra para serem assentadas na área de 837 hectares do Pivas contarão com assistência técnica e extensão rural de entidade contratada pelo Incra. A autarquia também será responsável pela implantação da infraestrutura básica do futuro assentamento, que inclui a construção de vias de acesso, de rede elétrica e de sistema de distribuição de água.

A concessão do direito de uso é de carácter definitivo e o Incra tem o prazo de dois anos para transformar a área em um assentamento da reforma agrária.

Caberá aos futuros assentados o pagamento das taxas de serviço referentes ao Distrito de Irrigação. O Incra e as famílias a serem assentadas não podem transferir a terceiros quaisquer direitos adquiridos com a concessão de uso, sendo vedada, pelo prazo de dez anos contados da concessão, a alienação dos lotes, que serão destinados, exclusivamente, à exploração da agricultura irrigada.

Histórico

Em março de 2010, o Incra recebeu a concessão de outra área do Pivas, com 1.007 hectares. No local, foi criado o assentamento Nova Vida I. As 141 famílias que residem na área de reforma agrária produzem milho, feijão, gergelim e algodão agroecológico, além de criarem bovinos e caprinos.

A qualidade do solo existente no Pivas é reconhecida nacional e internacionalmente. Na solenidade de assinatura do contrato da concessão dos primeiros 1.007 hectares ao Incra, o então secretário do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do Estado, Ruy Bezerra, destacou como característica das frutas produzidas nas Várzeas de Sousa o elevado teor de açúcar, que, segundo ele, seria superior às provenientes de importantes áreas exportadoras brasileiras, a exemplo do Vale do Rio São Francisco, em Pernambuco.

Outro ponto forte do Pivas é a proximidade com o Aeroporto de Petrolina Senador Nilo Coelho, em Pernambuco, um dos principais do Nordeste, que cresce impulsionado pela produção do Vale do Rio São Francisco, maior exportador de frutas do Brasil. São cerca de 400 quilômetros até o local.

Condraf firma compromissos em prol do rural brasileiro. FETRAF. 27/04/2016.

Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi apresentado ontem (26) pelo Comitê de Juventude Rural durante a realização da 65ª reunião do Condraf

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural foi apresentado ontem (26) pelo Comitê de Juventude Rural durante a realização da 65ª reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

O plano foi elaborado em cinco eixos distintos: terra e território; trabalho e renda; educação do campo; qualidade de vida; participação, comunicação e democracia e representa o resultado de uma luta histórica pela garantia de direitos dos jovens agricultores, assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Presente à reunião, o coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, ressaltou a importância do papel do Condraf no atual cenário político do Brasil. “O Conselho tem se constituído em um espaço importante de debate e de elaboração de propostas de políticas públicas para o desenvolvimento rural. O que nós esperamos é que independente da conjuntura política que iremos enfrentar no próximo período, que este Conselho continue sendo um espaço que propicie o debate e que nós tenhamos assegurado esse conjunto de políticas públicas que conquistamos nos últimos anos e que têm contribuído decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e para o desenvolvimento rural sustentável.

Além da apresentação e discussão do plano, houve também debates acerca do lançamento do Plano Safra, que vai ocorrer na próxima terça-feira (3/5), do Plano de Segurança Alimentar, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Território Rural Pantanal

O Condraf também homologou, na terça-feira (26), a criação do Rural Pantanal, que vai reunir os municípios sul-mato-grossenses de Aquidauana, Caracol, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho.

Com ele, serão 242 Territórios Rurais em todo país, ou seja, 76% do território nacional alcançados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat).

Conjuntura

Como presidente do Condraf, o ministro Patrus Ananias foi convidado para analisar a conjuntura nacional com os demais conselheiros.

Para ele, é necessário enfrentar o agronegócio. “Mesmo com todos os avanços que tivemos no país, o Brasil continua se parecendo com o Brasil do ciclo da cana. Um país que se preze tem que ter um estoque de alimentos para tempos difíceis, pela segurança alimentar e nutricional do seu povo. Fica claro que o modelo em que vivemos é o modelo que depende do mercado externo. Precisamos repensar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)”, salientou.

“A disputa agora é muito mais nítida, inclusive para não possibilitar espaços de reflexão como este. Para impedir que a gente exerça essa autocrítica sobre as políticas sociais, com relação ao desenvolvimento da agricultura familiar, do desenvolvimento da agroecologia, do cooperativismo”, finalizou Patrus.

Presidente busca aproximação com povos indígenas. Raphael Di Cunto, Lucas Marchesini e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 27/04/2016.

Em mais um ato para tentar demarcar diferenças com o vice-presidente Michel Temer (PMDB) na relação com movimentos sociais, a presidente Dilma Rousseff receberá na sexta-feira, no Palácio do Planalto, povos indígenas para uma cerimônia de assinatura de transferência de terras para essas comunidades. O evento ocorrerá dois dias depois de uma reunião do pemedebista com representantes do agronegócio, entre eles o Instituto Pensar, que sustenta financeiramente a bancada ruralista.

Será o primeiro ato no Palácio desde que o impeachment foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 17 de abril. Dilma priorizou reuniões com ministros mais próximos, parlamentares e governadores. Além disso, viajou para Nova York na semana passada e ontem para a Bahia.

Dilma realizou seis cerimônias públicas ligadas a setores caros aos movimentos sociais em abril, antes da aprovação do impeachment. Alguns foram decididos em cima da hora, como o lançamento do Programa Hora do Enem, em 5 de abril, no Palácio do Planalto. O

evento estava previsto para acontecer no Instituto Federal de Brasília e sem a presença da presidente. Em busca de agendas positivas, foi trazido para o Palácio do Planalto.

O ato de sexta-feira, inicialmente previsto para hoje, foi informado pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro da Costa, ao núcleo agrário do PT. O número de terras indígenas que serão homologadas, de oito a 14, ainda não está fechado e depende do aval da presidente. Dilma ainda dará posse aos novos integrantes da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), antiga reivindicação indígena, e anunciará um concurso para preencher cargos na Funai.

A homologação das terras indígenas pela presidente resgata o grande atraso de sua gestão neste campo. "Os números são gritantes de como caiu o ritmo do processo de reconhecimento de terras indígenas nos governos Dilma, em relação a Lula e FHC", diz Marcio Santilli, sócio-fundador do InstitutoSocioambiental (ISA). Segundo a Funai, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, 141 terras indígenas foram homologadas, 84 nas duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva, e 19 por Dilma. Aqui, contudo, é preciso fazer a ressalva que os casos mais complexos de resolver ficaram por último.

"Isso se aplica também a unidades de conservação e à reforma agrária. A tudo que se aplica à destinação de terras para fins socioambientais", continua. Os atos de sexta-feira irão "melhorar um pouco a estatística de Dilma para a História, mas ela continuará em último lugar", diz Santilli, que foi presidente da Funai na gestão FHC.

O processo de demarcação de terras indígenas tem várias etapas e em três delas ocorre a publicação no "Diário Oficial". A primeira acontece quando a Funai publica o relatório da equipe de antropólogos identificando e delimitando áreas indígenas. No dia do Índio, a Funai publicou quatro destes atos relativos a terras no Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul e Paraná.

O passo seguinte é a portaria declaratória do Ministério da Justiça. Nos últimos dias o ministro Eugênio Aragão mandou expedir cinco delas (duas de terras no Amazonas e três no Mato Grosso), liberando decisões de áreas já sem pendências, mas que continuavam na gaveta. "A edição dos atos é lucro para os índios, em qualquer hipótese porque permite a eles recorrer na Justiça", diz Santilli, que atribui os avanços dos últimos dias a Aragão e ao presidente da Funai.

O último passo no processo de demarcação é a homologação das terras pela Presidência. Temer pode, teoricamente, recuar da decisão de Dilma. "Acho muito improvável, fica muito ruim. E não há precedente", diz o indigenista.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) discute propostas a ser apresentadas ao vice-presidente. Uma delas é o uso das Forças Armadas para resolver conflitos agrários. "Se há uma invasão ilegal em um Estado e de repente as próprias forças locais não conseguem resolver com efetividade, esse movimento pode se espalhar pelo Brasil. É preciso uma atuação mais efetiva", diz o deputado Marcos Montes (PSD-MG), presidente da bancada ruralista. Movimentos ligados ao PT, como o MST, prometem mobilizações constantes durante o governo Temer.

A bancada quer que a Agricultura não seja usada para compor apoio partidário no Congresso - nos últimos dias circulam informações de que a Pasta pode ser entregue ao PRB. "É o ministério que sustenta a economia", diz Montes.

"Os ruralistas estão comemorando antes do tempo. Se Temer assumir, existe unidade dos movimentos sociais do campo para pressionarem o governo pela sua pauta. Os movimentos não permitirão que a pauta conservadora domine", disse o deputado João Daniel (PT-SE), coordenador do núcleo agrário da bancada petista.

Temer defendeu a 'ordem' na questão fundiária, diz deputado ruralista. Cristiano Zaia **– Valor Econômico. 27/04/2016.**

Ao apresentar propostas do setor do agronegócio em nome da bancada ruralista do Congresso e entidades de classe, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Marcos Montes (PSD-MG), disse nesta quarta-feira que o vice-presidente Michel Temer se mostrou preocupado e solidário a conflitos agrários que envolvem confrontos entre produtores rurais, indígenas e movimentos sociais, como o MST.

Segundo Montes, Temer disse que o país precisa de “ordem” em questões fundiárias e defendeu harmonia entre movimentos sociais e agricultores. Há um mês um dirigente sindical representante de trabalhadores rurais incitou invasões a propriedades rurais justamente de parlamentares ruralistas que votassem a favor da abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara.

Os deputados da bancada ruralista votaram em grande peso a favor do impedimento de Dilma.

“O vice-presidente Temer se mostrou preocupado com manifestações violentas e conflitos tanto no campo como nas cidades e defendeu que a palavra 'ordem', da bandeira nacional, prevaleça no país”, disse Montes, que se reuniu com Temer nesta tarde, acompanhado de outros deputados e senadores da FPA, além de representantes de entidades do agronegócio.

Ministério

De acordo com o deputado, Temer não cogitou nome algum para ocupar o Ministério da Agricultura caso ele assuma a Presidência da República. No entanto, defendeu que o ministro da área deve representar o agronegócio brasileiro e ter grande interlocução com o governo e o Congresso. Montes disse ao **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**, que Temer se comprometeu em consultar a bancada para a definição de um eventual ministro da Agricultura.

Ruralistas e integrantes do segmento agropecuário aproveitaram a ocasião para apresentar propostas que desejam ver implementadas num eventual governo Temer: fusão entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário; garantia do direito de propriedade a agricultores; apoio ao projeto de lei que libera a compra e o arrendamento de terras no país por empresas estrangeiras; ampliação da presença de instrumentos de mercado de capitais no financiamento agrícola; manutenção do Código Florestal; e uma nova Lei Agrícola.

Maior participação no debate de políticas públicas. Gabriela Bontempo. Site do MDA, 27/04/2016.

Um dia histórico para as comunidades indígenas de todo o país. Nesta quarta-feira (27), foram empossados os primeiros 45 membros do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), criado no ano passado, por meio do decreto 8.593, de 17 de dezembro de 2015. O conselho vai reunir governo e sociedade civil para ampliar a participação dos povos tradicionais na elaboração e execução das políticas públicas indigenistas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um dos conselheiros do órgão, por meio da Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais.

Segundo o ministro da Justiça, Eugênio Aragão, a instalação e posse do conselho é uma forma de reparar a dívida brasileira com os povos tradicionais. “Este é um momento em que o governo federal paga mais um pouco a larga dívida histórica com os indígenas. Essa iniciativa vem das próprias comunidades e também daqueles que os têm apoiado ao longo dos anos. Essa vitória é de todos os que lutaram por este momento. E vamos em frente, para que tenhamos ainda novas vitórias e novas conquistas”, afirmou.

O conselho é um órgão colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas voltadas aos povos indígenas. Para o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o CNPI representa mais uma conquista desse público. “O conselho é mais um avanço que se soma a um conjunto de outras políticas, ações e programas do governo federal, para fortalecer os povos tradicionais brasileiros”, explicou.

Iniciativas como as chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específicas para esse público, a Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena (Fenati), realizada em duas edições, e o Selo Indígenas do Brasil. “ Com o conselho teremos o acompanhamento, mais próximo, da implementação e ampliação das políticas existentes”, ressaltou o coordenador.

Dos 45 membros do conselho, 15 são representantes do poder executivo federal, todos com direito a voto; 28 são representantes dos povos e organizações indígenas, sendo 13 com direito a voto; além de dois representantes de entidades indigenistas com direito a voto.

A líder indígena Sônia Guajajara fez questão de contar aos participantes do evento a luta e a persistência dos povos tradicionais para a efetivação do CNPI. “Quero parabenizar a todos nós. O movimento indigenista foi muito insistente e persistente. Todos os dias a gente acreditava que o conselho sairia. Sabemos as dificuldades e tudo o que enfrentamos para chegar até aqui. Todos os conselheiros foram escolhidos em um processo amplo de discussões”, salientou.

Para ela, de agora para frente, é preciso ter clareza sobre o papel que cada um irá desempenhar dentro do órgão. “O CNPI tem um papel fundamental de continuarmos firmes, com pensamentos claros, e contrários a qualquer ação que retroceda os direitos dos povos indígenas. Os membros do governo precisam estar de mãos dadas, no sentido de não permitir retrocessos. Estamos no conselho com os nossos povos, muita gente está esperando por isso, por isso temos que assumir esse conselho com consciência”, observou Sônia.

A primeira reunião do CNPI será entre os dias 28 e 29 de abril, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília. Quem preside o conselho é o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro Gonçalves da Costa.

Saiba mais

O Conselho Nacional de Política Indigenista surge após nove anos de trabalhos da Comissão Nacional de Política Indigenista, instalada em 2007, que funcionou como um espaço de diálogo, debates e proposições, envolvendo representantes do movimento indígena, indigenista e do estado brasileiro.

Por trás de uma demarcação, a poderosa imagem dos índios isolados. Felipe Milanez. Carta Capital, 28/04/2016.

Ministério da Justiça declarou TI Kawahiva do Rio Pardo, para uso exclusivo de um povo em isolamento voluntário

O Ministério da Justiça publicou, em 20 de abril, a portaria declaratória da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso, com 411 mil hectares, junto de várias outras terras que estavam na gaveta e começam a ser declaradas e homologadas pelo governo após a votação do golpe no Congresso.

Esta TI, ao contrário das outras, é para o usufruto exclusivo de um povo que vive em isolamento voluntário, pelo menos um grupo que fala a língua tupi Kawahiva. Pelo fato de os indígenas viverem em "isolamento" como uma estratégia de resistência, por muito tempo grileiros e madeireiros alegavam que eles seriam "inexistentes". Neste caso, uma imagem valeu mais do que mil ofensas racistas aos indígenas: o registro audiovisual feito pelo sertanista da Funai Jair Candor.

Em uma expedição coordenada por Candor, em julho de 2011, ele conseguiu filmar um grupo dos Kawahiva caminhando tranquilamente pela floresta, a poucos metros dele.

São possivelmente as imagens mais espetaculares registradas de um povo em isolamento, e podem ser vistas no site Youtube.

Tais imagens deveriam ter tido divulgação imediata em razão da vulnerabilidade em que estes indígenas se encontram, entre outros fatores por estarem em Colniza (MT), um dos municípios mais violentos do Brasil, e serem sobreviventes de um genocídio pelos madeireiros da região. Entretanto, as imagens foram colocadas na gaveta por dois anos

pelo coordenador da área da Funai, Carlos Travassos, que liberou as imagens, em 2013, para a TV Globo.

Com o trabalho de campo de sertanistas experientes como Candor, Rieli Franciscato e Altair Algayer, foi possível não apenas comprovar, por imagens, a existência dos indígenas, como identificar o território ocupado por esse grupo que vive em isolamento voluntário sem a necessidade de ter sido feito um contato.

A antiga restrição de uso feita pela Funai, provisória, era de 116 mil hectares, e havia sido feita logo após a confirmação da existência dos indigenas, no início da década. Os dados coletados em diversas expedições dos sertanistas permitiram a revisão destes limites na elaboração do estudo da TI, com o tamanho atual que foi declarado pelo Ministério da Justiça

Esse trabalho de campo, fundamental na defesa dos direitos indígenas, liderado por sertanistas, também serviu para desmontar uma tese difamatória que surgiu nos corredores da Funai a partir de uma conturbada e criticada reforma do órgão feita em 2010: a tese de que há um "novo indigenismo" em oposição a um "velho sertanismo", que acabou por quase promover uma descontinuidade histórica das lutas em defesa dos direitos dos povos indígenas por parte dos servidores da fundação.

Esse processo difamatório serviu para desqualificar o trabalho de servidores, promover processos administrativos a quem pensasse de forma diferente e crítica da gestão do momento, assédio moral de servidores, perseguições.

Especificamente na área de índios isolados, Carlos Travassos, atual coordenador daCoordenação Geral de Índios Isolados e de Contato Recente, era um dos agentes que vinha promovendo esses conflitos internos, conforme foi mostrado em reportagem publicada em novembro do ano passado na ***CartaCapital***.

A gestão de Travassos, conforme declarou o sertanista Antenor Vaz ao site *AmazôniaReal*, "preferiu isolar-se das bases, apoiar a discussão em Brasília e fortalecer instituições não governamentais em busca de recursos financeiros externos (à Funai) sem a participação dos que trabalham em campo. Hoje existem ONGs, financiadas pelo BNDES para trabalhar com povos isolados."

Recentemente, Travassos apresentou um pedido de exoneração à presidência da Funai após uma crise no Vale do Javari, envolvendo indígenas Matis e isolados do povo Korubo,

que resultou em "pelo menos" (a expressão é da Funai) 10 mortes, sendo oito de indígenas Korubo em isolamento.

O movimento indígena chegou a denunciar à ONU o coordenador da CGIIRC, e a Funai publicou uma famigerada "nota de repúdio" contra os indígenas.
No caso da TI Kawahiva do Rio Pardo, a notícia da demarcação é para se comemorar. Em meio à profunda crise política que o País atravessa, resta imaginar formas de resistência.

As imagens feitas por Jair Candor, cuja foto que ilustra esse texto é um frame do vídeo que ele registrou, são resultado de um profundo conhecimento da floresta, dos povos indígenas, e de uma dedicação extraordinária à defesa dos direitos dos povos indígenas.

No livro *Memórias Sertanistas* (Sesc, 2015, veja aqui), Candor relata com detalhes como foram feitas as imagens durante a expedição realizada em julho de 2011. Leia abaixo:
O encontro com os índios isolados, por Jair Candor
Quando começamos a encontrar os vestígios, montamos um acampamento e deixamos a nossa tralha. Mais leves, fomos mais rápido e achamos bastante tocaia, um tipo de espera, um esconderijo onde eles ficam imitando algum bicho para caçar. Achamos muita madeira derrubada por eles, sova, que é uma árvore frutífera, uma fruta muito boa. Aí, andamos mais um pouco e escutamos eles conversando em um tapiri, ali perto. Tinha dado uma chuva, e eles estavam parados conversando.
Eu levava um facão e um machado, deixei lá, em cima do toco, e falei para voltarmos para o nosso barraco. Deixamos o facão, o machado e fomos para o barraco.
No outro dia, pegamos a nossa tralha, desmontamos o acampamento. Eu falei: "Vamos subir beirando o Piranha. Se a gente tiver um encontro com eles, beleza. Se não tiver, vamos fazer um levantamento de informação e vamos embora". E aí fomos. Passamos no tapiri − eles já não estavam mais no tapiri. O fogo estava aceso, estava toda a tralha deles lá. O machado e o facão que a gente deixou, eles tinham pegado.
Passamos pelo tapiri e andamos um bocado. Paramos num determinado ponto, que eu já nem acreditava que a gente ia encontrar mais eles. Porque a gente já tinha passado pelo tapiri. Falei: "Devem estar para trás". Pouco depois a gente escutou eles vindo, conversando. Aí a gente não teve nem muito tempo assim, também, para se camuflar, se esconder e tal. Eu só falei para os meninos: "Vocês deitem no chão e vamos ficar calados.

Ninguém reage, ninguém, não quero ninguém pegando arma, ninguém fazendo movimento brusco nenhum. Vamos ficar de boa".

Liguei a câmera, os meninos se camuflaram um pouquinho. Aí foi passando. Passando, passando, passando. Passou oito, aí, na nona pessoa, o menininho que estava nas costas da mulher foi quem me viu. O menino falou com ela, ela entendeu. "Olha, mãe, tem branco me olhando." Aí [ela] correu. Eu tentei gritar, chamei ela ainda, falando palavras na língua [dela], que éramos amigos. Ela parou lá, deu uma olhada. Respondeu [com um] resmungo e foi embora.

Registrei tudo isso. Filmei esse encontro, muito perto deles. Não temos mais o que provar que esses índios existem, que vivem nessa terra indígena, e que ela precisa ser demarcada. Eu, hoje, fico me perguntando: o que é que ainda falta para se demarcar a terra Kawahiva do Rio Pardo?

Mil Sem Terra ocupam Incra no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 28/04/2016.

No Ceará, durante todo o mês de abril tem acontecido diversas atividades como trancamento de BR, ocupação de prédios públicos, ocupação de terra e outras atividades em defesa da democracia e contra o golpe.

Na madrugada desta quinta feira (28) cerca de mil Sem Terra ocuparam a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e trancaram a avenida José Bastos, em Fortaleza.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e em defesa da Democracia. Esse ano além de recolocar a pauta da Reforma Agrária, o MST também se soma à luta em defesa da democracia, contra o golpe.

No Ceará, durante todo o mês de abril tem acontecido diversas atividades como trancamento de BR, ocupação de prédios públicos, ocupação de terra e outras atividades em defesa da democracia e contra o golpe.

Para Elisângela Gomes da Direção Estadual do MST, "nós temos uma pauta ampla, temos pontos a serem discutido com o governo do estado, que são mais estruturais como escola do campo, projetos produtivos, políticas públicas de convivência com a seca entre outros,

mas também exigimos do governo federal uma posição com relação a manutenção do Incra".

Ela denuncia: "hoje no Ceará, de 24 mil assentados/as da Reforma Agrária 9 mil estão bloqueadas e a situação vem se agravando a cada dia. Nada funciona! Exigimos que o INCRA volte a funcionar."

Sem Terra ocupam área da Conab em Vacaria, no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 28/04/2016.

A área hoje está em nome da Conab porque o antigo proprietário não conseguiu cumprir contrato com a empresa pública

Cerca de 80 famílias ligadas ao MST ocuparam uma área da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na madrugada desta quinta-feira (28), no município de Vacaria, nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul.

As famílias são oriundas de acampamentos da região Norte do estado e começaram a chegar no local por volta das 5 horas da manhã.

Segundo o dirigente do MST, José Machado, a área tem 360 hectares e os acampados a reivindicam para a reforma agrária. "A área hoje está em nome da Conab porque o antigo proprietário não conseguiu cumprir contrato com a empresa pública", diz.

A ocupação integra as ações do MST/RS na Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária e em Defesa da Democracia, que este ano denuncia os 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no estado do Pará.

Na madrugada da última terça-feira (26), 350 famílias ocuparam a fazenda Tio Faustino em Eldorado do Sul, na região Metropolitana de Porto Alegre.

Cidadania para agricultoras e indígenas de Cantá (RR). Flávia Dias. Site do MDA, 29/04/2016.

Mulheres rurais e indígenas de Cantá, em Roraima, poderão solicitar de graça seus documentos pessoais entre os dias 2 e 6 de maio. O mutirão do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR/MDA) estará no município para emissão

de registros de nascimento e de casamento, CPF e carteiras de identidade e de trabalho. A expectativa é que sejam atendidas 500 famílias.

No mutirão, a população poderá resolver dúvidas jurídicas referentes a questões de direito de família, como pensão alimentícia, guarda de menor, reconhecimento de paternidade, divórcio e união estável. Também serão prestadas informações sobre o Bolsa Família e benefícios previdenciários e realizada as inscrições no Cadastro Único e no Cadastro de Atividade Rural. Estarão disponíveis ainda serviços de fotografia, cópias e plastificação de documentos.

Conforme a delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Roraima, Célia Souza, a população de Cantá tem que se deslocar até a capital Boa Vista para fazer a documentação pessoal. Ela fala que esse trajeto, de quase 150 quilômetros, é precário, com estradas de chão de difícil acesso e sem transporte público constante. Em geral, a população chega a Boa Vista de moto ou bicicleta. "Essa documentação básica é fundamental para acessar as políticas públicas. Por isso é importante a presença do estado perto da moradia dessas mulheres", ressalta.

PNDTR Roraima

Desde 2004, em Roraima, foram realizados 196 mutirões, atendidas 46.144 mulheres e emitidos 94.468 documentos.

O objetivo do programa é assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos básicos, de forma gratuita, perto das suas moradias.

Cooperativismo fortalece a agricultura familiar. Antônio Prates. Site do MDA, 29/04/2016.

Criada em 2008, por 10 famílias de agricultores familiares do assentamento da reforma agrária Vale do Amanhecer, situado a 72 quilômetros da cidade de Formosa (GO), a Cooperval - Cooperativa Mista do Vale do Amanhecer, hoje, quase triplicou o número de cooperados (são 26, atualmente) e faz planos para expandir tanto a produção quanto a comercialização de seus produtos. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/17, que será lançado na próxima terça-feira (3), prevê maior apoio ao cooperativismo.

"O cooperativismo, em poucas palavras, é assim, ainda tem aqueles que não acreditam, mas, na verdade, uma andorinha sozinha não faz verão, sendo sozinhos, não temos

condições, quem tá na cooperativa está se saindo bem e conseguindo produzir e colocar seus produtos no mercado", afirma Divina Dias Borges, presidente da Cooperval.

Produzinho e comercializando frutas do cerrado, mandioca, milho, abóbora, farinha, pães e com uma pequena agroindústria de polpa de frutas e de doces, a Cooperval tem contrato com a prefeitura de Formosa, que praticamente garante a compra de toda sua produção, mas os planos de Divina Borges são de conquistar novos horizontes.

"Nossa estrutura física é pequena e a gente compra produtos de cooperados e de outros agricultores familiares do assentamento. Quem aderiu à cooperativa já melhorou bastante de vida, consegue vender os produtos, assim como os que trabalham para a própria cooperativa e também melhoram sua renda. Mas nossa comercialização está limitada ao município de que fazemos parte, nós só vamos pra fora quando tem as feiras do MDA, mas nós precisamos expandir e certificar a nossa marca para poder vender nossos produtos em todo o país", explica.

Vale da Esperança

O assentamento Vale da Esperança, com 176 parcelas, foi criado há vinte anos e, desde então, é lá que mora Pedro Gomes de Castro, no lote 150, com sua família que agora já conta com novos membros, como o netinho que nasceu faz pouco tempo. Há quatro anos atuando como cooperado, Pedro está entusiasmado com a aquisição de uma camionete nova que a Cooperativa está comprando com financiamento do Terra Forte, programa do governo federal que tem como objetivo apoiar a implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária criados ou reconhecidos pelo Incra em todo o território nacional. Os beneficiários são famílias de agricultores de assentamentos organizadas em cooperativas ou associações.

"Agora tá saindo um projetinho e nossa cooperativa vai ter um carrinho novo. A gente entrega pão, entrega polpa e vai poder transportar esses produtos com mais segurança e proteção. Daqui até Formosa são 72 quilômetros, e só de estrada de chão. O trem não é fácil, estamos aí na luta querendo crescer, nós somos a única cooperativa instalada aqui no município de Formosa que está tendo crédito, que já tem parceria com a prefeitura. A gente quer é que mais produtores produzam pra que a gente não precise mais comprar matéria-prima fora, e possa adquirir apenas dos cooperados", conta Pedro de Castro.

Para a presidente e sócia fundadora da cooperativa, Divina Borges, antes de buscar novos cooperados, a Cooperval precisa mesmo é fortalecer sua própria estrutura e ter maior assistência técnica para os agricultores familiares. "Quando criamos a cooperativa, há mais de uma década, a gente reuniu 10 famílias apenas, para se livrar das brigas e da

disputa de poder das associações que existiam naquela época. Recebemos recursos iniciais da Gontijo, para comprar fogão industrial e freezer, a nossa sede foi doada pelo Incra. Agora, queremos mais crédito e assistência técnica mais permanente. Precisamos de mais recursos para expandir. Nossa cooperativa está apta a pagar uma mensalidade para ter mais recursos para realizarmos melhorias".

Mas tanto Divina Borges quanto Pedro Castro não tem dúvida quando falam dos benefícios que o sistema de cooperativa trouxe para suas famílias. "A cooperativa mudou a vida de muita gente aqui no assentamento e a minha, também. Você aprende a trabalhar em grupo, a pensar no grupo e o trabalho cresce com a força de todos", ensina Divina. E o cooperado Pedro conclui: "Pra mim, melhorou muito, a gente dá um duro danado, mas sobra alguma coisinha ainda. Só de saber que o que você produz você tem onde vender, já é um grande passo".

Plano Safra 2016/2017

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017 traz mais apoio ao cooperativismo. Para melhorar a gestão das cooperativas da agricultura familiar, e garantir o assessoramento a empreendimentos da agricultura familiar, o MDA vai:

- Apoiar com o Ater Mais Gestão 840 associações e cooperativismo;
- Incluir pelo Programa Terra Forte (BNDES/FBB) 22 cooperativas em assentamentos da reforma agrária;
- Disponibilizar cursos de qualificação para nove mil dirigentes de cooperativas e associações da agricultura familiar em parceria com Universidade Federal da Fronteira Sul.

Temer diz a ruralistas que vai revisar desapropriações e demarcações. Valor Econômico. 30/04/2016.

Pressionado por setores do agronegócio, o vice-presidente Michel Temer quer rever todas as recentes medidas do governo ligadas a desapropriação de áreas para a reforma agrária e demarcação de terras indígenas, caso assuma a Presidência.

Desde o início do mês, a presidente Dilma Rousseff intensificou a assinatura de atos para garantir o reconhecimento fundiário a indígenas, quilombolas e agricultores. Nos últimos 10 dias, o governo assinou atos reconhecendo pelo menos cinco comunidades quilombolas em diferentes regiões do país, além de aprovar outras etapas importantes do

processo de legalização fundiária. O governo também chancelou estudos de delimitação de quatro terras indígenas e homologou uma área no Pará destinada ao povo Arara. No dia 1º de abril, Dilma assinou 21 decretos para desapropriar 56 mil hectares de terras.

Alertado pela Frente Parlamentar do Agronegócio, que esteve em seu gabinete na quarta-feira, Temer demonstrou assombro com a rapidez que o governo imprimiu ao assunto. O vice deixou claro que revisará todas as desapropriações.

Apesar da firmeza nas declarações ouvidas pelos interlocutores, o grupo de Temer está preocupado com a pressão do PT para que o Movimento dos Trabalhadores SemTerra (MST) aumente as invasões país afora. O ministro da Defesa, Aldo Rebelo, foi procurado pelos pemedebistas esta semana e garantiu que tudo está sendo acompanhado por sua área. Alexandre Conceição, da coordenação do MST, diz que os movimentos populares já se articulam para "paralisar o país". A agenda de grandes protestos deve começar no dia 10 de maio. Conceição afirma que as entidades sociais não deixarão Temer governar.

Dilma é presidente que menos demarcou terras indígenas na democracia. Andreza Matais – O Estado de São Paulo, Blog Coluna do Estadão. 30/04/2016

A presidente Dilma Rousseff retomou o processo de demarcação de terras indígenas nesta semana que antecede a votação do impeachment do seu mandato em comissão especial da Câmara. Os números oficiais mostram que ela pode deixar o governo como a presidente que menos demarcou terras no período democrático do país.

Collor demarcou, em 1992, o território Yanomami, o maior do país. No ranking do período democrático, ele homologou 8 milhões de hectares por ano, seguido de Fernando Henrique (5 milhões), José Sarney (2,8 milhões), Itamar Franco (2,5 milhões) e Luiz Inácio Lula da Silva (2 milhões). Dilma não passou de uma média de 600 mil hectares.

Patrus encerra seminário sobre função social da terra. Site do MDA, 30/04/2016.

"Com todo o respeito às pessoas aqui presentes, professores, estudantes, pessoas amigas, e que eventualmente pensam de modo diferente, a leitura que faço desse momento que o país está vivendo, é que as forças políticas, econômicas, sobretudo, é que estão trabalhando com a perspectiva de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, estão fazendo isso não pelos nossos erros, ou pelos erros de pessoas militantes do partido dos

trabalhadores ou por partidos nossos aliados que cometeram erros graves que devem ser explicitados e as pessoas penalizadas nos termos da legislação do país.

A leitura que eu faço é de que estas forças estão contra nós pelos nossos acertos. E quais são estes acertos? As políticas sociais, o combate à pobreza. O êxito do Bolsa Família, que não é um programa isolado, está vinculado a um contexto de políticas públicas, nós consolidamos o sistema único da assistência social, ele está por outro lado vinculado às políticas públicas de segurança alimentar, o programa fome zero, que nós aprovamos no Congresso Nacional em 2005, outras políticas sociais como o Luz para Todos, que iluminou o Brasil inteiro. Temos o ProUni e o Fies, que garantiram o acesso à universidade a um milhão e meio de filhos e filhas de trabalhadores, e dezenas de novas universidades e centenas de institutos tecnológicos foram criados. Os programas de apoio à agricultura familiar, que garantem um preço justo na compra do produto do agricultor e na outra ponta garantem alimento às famílias em estado de insegurança alimentar, a merenda escolar, a garantia de terras para comunidades tradicionais, como os quilombolas, o programa Minha Casa, Minha Vida, são quase três milhões de casas entregues, garantindo moradia digna para famílias de baixa renda, estes são alguns dos programas sociais do governo.

O DNA destas forças atuais é o mesmo daquelas que levaram ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, que tentaram dar o golpe em 1961, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, das que deram o golpe em 1964 e que, não satisfeitas, deram um novo golpe com o Ato Institucional número 5 de 1968, e que desde 2004, com o apoio da grande imprensa brasileira, já combatiam o governo apontando acusações para o Bolsa Família. Hoje vemos que nós subestimamos estas forças e, agora, eles já falam em desvincular os recursos comprometidos com a saúde e a educação.

No momento atual, quando se atravessa uma crise em que os recursos estão escassos em todo o mundo, estas forças que trabalham pelo impedimento da presidenta Dilma querem discutir como o Estado pode financiar de novo os ricos no Brasil e, para fazer isto, tem que tirar dos pobres. Então esta é a discussão posta no país, é uma disputa contra as conquistas sociais que nós tivemos nos últimos anos e que nós consideramos tímidas”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias, ao fazer o encerramento, nesta sexta-feira (29), do segundo seminário do Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra, realizado em Belo Horizonte, numa parceria do Grupo de Estudos de Direito Agrário do MDA em parceria com a Faculdade de Direito Milton Campos e a Pontifícia Universidade Católica, de Minas Gerais.

O seminário reuniu durante dois dias juristas e professores de universidades brasileiras de Minas Gerais, Brasília, Goiás e Rio Grande do Sul, representantes de movimentos sociais, integrantes do Incra e do MDA, e estudantes de Direito, Antropologia e Sociologia que participaram ativamente dos debates. Ao encerrar sua fala, o ministro Patrus Ananias apelou aos estudantes para que façam uma reflexão sobre este momento e que se posicionem do lado certo, "e o lado certo é estar ao lado do povo brasileiro, que deve ser cuidado como uma família cuida de seu filho, como integrante de um grande projeto que é compassado por nós todos. O povo brasileiro não pode ser dividido entre os que podem e os que não podem, mas sim na comunhão da construção de um destino, fundada numa história comum e em tradições comuns", concluiu o ministro Patrus. Houve então uma grande confraternização das dezenas de alunos e professores que homenagearam o conferencista, ao som do grupo mineiro Tambores de KaraKurú.

Campo e cidade necessitam reformas

Para o professor da Faculdade de Direito Milton Campos e da PUC-MG, Lucas Gontijo, um dos organizadores do seminário de filosofia de direitos humanos e a questão agrária, o país tem urgência em tratar dos temas abordados no ciclo de debates sobre a função social da terra e que estavam sendo relegados a um segundo plano.

"Mais do que nunca é preciso colocar em discussão estas questões, por que os movimentos de esquerda do país vinham mimetizados dentro de um processo de moderação. Com o acirramento da crise, ficou muito claro que a elite brasileira e os grupos empresariais resolveram empurrar o problema para os programas sociais do Governo fazendo com que a população pobre literalmente pagasse o pato, como a Fiesp fala. Então, ficou mais clara agora no Brasil, a luta de classes, o que não tem nada de errado", afirmou Gontijo.

"Quem diz que não existe luta de classes é o fascismo, que tem um discurso de que haveria uma unidade nacional. Não é assim, grupos sociais economicamente diferentes têm interesses políticos e econômicos diferentes e a democracia se dá exatamente por esta tensão de interesses e da militância política para que esses interesses possam ser cumpridos dentro de um processo de negociação política e não de confronto. Mas há uma polarização crescente no país e muita gente que tem defendido os interesses das elites, tem feito isso a partir de um discurso que a gente já experimentou no século XX e que foi o fascismo. Um discurso de ódio, racista, homofóbico, um discurso sexista.

Então, eu acho que o Brasil, vive no momento uma crise, mas eu não diria que a crise é de todo má, é da crise que vem mudanças e esta crise tem mostrado também o

amadurecimento político da população brasileira. Passamos por um período de conscientização de nossas posições políticas e de mobilização de muitas pessoas que estavam distantes do processo político e que só agora, perceberam que tem o dever de participar", disse o professor Lucas Gontijo.

Para ele, não só a questão agrária do campo, mas também a questão dos espaços das cidades deve ser equacionada e o Brasil precisa de uma reforma nas áreas rural e urbana que seja feita a partir de um grande debate social.

"Hoje, por conta da acentuada urbanização, nós também precisamos de uma reforma urbana. No momento, campo e cidade se integram por uma necessidade de se transformar a cidade num espaço verdadeiramente público e que a terra possa ser usada para cumprir sua função social. Esse espaço da função social da propriedade no Brasil, ou seja, o direito ao uso da terra e o direito à moradia é uma questão transversal que deve nos levar à solução de inúmeros problemas, não só econômicos, mas também políticos", concluiu o professor Lucas Gontijo

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

.